



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL**

EDVALDO DOS SANTOS SILVA

**A trajetória política de Cristina Tavares: a redemocratização e os direitos das mulheres
na Constituição Cidadã (1978-1988)**

RECIFE – PE

2021

EDVALDO DOS SANTOS SILVA

**A trajetória política de Cristina Tavares: a redemocratização e os direitos das mulheres
na Constituição Cidadã (1978-1988)**

Relatório técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História pela Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Remígio de Amorim

S586t Silva, Edvaldo dos Santos
A trajetória política de Cristiane Tavares: a redemocratização
e os direitos das mulheres na Constituição Cidadã (1978 – 1988) /
Edvaldo dos Santos Silva, 2021.
105 f. : il.

Orientador: Hélder Remígio de Amorim
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica
de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História.
Mestrado Profissional em História, 2021.

1. Mulheres na política – Pernambuco – História.
2. Tavares, Cristina, 1934 - 1992. 3. Redemocratização. I Título.

CDU 396.9

Luciana Vidal - CRB4/1338

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDVALDO DOS SANTOS SILVA

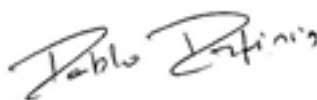
A trajetória política de Cristina Tavares: a redemocratização e os direitos das mulheres na Constituição Cidadã (1978-1988)

Trabalho de conclusão de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, cuja defesa foi realizada em 28 de setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Hélder Remígio de Amorim - Universidade Católica de Pernambuco Orientador e
Presidente da Banca



Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio – Universidade Federal de Pernambuco
Titular Externo



Prof. Dr. Diogo Arruda Carneiro da Cunha – Universidade Federal de Pernambuco / PPGH
Universidade Católica de Pernambuco
Titular Interno

RECIFE

2021

O nosso respeito e homenagem as mulheres que lutam bravamente por direitos, inclusão social e igualdade de oportunidades.

Pessoas oprimidas não podem permanecer oprimidas para sempre. O anseio pela liberdade eventualmente se manifesta.

Martin Luther King Jr.

AGRADECIMENTOS

Esse é um momento de fazer uma retrospectiva. Olhar para o início da caminhada e trazer à memória as recordações desde os primeiros passos no curso de mestrado até a fase atual do trabalho. E nessa prazerosa digressão há muitos motivos para expressar sentimentos de gratidão. Experimentar o sabor da história, essa disciplina fascinante e ao mesmo tempo desafiadora, é como despertar de um sono profundo, sair de uma miopia induzida, para enxergar de forma sistêmica a realidade humana estampada em diversas cenas do passado.

O conhecimento histórico liberto leva à reflexão, conscientiza, desenvolve a capacidade de análise crítica e, muito mais, tem o poder de transformar a compreensão humana sobre os fatos e processos de cada temporalidade.

O trabalho acadêmico não é um ato individual. Ele se constrói com a participação direta e indireta de muitas pessoas, seja na orientação técnica, seja como facilitadores, interlocutores ou meros incentivadores. Lembrar de todos que de algum modo contribuíram para a realização da pesquisa ocuparia páginas e páginas. Porém muitos dos que derem a honra de ler o material produzido se sentiram homenageados, pois na abordagem perceberão os assuntos debatidos, as conversações e as polêmicas levantadas.

Em primeiro lugar, agradeço a DEUS por ter possibilitado, material e espiritualmente, os recursos necessários para enfrentar as adversidades e chegar até aqui bem nesse período difícil devido à pandemia da Covid-19.

Agradeço aos funcionários da Secretaria do Mestrado e da Biblioteca Central da UNICAP pela ajuda e atenção dispensada, destacando que o desempenho de suas atividades eleva a qualidade do curso.

Aos colegas de turma, sinceros agradecimentos pelo companheirismo e generosidade de cada um. As experiências compartilhadas em sala de aula foram momentos inesquecíveis de aprendizagem e crescimento, lembranças prazerosas a serem preservadas com carinho.

Agradeço as professoras e aos professores do mestrado em História da UNICAP, Prof.º Dr. Tiago da Silva César (PPGH - UNICAP), Prof.º Dr. Flávio José Gomes Cabral (PPGH - UNICAP), Prof.ª Lídia Rafaela Nascimento dos Santos (PPGH - UNICAP), Prof.º Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena (PPGH - UNICAP), Prof.º Dr. Juliano Mendonça Domingues da Silva (PPGH - UNICAP), Prof.ª Maria do Rosário da Silva (PPGH - UNICAP), pelo alto nível das aulas ministradas, as quais tanto contribuíram na realização da pesquisa e desenvolvimento da escrita.

Agradeço aos professores que compuseram a banca do mestrado: Prof.º Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio (UFPE) e o Prof.º Dr. Diogo Arruda Carneiro da Cunha (UFPE/UNICAP) pelas análises e sugestões que levarão a ajustes indispensáveis ao bom andamento e apresentação do trabalho.

Reservo as próximas linhas para agradecer ao meu estimado orientador Prof.º Dr. Hélder Remígio de Amorim (PPGH – UNICAP) pela paciência, dedicação e direcionamento no decorrer de todo trabalho. Sempre muito educado, apresentou caminhos e possibilidades desde o primeiro contato. Conduziu com extremo profissionalismo o processo de orientação, fazendo as observações necessárias a cada etapa da pesquisa, sendo um motivador por excelência. O Professor Helder, como informalmente é chamado pelos alunos, é uma pessoa de fácil trato, figura humana muito querida de todos no PPGH. Assim, renovo a minha gratidão pela acolhida como orientando e os gestos de incentivo durante toda essa jornada.

Devo muito a minha estimada família, a quem agradeço profundamente o apoio e a compreensão na concretização de mais esse sonho.

Enfim, agradeço a todos que ajudaram com o que podiam para realização do trabalho, cujo objetivo maior é, sem dúvida, contribuir com a historiografia, no sentido de manter viva a memória de Maria Cristina de Lima Tavares Correia, pernambucana que, a seu modo, com acertos e falhas, honrou a tradição de combatividade do povo do seu Estado, ocupando uma cadeira na Câmara dos Deputados por três legislaturas consecutivas.

Incomensurável gratidão a DEUS por ter nos protegido e dado forças para prosseguir na caminhada nesse momento de incertezas decorrente da pandemia.

Muito obrigado.

(...) seremos nós, mulheres em luta, cidadãs que haveremos de escrever na Constituinte plena liberdade e contra a discriminação.

Cristina Tavares

RESUMO

Este estudo pretende compreender a atuação política da deputada federal Cristina Tavares, primeira mulher eleita por Pernambuco para a Câmara dos Deputados, no processo de redemocratização do Brasil e na luta por direitos das mulheres na Constituinte de 1987-1988, revisitando, em breve suma, a sua participação nos principais acontecimentos políticos que antecederam a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. O pioneirismo da parlamentar pernambucana frente à histórica invisibilidade feminina na cena política nacional despertou o interesse em conhecer a sua ação, enquanto deputada federal, na defesa dos direitos das mulheres. A investigação se propôs a pensar a trajetória política dessa mulher plural, em construção, inserida numa complexa rede de poder. Para tanto, o instrumental utilizado na análise é constituído por fontes documentais e coleta de depoimentos orais, pesquisas em bibliotecas e arquivos públicos, além do diálogo com a historiografia do período. Este trabalho de conclusão de mestrado construiu um e-book sobre a trajetória política de Cristina Tavares como produto da pesquisa histórica desenvolvida.

Palavras-chave: Cristina Tavares, política, redemocratização, mulher.

ABSTRACT

This study aims to understand the political role of Congresswoman Cristina Tavares, the first woman elected by Pernambuco to the Chamber of Deputies, in the process of redemocratization in Brazil and in the struggle for women's rights in the Constitution of 1987-1988, briefly revisiting her participation in the main political events that preceded the convening of the National Constituent Assembly. The pioneering spirit of the congressman from Pernambuco in the face of the historical invisibility of women in the national political scene aroused interest in learning about her action, as a federal deputy, in the defense of women's rights. The investigation proposed to think about the political trajectory of this plural woman, under construction, inserted in a complex network of power. The instruments used in the analysis consist of documentary sources and collection of oral testimonies, research in libraries and public archives, in addition to a dialogue with the historiography of the period. This master's conclusion work built an e-book about the trajectory of Cristina Tavares' political trajectory as a product of the historical research developed.

Keywords: Cristina Tavares, politics, redemocratization, women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cartaz pelas eleições diretas.....	32
Figura 2: Cartaz pela Constituinte com a participação popular.....	38
Figura 3: Congresso aprova a emenda de convocação da ANC.....	39
Figuras: COMPOSIÇÃO DE ARTE DO PRODUTO.....	76 a 90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional
ANC – Assembleia Nacional Constituinte
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CF – Constituição Federal
CD – Câmara dos Deputados
EC – Emenda Constitucional
DANC – *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*
DCN- *Diário do Congresso Nacional*
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DP – *Diario de Pernambuco*
JC – *Jornal do Commercio*
MDB - Movimento Democrático do Brasil
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OIT – Organização Internacional do Trabalho
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONU – Organização das Nações Unidas
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Popular
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Analisando o objeto de estudo e a sua relação com o projeto de pesquisa	18
2. Visão panorâmica da trajetória política de Cristina Tavares	21
2.1 A anistia política.....	22
2.2 Reforma partidária – o retorno ao pluripartidarismo.....	27
2.3 A luta por eleições diretas para Presidente da República.....	29
2.4 A Nova República e a Assembleia Nacional Constituinte.....	36
3. Discussão teórico-metodológico	45
3.1 Embasamentos teóricos da pesquisa.....	45
3.2 Aspectos metodológicos da pesquisa.....	59
3.3 Transição para o regime democrático: uma nova oportunidade para a expansão dos direitos da cidadania.....	64
4. Discussão sobre o formato do produto	66
4.1 Procedimento 1: seleção das fontes.....	73
4.2 Procedimento 2: especificação técnica do produto.....	73
4.3 Procedimento 3: ficha técnica.....	74
5. Apresentação do produto	75
6. Aplicação do produto	91
7. Considerações finais	91
8. Listagem de acervos e fontes	97
9. Bibliografia	102

INTRODUÇÃO

Pensando no perfil da República brasileira logo vem à mente uma das características mais expressiva no decorrer da história que é a busca contínua pela consolidação da democracia. Arelada a essa preocupação se encontra a questão da realização da cidadania e dos seus efeitos para o futuro dos brasileiros. Esses desafios emergem de uma tradição observada na fase republicana do país de vez por outra ocorrer movimento de interrupção do ciclo democrático vigente e de uma convivência contraditória de expedientes tipicamente autoritários em tempos de predominância democrática.

Na tentativa de superar esse dilema, muitos movimentos democráticos se formaram ao longo do período republicano com o objetivo de criar alternativas para combater momentos de instabilidade do regime e permanências autoritárias ambíguas. Essa mobilização pode ser percebida no movimento operário na Primeira República (1917 e 1920), na resistência contra a ditadura do Estado Novo, pela ação da sociedade civil organizada no contexto político nas décadas de 1940 e 1950, como também na luta contra a supressão de direitos no período da ditadura militar pós 1964 e, ainda, nas manifestações durante a campanha por eleições diretas para presidente da República entre 1983 e 1984 (*Diretas Já*). (NEVES, 1997, p. 81-83)

Nesse processo dinâmico de avanços e recuos, disputas e negociações, imposições e tolerâncias, considerando os regimes de governo mais recorrentes no Brasil, o modelo democrático, apesar de suas limitações e defeitos, teve a predileção de parcela da sociedade civil que, seduzida pelas propostas de poder da oposição e pela incapacidade do governo ditatorial de resolver os problemas político-econômicos nos seus últimos anos (1978-1985), apostou na substituição do estilo autoritário de governar. Os horizontes que se avistavam a partir daquelas bases de observação não autorizam pensar em uma transição fundada em ato único e de contorno definitivo, mas em um processo lento, gradual e construído a partir da atuação de diversas forças de ação e reação interagindo em sentido opostos.

A década de 1980 foi um momento de grande impacto para o destino político do Brasil. Foi um período de forte expectativa e de incerteza marcado pelo último ciclo da ditadura civil-militar (1979-1985) e pelos movimentos de redemocratização do país, culminando no processo de reconstitucionalização com a produção de uma nova Constituição promulgada em 1988. Inserida nesse contexto transitório efusivo de silenciamentos, permanências e flexibilidades, a então jornalista pernambucana Maria Cristina de Lima Tavares Correia recebeu o convite da

cúpula do partido de oposição Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para se candidatar a uma das cadeiras na Câmara Federal e, submetida aos apelos de uma rede de políticos e amigos, aceitou o desafio, sendo eleita de forma surpreendente a primeira deputada federal por Pernambuco nas eleições realizadas em 1978.

Cristina Tavares iniciou a sua vida pública na política comprometida com uma agenda partidária e individual de combate à ditadura, pela restauração da democracia no país e por um desenvolvimento conduzido pelo Estado, baseado na lógica do crescimento econômico atrelado ao fomento da igualdade e distribuição de renda, em consonância com a orientação programática do partido. Mas a representatividade da mulher no espaço público institucional foi uma marca indelével de sua presença na Câmara Federal. Nunca se afastou dos problemas relacionados à área de comunicação, em especial das questões envolvendo a profissão de jornalista. Essas bandeiras praticamente nortearam a trajetória política da parlamentar pernambucana. Mas, com o passar do tempo, ampliou o seu interesse por outras matérias, incluindo a referente à reserva do mercado nacional de informática, assunto que demandou um poder de articulação política com diversos segmentos da sociedade civil.

No seu primeiro mandato (1979-1982), o esforço se concentrou nas batalhas mais significativas que antecederam a saída dos militares do poder. A primeira delas se deu em torno da aprovação da Lei da Anistia em 1979, uma conquista considerada pela oposição de parcial, que possibilitou o retorno de políticos e militantes de oposição exilados, presos acusados de crimes políticos, militares de linha divergente, mas também alcançou os agentes que serviram à ditadura apontados de cometerem abusos e violação a direitos humanos. Nesse ponto, insurgiu-se contra o projeto de lei do governo, defendendo que o Estado deveria reparar os brasileiros presos, exilados e torturados, concedendo-lhes anistia “ampla, geral e irrestrita” e não a que pretendia “passar uma borracha sobre os crimes praticados nos porões dos cárceres” (*Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 08/08/1979, p. 7.574).

Protestou, ainda, contra a reforma do sistema partidário promovida pelo governo João Baptista Figueiredo em 1979, a qual permitiu a formação de novos partidos. Disse, sobre o assunto, que a reforma partidária seria uma manobra de chefes militares para extinguir o partido de oposição que havia se transformado majoritário pela preferência do eleitorado. Com a multiplicidade de siglas o MDB perderia o monopólio do voto oposicionista e, conseqüentemente, teria reduzido o poder de barganha nas negociações com o governo, passando a sigla a se chamar de Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Como estreante, Cristina Tavares se empenhou em cumprir o papel de oposição com discursos contundentes contra o regime autoritário e denúncias de práticas arbitrárias, assim como outros emedebistas do grupo intitulado “Autênticos” se comportavam, podendo-se falar em uma atuação parlamentar condizente com os compromissos assumidos em campanha.

Em uma segunda fase (1982-1985), reeleita com uma margem maior de votos (22.963), Cristina Tavares, um pouco mais experiente no jogo político, ocupou novos espaços na Câmara do Deputados, tendo assento na Comissão de Economia, Indústria e Comércio e na Comissão de Comunicação e Informática. A sua participação nessa legislatura tomou uma dinâmica mais acelerada com pronunciamentos sobre temas diversificados desde manifestação contra o governo federal e pedido de mudanças, passando por questões de ordem política internacional, além de apresentar denúncias de maus tratos a trabalhadores rurais de Garanhuns atingidos pela seca e de violência na política local.

A situação política continuava instável com os militares se sustentando no poder como podiam, sendo cada vez maior o desgaste do governo junto às camadas da população mais atingidas pelos impactos da crise econômica, quadro que havia se transformado em um grave problema nacional desde o início da década de 1980. O contexto da época indicava que o processo de reabertura prosseguia, mesmo de forma não-linear e no ritmo diferente do esperado pela oposição, pois o Ato Institucional nº 5 (AI-5) havia sido revogado em outubro de 1978, a anistia fora aprovada em 1979 e, no mesmo ano, o sistema político-eleitoral sofreu modificação com a criação de novas agremiações e mais adiante com as eleições diretas para governadores em 1982.

Além disso, o Congresso Nacional readquiriu as suas prerrogativas, a censura restou diminuída e houve certa tolerância com os movimentos sindicais e estudantis. Faltava então outro importante passo que seria as eleições diretas para Presidente da República. Nesse ponto, uma grande mobilização popular pelas *Diretas Já* levou as ruas no ano de 1984 milhares de pessoas em atos espalhados por diversas cidades brasileiras com a participação de partidos políticos. A pressão desses grupos não conseguiu evitar a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional em virtude da força antagônica exercida pelo poder militar, ficando a escolha do próximo presidente para janeiro de 1985, a ser realizada, por eleição indireta, no âmbito de um Colégio Eleitoral formado por deputados e senadores, além das assembleias legislativas (FERREIRA, 2018, p. 31-44).

Rejeitada a proposta de eleições diretas presidenciais, outro símbolo na luta pela redemocratização do Brasil emergia com força: a *Constituinte Já*. Mas antes disso a disputa

pela Presidência da República se desenvolveu em um ambiente tenso e de (re)arranjo das forças políticas pós derrota da Emenda Dante de Oliveira com a formação de duas chapas: a primeira encabeçada por Paulo Maluf pelo Partido Democrático Social (PDS), partido da situação ligado tradicionalmente aos governos militares; e, na oposição, Tancredo Neves pelo PMDB e José Sarney, representante da Frente Liberal (uma dissidência do PDS). A Aliança Democrática - coalizão constituída para concorrer no pleito de janeiro de 1985, composta de políticos de tendência moderada e de centro do PMDB e do recém-criado Partido da Frente Liberal (PFL) - saiu vitoriosa, sendo eleito presidente o candidato Tancredo Neves e, na vice, Sarney. O novo presidente havia se comprometido junto aos militares de fazer um governo de conciliação, afastando eventual ímpeto de revanchismo e retaliação, bem como prometeu aos movimentos políticos de apoio à sua candidatura a elaboração de uma nova Constituição por meio de Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Com a morte de Tancredo, em abril de 1985, Sarney assumiu a presidência no mesmo espírito, convocando uma Assembleia Nacional Constituinte, que foi instalada em 1º de fevereiro de 1987 (*ibid*).

Cristina Tavares participou com intensidade de todos esses momentos históricos da política nacional. Foi assim na campanha das *Diretas Já* em que se engajou na organização de diversos atos, comícios e palestras por várias cidades pernambucanas e de outros Estados, no sentido de esclarecer e mobilizar as populações mais afastadas dos grandes centros. Fez duros discursos contra a posição de políticos governistas e da própria ala moderada do PMDB, acusando-os de resistir a ouvir as vozes que ecoavam das ruas ao optar por caminhos diferentes ao do voto direto.

Decepcionada com o resultado da votação da Emenda Dante de Oliveira, a representante do PMDB de Pernambuco resistiu muito em comparecer ao Colégio Eleitoral, divergindo da configuração política que deu origem à Aliança Democrática e da composição da chapa Tancredo Neves-Sarney. Advertia que o seu partido deveria evitar alianças eleitorais que pudessem comprometer a “identidade ideológica” e o “patrimônio político” da legenda. Somente com a proximidade da escolha, ela foi convencida a votar no candidato do PMDB, provavelmente pelo compromisso assumido em campanha de medidas democratizantes, notadamente a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Cristina Tavares foi reeleita nas eleições de 1986 para o seu terceiro mandato com 40.618 votos (a maior votação das três eleições). Mais experiente nessas relações de poder no Congresso Nacional, gozando de uma imagem de respeito no meio político, com um estilo incisivo de agir e posições firmes, enfrentou a Constituinte como a chance de criar as bases de

um Estado mais democrático, mais inclusivo e menos desigual em relação aos diversos grupos historicamente discriminados, dentre eles as mulheres.

Nesse sentido, o produto objeto deste relatório aponta para a análise da atuação da deputada Cristina Tavares durante o período de transição política do país com destaque para o processo constituinte e para os avanços obtidos pelas mulheres com advento da nova Carta Magna de 1988. Evidentemente, exaurir os sentidos de uma trajetória política complexa como parece ser a dessa personagem se revela tarefa inexecutável, ainda mais quando se depara com inúmeras restrições materiais e emocionais derivadas de um período estranho para a humanidade que desde o ano de 2020 foi impactada pelos efeitos duradouros da pandemia da COVID-19. Feito esse breve introito, cabe a partir de agora apresentar ao leitor os caminhos a serem percorridos ao longo das páginas seguintes.

Com o objetivo de melhor organizar o estudo, divide-se o relatório em seis partes. A primeira delas – “Analisando o objeto de estudo e a sua relação com o projeto de pesquisa” – discorre basicamente sobre o tema da pesquisa, o recorte temporal, bem como apresenta o objetivo geral da pesquisa, realçando, em síntese, as possibilidades e as expectativas geradas a partir do trabalho.

Conquanto não esteja no escopo deste Relatório discutir em maiores detalhes o processo de transição, mesmo porque este não é o foco central do produto, a segunda parte – “Visão panorâmica dos principais acontecimentos históricos do período de reabertura política no Brasil” - aborda os principais acontecimentos que marcaram as ações de transição democratizante, com uma subdivisão para tratar, brevemente, de cada um destes temas: a questão da anistia política; a reforma partidária que restabeleceu o pluripartidarismo; a batalha por eleições diretas para presidente da República (campanha das *Diretas Já*); a participação feminina na Assembleia Nacional Constituinte com enfoque na atuação da deputada pernambucana.

Já na terceira parte – “Discussão teórico-metodológico” - discorre-se sobre os pressupostos teóricos da pesquisa, mediante o levantamento de teorias que possam dialogar com o propósito de investigar a trajetória política de Cristina Tavares. Ao mesmo tempo se busca esclarecer a proposta metodológica na abordagem da temática do produto, apresentando o itinerário do estudo, as fontes e os acervos nele utilizados. Em seguida, abre-se um tópico para analisar o momento de transição política do início da década de 1980 como propício ao apelo pela expansão de direitos da cidadania, mas também de difícil conciliação das diferentes variáveis em jogo.

Na quarta parte – “Discussão sobre o formato” – apresenta-se o formato do produto confeccionado, a sua finalidade, o público a que ele se destina e os eixos temáticos de reflexões acerca da ação política da deputada Cristina Tavares no processo constituinte (a reconstitucionalização do país e os direitos das mulheres). No subitem 4.1 – Procedimento 1: seleção das fontes – anunciam-se, em resumo, as fontes escolhidas e efetivamente utilizadas na pesquisa. Já no subitem 4.2 – Procedimento 2: especificação técnica do produto – descrevem-se alguns detalhes técnicos do e-book (aspecto visual do produto) como tamanho do papel, disposição de texto e imagens, composição de cores entre outras características. Ao final, no subitem 4.3 – Procedimento 3: ficha técnica – abre-se espaço para relacionar os nomes dos profissionais que colaboraram na revisão, diagramação e arte gráfica do e-book, bem como para trazer especificidades da capa, da quantidade de imagens e do número de páginas do produto.

Na sequência, a quinta parte – “Apresentação do produto” – consta uma amostra do e-book em formato reduzido da versão a ser disponibilizada ao público.

Na sexta e última parte – “Aplicação do produto” – procura-se informar a aplicabilidade do material confeccionado e as possibilidades de uso do conteúdo nele produzido.

Encerrando o relatório, na forma de considerações finais, serão apresentadas reflexões sobre a participação da deputada Cristina Tavares na Constituinte, levando em conta as ambiguidades, as contradições e os interesses que se manifestaram na sua atuação, bem como as suas contribuições para a redemocratização e na expansão de direitos das mulheres.

1. Analisando o objeto de estudo e a sua relação com o projeto de pesquisa

O assunto da pesquisa é a história de uma pernambucana que, eleita deputada federal nas eleições de 1978, transformou-se na primeira mulher a assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados por Pernambuco. Escolhida nas urnas de forma surpreendente por um Estado de tradição conservadora, iniciou a sua caminhada na vida político-partidária durante um período de distensão do regime militar, envolvendo-se nos grandes episódios da redemocratização do Brasil entre 1978 e 1988. De tendência mais à esquerda no âmbito do MDB, esteve no centro das disputas de poder (ou bem perto dessa posição), atuando no Congresso Nacional no combate ao Estado autoritário, na luta pelo retorno da democracia no país e por mais direitos em favor das mulheres e em outras frentes não menos importantes.

O tema “A trajetória política de Cristina Tavares: a redemocratização e os direitos das mulheres na Constituição Cidadã (1978-1988)” foi cuidadosamente pensado para abrigar o

objeto da pesquisa da melhor maneira possível, antecipando com clareza a abordagem a ser desenvolvida ao longo deste produto de conclusão do curso de Mestrado Profissional em História.

Como se vê, o estudo versa sobre a história de uma personagem que ingressou na política institucional movida por circunstâncias e interesses variados diante de uma conjuntura de contestação ao regime ditatorial vigente à época. Essa perspectiva sugeriu a discussão baseada em dois eixos centrais de sua plataforma parlamentar, a saber: o processo de reconquista da democracia do Brasil e os direitos das mulheres na Constituição de 1988.

A ideia é que tais pilares forneçam ao leitor um significado representativo para a escritura, mas também permitam uma visão holística deste trabalho. Espera-se, ainda, que eles ajudem a conhecer e construir a sua própria impressão sobre a personagem, visitar a temporalidade por ela vivida e entender as redes de poder em que esteve inserida no decorrer de sua vida pública na política.

São recorrentes na elaboração de trajetórias a observação dos caminhos percorridos por determinados atores e de uma cronologia estipulada. Sabe-se, ainda, que a luta por um ideal eleva o nível de motivação do homem e, na maioria das vezes, desafia-o a alterar o curso de sua vida. A par disso, espera-se entender as dificuldades, os objetivos pessoais e coletivos, os fortalecimentos e fragilidades da personagem, enfim, conhecer e problematizar a ação de Cristina Tavares e as trincheiras por ela utilizadas para assegurar o seu espaço na política.

Nessa perspectiva, estudar a ditadura civil-militar e os seus apoiadores políticos no final da década de 70 parece ser um exercício legítimo para tentar interpretar os sentidos da postura adotada por Cristina Tavares. A sonegação, pelo Estado, de alguns direitos sociais, civis e políticos ao povo brasileiro e a competição acirrada pelo poder são aspectos que precisam ser melhor analisados como possíveis causas de sua inquietação política e instigador de inúmeros embates.

Por outro lado, o recorte temporal definido para o estudo é composto por marcos não aleatórios que abrange praticamente o último governo do regime militar e o momento, talvez, de maior efetividade da transição que foi a escrita de uma nova Constituição. Essa cronologia, aliás, torna possível montar uma trajetória ligada e sob o influxo de importantes fatos históricos do processo de transição política como, por exemplo, a questão da Anistia em 1979, a luta por eleições diretas para governadores entre 1980-1982, a campanha das *Diretas Já* e seus desdobramentos no ano de 1984, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 e a Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988.

Vale ainda ressaltar que o interesse pela temática surgiu inicialmente pelo desejo de conhecer os primeiros passos da participação feminina nas eleições brasileiras, pensando-se, na sequência, por que não pesquisar uma personagem que foi a primeira mulher eleita deputada federal por Pernambuco. A relevância da investigação também se evidencia pela oportunidade de reflexão sobre os efeitos, eventuais rupturas e/ou permanências que tal fato eleitoral produziu na sociedade no final dos anos de 1970 e durante a década de 80, principalmente para as mulheres.

Outro aspecto que pesou na escolha do tema foi a escassez (ou mesmo inexistência) de trabalhos acadêmicos na área de história sobre a trajetória de Cristina Tavares, havendo uma lacuna na historiografia que merece ser gradativamente preenchida por essa e outras pesquisas sempre no sentido de preservar a memória de um sujeito interessante para a história.

O objetivo geral da pesquisa é estudar a trajetória política de Cristina Tavares durante o processo de transição do regime autoritário ao democrático do Brasil no período entre 1978 a 1988. Para tanto, pretende-se compreender a dimensão política da parlamentar no processo de formulação da nova Constituição da República, analisando as suas relações políticas e de poder, os movimentos de aproximação e afastamento entre os principais atores políticos da época e como se portou naquele jogo político. Além disso, busca-se por meio dessa trajetória fazer uma leitura da participação das mulheres na concepção e no próprio processo constituinte de 1987-88, bem como discutir a sua contribuição para a conquista de direitos, inclusão social e ampliação da cidadania, tentando fugir de imagens reducionistas, superficiais e sem o devido cuidado crítico.

A modificação de um quadro de ditadura para uma ordem democrática no Brasil não deve ser examinada como uma história que se passa em ato único e independente dos efeitos de variadas forças políticas atuantes na época. Na realidade, transição dessa dimensão deve ser pensada como um processo heterogêneo que se desenrolou dentro de um contexto histórico, interligando fatos políticos importantes anteriormente citados (a questão da anistia política; as discussões em torno das eleições diretas para governadores, prefeitos e presidente da República; a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a criação de uma nova Constituição).

Com essa consciência, o estudo transcorreu com o olhar voltado para momentos de transição tanto pessoal da personagem investigada, quanto do regime de governo com o encerramento de um ciclo autoritário de governar e a construção de um modelo mais democrático. Esse foi um tempo de incertezas, acirrada disputa de poder e grande expectativa quanto ao rumo político do país.

Nessa primeira explanação, importante resumir que o propósito aqui é contribuir para uma melhor compreensão dessa história de vida impactada por um momento de transição e forte instabilidade política. No entanto, diante da dificuldade de tratar de tantos assuntos ao mesmo tempo e dos riscos de se perder ao longo de uma década de acontecimentos históricos relevantes, a opção foi ajustar o foco e concentrar a abordagem no processo constituinte, enfatizando a luta das mulheres por uma Constituição inclusiva e com mais direitos, mais cidadania e menos discriminação.

2. Visão panorâmica dos principais acontecimentos históricos do período de reabertura política no Brasil

Revisitando periódicos e a produção historiográfica referentes ao período do regime ditatorial implantado no Brasil a partir do golpe civil-militar de 1964, pode-se ter uma noção das mudanças sofridas no conjunto de direitos individuais e coletivos que afetaram a sociedade como um todo por 21 anos.

Essa página da história contemporânea brasileira foi marcada por fases de crescimento e outras de retrocesso, ambiguidades e contrassensos consistentes, de um lado, pelo desenvolvimento econômico e tecnológico e, de um outro, por arbitrariedades e violação aos direitos humanos prática atribuída ao regime de exceção. Essa última face da ditadura civil-militar levou a uma contínua resistência de segmentos específicos da sociedade organizados em movimentos sindicais, estudantis, associações, ala progressista da Igreja Católica, grupos insatisfeitos de militares e outros atores inconformados com os abusos do autoritarismo governamental e em busca dos caminhos alternativos para o país.

Oscilando entre momentos e governos de maior ou menor repressão, a ditadura prosseguiu na segunda metade da década de 1970, mas já demonstrando sinais de desgaste que levaria a ala mais moderada das Forças Armadas (representada pelo general Ernesto Geisel) a pensar mais concretamente na possibilidade de reabertura política. Mesmo com a repressão ainda presente, principalmente contra os opositores declarados ao Regime, o penúltimo governo militar do presidente Ernesto Geisel foi quem deu contornos mais reais ao projeto de distensão política no Brasil, quando alguns fatores internos e a conjuntura político-econômica internacional passaram a exercer pressão nesse sentido.

Sobre a crise da ditadura e as primeiras ideias de retirada do poder, o professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

elencar os principais fatores que, na sua ótica, teriam conduzido a esse ponto de inflexão, nos seguintes termos:

(...) a pressão exterior, representada principalmente pelo governo Carter e sua força no mapa geopolítico marcado pela dependência, assim como os condicionantes da economia mundial, como a crise do petróleo e o endividamento externo; o projeto de abertura do poder militar, traduzido na estratégia Geisel-Golbery em resposta a derrota eleitoral, e a ação autônoma, porém condicionada, da oposição ao lado da expressão da rejeição popular. (SILVA, 2003, p. 373)

Desse modo, a instabilidade da ditadura e o desenho de redemocratização do Brasil se apresentavam como processos dinâmicos e comunicáveis, marcados por avanços, recuos e encruzilhadas, e que não representavam exatamente o desejo de muitos na sociedade ou de parcelas específicas de privilegiados ou simpatizantes do regime autoritário. Essa marcha se constituiu com a ação político-institucional dos militares e as suas variáveis; da oposição, distribuída em várias frentes, como os movimentos populares, estudantis, dos trabalhadores, das entidades civis, além do braço partidário do MDB; e da conjuntura internacional que também interferiu substancialmente no destino político interno. (CARVALHO, 2015, p. 177-193)

O caráter multifacetado dessas ações desencadeou uma sequência de acontecimentos que modificaram gradualmente o destino político do Brasil, pois acumularam energia suficiente para pressionar quem estava no poder a começar a trilhar o caminho de reabertura do Regime, cabendo registrar adiante alguns desses episódios, mesmo de forma sucinta.

2.1 A anistia política

A campanha pela Anistia representou um dos episódios mais simbólicos da jornada rumo ao restabelecimento de uma ordem democrática no país. A perseguição política implementada pelos governos militares foi responsável por diversas cassações de políticos, encarceramentos, torturas, desaparecimentos e exílio de um número significativo de pessoas (civis ou não) que, de alguma forma, protestavam contra a condução do Estado autoritário que se tornara o Brasil. Com o advento do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, o governo passou a ter o poder de expulsar os considerados subversivos e inimigo da pátria do convívio social e nas instituições civis e militares. O exílio, em particular, era uma condição imposta pelo Regime a todo aquele que se insurgia contra a doutrina e o controle

estatal. Embora desde os primeiros momentos após a deflagração do golpe de 1964 já se observasse focos de resistência, a mobilização mais bem organizada pela anistia surgiu a partir de 1975 por ação o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) encabeçada por mulheres e, depois, com o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) constituído por representantes de diferentes setores da sociedade e com uma pauta mais ampla de questionamento da continuidade do próprio Regime.

Tanto no jornalismo quanto na política institucional, Cristina Tavares não ficou equidistante à campanha pela Anistia, tendo apoiado o retorno e a reintegração à sociedade de muitos exilados. Assim aconteceu na batalha travada para assegurar o regresso do ex-governador Miguel Arraes de Alencar que ficou exilado por 14 anos na Argélia, depois com passagem pela França.

As articulações de bastidores foram de suma importância. Havia vários interesses em jogo, mas a luta pela anistia tinha um alvo imediato de alcançar a liberdade para os expurgados e presos políticos e mediato de fazer ruir pilares da ditadura como a intolerância e a segregação de opositores, sendo um vetor de pressão para o retorno da democracia.

O movimento pela anistia no Brasil foi cercado de complexidades, disputas e polêmicas no seu desenrolar. Havia os grupos organizados da sociedade civil e da ala política progressista, os militares e os seus apoiadores civis e outras diferentes categorias formando um difuso campo de força em torno da questão. Aliás, cumpre registrar que dentro de cada agrupamento citado existiam algumas camadas com sujeitos pensando e agindo segundo os seus interesses. Nas Forças Armadas, por exemplo, existiam facções com visões bem distintas sobre o assunto. Uns totalmente contrários à concessão de anistia; outros, de tendência mais moderada, arquitetavam uma forma controlada de liberação dos opositores; existindo ainda um terceiro grupo, formado pelos militares ligados a movimentos sociais e de direitos humanos, favorável à liberação dos perseguidos políticos.

No campo da oposição, desde partido político a movimentos sociais, muitos grupos estiveram mobilizados na trincheira da anistia. Houve uma participação ativa no processo, por exemplo, do MDB (único partido de oposição permitido naquele período da ditadura), de setores da Igreja Católica, movimentos estudantis, de profissionais liberais, de mulheres, negro, segmentos da imprensa mais à esquerda e, no final da década de 70, um novo movimento operário da indústria na região da grande São Paulo. (ARAÚJO, 2012, p. 60). Os estudos elaborados pelo projeto *Marcas da Memória - história oral da anistia no Brasil* interpretaram que “a luta pela anistia foi o elemento aglutinador e unificador dos mais diferentes setores de

oposição ao regime. Por isso, ela teve papel central no longo processo de transição política iniciado em meados da década de 1970 e finalizado em 1985, [...]” (*ibid*, p. 176).

O projeto de anistia do governo despertou grande expectativa no meio da oposição, pois não se sabia de forma clara as reais intenções dos líderes militares, apenas havia o anúncio, ainda no governo do general Ernesto Geisel, de uma abertura “lenta, gradual e segura”, ficando para a gestão subsequente do presidente João Figueiredo o anseio popular de uma anistia “ampla, geral e irrestrita”. O professor Rodrigo Patto Sá Motta nas suas reflexões sobre o tema identifica algumas das intenções do governo e descreve, resumidamente, o panorama que antecedeu à elaboração da Lei da Anistia, nos seguintes termos:

No início do governo Figueiredo começaram as tratativas para formular uma lei de anistia, processo que gerou muitas polêmicas. Um dos momentos mais críticos foi a greve de fome realizada por presos políticos, em protesto contra as limitações da abrangência da lei proposta pelo Estado. Da ótica do governo, tratava-se de restringir o “perdão” de modo a não beneficiar os mais “perigosos”, sobretudo os que participaram de ações armadas. Essa medida revelava a preocupação do governo Figueiredo de não provocar a ira dos homens do aparelho repressivo (...). Por outro lado, havia também a intenção de aproveitar a lei para proteger “os seus” de futuras punições por violações dos direitos humanos. (2014, p. 339)

A temática tem sido objeto de vários estudos, havendo questões ainda muito controversas e obscuras em torno dos reais interesses em jogo, os conflitos explícitos ou ocultos entre protagonistas, as tramas, os esquecimentos da história e as intencionalidades na produção da Lei da Anistia. A matéria se tornou um campo fértil para diferentes análises críticas e arremates de especialistas, tal como foi realizada pela professora Carla Simone Rodeghero, embasada nas expectativas de cada parte envolvida, como se vê a seguir:

Mesmo que seja flagrante a disparidade entre as demandas de “anistia ampla, geral e irrestrita” e uma anistia que encobre graves violações dos direitos humanos sob a capa do perdão aos “crimes conexos”, não se pode esquecer que a lógica do esquecimento se fez presente nas propostas de diferentes protagonistas da oposição. As razões poderiam ser o medo de um retrocesso político, a percepção de que o regime não aceitaria nenhuma anistia que não fosse recíproca, uma avaliação que equiparava as ações da oposição armada e da repressão, a influência de uma tradição de anistias na vida política brasileira, no seio das quais nunca se colocara a possibilidade de culpabilização da violência praticada contra os inimigos políticos (Rodeghero, 2014). Ou, ainda, como sugeriu Daniel Aarão Reis Filho, poderia ter contado para a aprovação da anistia recíproca o silêncio da grande maioria dos brasileiros sobre as torturas e os torturadores, excluídas as “vozes corajosas de jornalistas, de políticos, de lideranças eclesiais, de militares revolucionários” (REIS FILHO, 2010, p. 173), [...]. (RODEGHERO, 2019, p. 450)

A posição de Cristina Tavares era muito clara em defesa de uma anistia ampla e irrestrita. O seu pronunciamento publicado no *Diário do Congresso Nacional* do dia 23/03/1979 é no sentido de reafirmar o pensamento do seu partido (MDB) e, de um modo geral, o entendimento da oposição pela anistia de maior alcance. Nesse discurso desafiava as lideranças arenistas a aprovarem a anistia nesse formato e uma assembleia constituinte, para então poderem legitimar a pose de democratas na Casa legislativa. Esse era o seu primeiro mandato na Câmara Federal.

Em nova oportunidade, subiu à tribuna da Câmara dos Deputados, para repercutir a análise econômica feita pelo ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes de Alencar, em entrevista concedida à revista *Playboy*, denunciando a existência de rumores de que o político exilado estaria excluído do projeto de anistia apresentado pelo governo. A cautela nas palavras não era o ponto forte da deputada pernambucana que assim discursou em defesa do retorno de Miguel Arraes:

Por mais exótico que tenha sido o comportamento político do Governo, seria inaceitável simplesmente decretar uma anistia aos que cometeram delito de opinião, "exceto para os punidos cujo prenome começa por Miguel".

O medo que envolve uma eventual liderança política de homens que tiveram uma participação de relevo na vida nacional e que se comportaram no exílio com postura e seriedade coloca o Sr. Miguel Arraes como um elemento perigoso.

Não nego que ele seja perigoso ao Sistema que protege o arbítrio, a desvairada corrupção, a entrega despudorada do País à sanha das multinacionais. Mas defendo que a sua presença em um Brasil que busca de maneira sadia seus próprios caminhos será benéfica à Nação.

Ao lado de tantos outros brasileiros expulsos, pelo arbítrio, do convívio político - e para citar apenas uns poucos diria Lysâneas Maciel, Alencar Furtado, Marcos Tito, Marcelo Gatto, Nelson Fabiano, Nadir Rosseti. Amaury Müller - o Sr. Miguel Arraes tem um papel importante a desempenhar no penoso trabalho de reconstrução nacional. A Nação o espera. (*Diário da Câmara dos Deputados*, 24/03/1979, p. 1.071-1.072)

Outros discursos igualmente fortes sobre o tema anistia se sucederam. Eles deixam claro a preocupação da parlamentar com a edição de uma lei seletiva e restrita que não contemplasse líderes políticos, intelectuais e tanto outros presos e torturados pelo regime ditatorial. Entendia a deputada pioneira que a Nação devia uma reparação a essas pessoas mediante a concessão de anistia “ampla, geral e irrestrita”. Contudo o cogitado projeto de lei enviado ao Congresso Nacional não agradou à oposição e Cristina Tavares, por sua vez, discordou de forma veemente da proposta que, na sua visão, equivaleria a passar uma borracha nos crimes praticados por torturadores a serviço da ditadura. Lembrava que o modelo que impulsionou a luta dos comitês pró-anistia, das entidades civis, como a OAB, e do povo em geral era de uma anistia mais

abrangente, ficando evidente a sua frustração com a aprovação apertada (206 votos a favor a 201 contra) de uma lei, sancionada em 28 de agosto de 1979, que promovia uma espécie de anistia quase “recíproca” entre perseguidos políticos e agentes do Estado, fruto de uma inteligente manobra governista.

Oportuno registrar que havia dois projetos de anistia distintos em disputa: um deles, defendido por entidades de oposição, o qual apregoava um modelo de anistia “ampla, geral e irrestrita” também para aqueles considerados “perigosos” e “subversivos” e os acusados de crimes violentos (“crimes de sangue”); o outro, baseado numa interpretação extensiva do benefício, que abarcava os agentes ligados ao regime militar que teriam cometido abusos de autoridade e atos de tortura.

O processo de anistia, na sua complexidade, trouxe ganhos e perdas tanto para a oposição quanto para os militares. Para o MDB, por exemplo, a perspectiva com a aprovação do projeto de lei era o fortalecimento político com o retorno de relevantes políticos de esquerda: Luiz Carlos Prestes, Miguel Arraes, Gregório Bezerra, Leonel Brizola e Francisco Julião e outros. Do lado dos militares, mesmo que o regresso de muitos dos líderes acima não agradasse, havia o prognóstico de que essa volta ensejaria uma fragmentação interna da oposição, com maior impacto sob o MDB, inclusive pela nova configuração partidária que se anunciava diante do restabelecimento do pluripartidarismo. (PORFÍRIO, 2016, p. 239)

Para se ter uma dimensão dos interesses envolvidos na discussão da anistia, o historiador Pablo Porfírio prossegue na análise sobre o tema, formulando a seguinte ponderação:

A oposição sabia que o governo militar, de qualquer maneira, atuava para garantir aos envolvidos em atos arbitrários – torturas e assassinatos, por exemplo – a condição de não serem punidos. Ao participar da aprovação do projeto do governo, o MDB assegurava esta condição. E, se criticava o projeto de anistia e reconhecia seu caráter parcial, também o apresentava como uma vitória, com avanço democrático. [...]. A ideia de conciliação instituía o limite, a regra para a transição política. [...]. A conquista de espaços para a atuação dentro do processo de redemocratização passava por um diálogo com os militares e com grupos de oposição que já negociavam e definiam seus lugares na transição política do Brasil. (*ibid.*, p. 240)

Dessa forma, considerando que dois projetos distintos concorriam entre si, a anistia na realidade brasileira representou sentimentos de conquista parcial para a sociedade e diversos grupos que lutavam por uma “anistia ampla, geral e irrestrita” e, de outro lado, um triunfo em parte dos militares e civis aliados ao governo militar que alcançaram uma anistia limitada pela qual se afastava a obrigação de apurar os crimes e abusos praticados supostamente para manter

o regime autoritário, a pretexto de estender o perdão aos “crimes conexos”. (ARAÚJO, 2012, p. 61)

2.2 Reforma partidária – retorno ao pluripartidarismo

Em mais um capítulo turbulento do governo Figueiredo foi a vez da reforma partidária. Propunha-se a liberação para a formação de novos partidos políticos. O bipartidarismo era constituído pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partidos situados em campos ideológicos opostos. O primeiro representava o braço legislativo de apoio ao governo, constituindo a maior bancada do Congresso Nacional; já o segundo correspondia a ala das oposições ao regime militar, agregando nos seus quadros desde os políticos de tendência mais moderada até aqueles de orientação mais à esquerda.

Com a mudança, o modelo estruturado na concentração política em apenas dois partidos abria espaço para a criação e participação de novas entidades partidárias, tendo como principal efeito eliminar a exclusividade/monopólio da representação da oposição, desconcentrando a força dessa organização por outras frentes.

Com efeito, a modificação aprovada em novembro de 1979 atingiu em cheio o panorama partidário daquele presente, pois possibilitou o surgimento e a reconfiguração dos partidos, extinguindo as organizações existentes com a lógica de pulverizar as lideranças oposicionistas e, por conseguinte, enfraquecer as ideias contrárias ao Regime vigente.

Assim, em decorrência dessa remodelação, a ARENA se transformou no Partido Democrático Social (PDS), mantendo-se no plano conservador de apoio ao governo. O Partido Popular (PP), liderado por moderados do MDB como Tancredo Neves e um dissidente da antiga ARENA, Magalhães Pinto, prontificou-se a ocupar uma lacuna de centro entre os extremistas de direita e de esquerda. O MDB se transformou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), preservando a linha de esquerda, sigla que ainda acomodava grupos moderados e mais radicais. O Partido do Trabalhista Brasileiro (PTB), que ficou sob o controle de Ivete Vargas, em virtude da manobra atribuída ao general Golbery do Couto e Silva (chefe da Casa Civil do governo do presidente Figueiredo), no sentido de evitar que a sigla passasse ao comando de Leonel Brizola. Orquestrada essa medida, Brizola fundou uma nova agremiação chamada de Partido Democrático Brasileiro (PDT). Nessa leva, houve a junção de uma frente multilateral emergente formada por sindicalistas, intelectuais, grupos de esquerda revolucionária, a ala católica de esquerda, ex-guerrilheiros e outros de tendência não tão clara

para criar o Partido dos Trabalhadores (PT), aparecendo como seu maior líder Luiz Inácio da Silva, o Lula, um operário vinculado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos - SP. (REIS FILHO, 2014, p.137)

A lógica do pluripartidarismo estava diretamente relacionada ao objetivo de reverter o jogo eleitoral, bem como dificultar a articulação da oposição que agora se via em um dilema, pois sempre se posicionou a favor da liberdade de organização, e, naquela etapa da redemocratização, o antigo MDB se via fragmentado em diversas outras legendas, tendo a missão de conseguir transferir a sua identidade para a nova sigla, o PMDB. (TRAJTENBERG, 2015, p. 52)

Cristina Tavares, em pronunciamento feito no Congresso Nacional em 21/11/1979, reportou-se ao projeto de reforma partidária como um ato de desrespeito aos direitos humanos, entendendo que a proposta do pluripartidarismo àquela altura significava, além da extinção do histórico MDB, uma tentativa de esconder do povo a grave crise econômica que afetava o Brasil e fragilizava as camadas mais carentes da sociedade. (*Diário do Congresso Nacional*, 22/11/1979, p. 22)

Na realidade, a deputada pernambucana nunca teve bons olhos para esse projeto, percebendo que se tratava de uma manobra dos chefes militares para desagregar o partido que no momento representava a oposição. Tempos antes ela já se posicionara contra a mobilização de Tancredo Neves (MDB-MG) no intuito de criar um partido independente, alertando que a postura do parlamentar mineiro abriria caminho para que o governo modificasse o sistema partidário. Entendia que o político tinha o direito de seguir as suas convicções, mas com isso estava fazendo o jogo governista de pulverizar e enfraquecer a oposição. (*Correio Braziliense*, 30/07/1979, p. 3)

Tal posição fazia parte da intensa disputa pelo poder e hegemonia no terreno das oposições que era defendida palmo a palmo também pelo setor mais à esquerda do MDB, chamado de autênticos. Manter o protagonismo no combate à ditadura era uma questão de preservar espaço político e a condição de principal legenda de oposição, assegurando no futuro próximo a prioridade de provável sucessora do poder, quando da saída dos militares.

A manutenção de uma frente ampla de oposição até que se concretizasse o retorno à democracia no país não escondia a pretensão dos membros do antigo MDB de salvaguardar a posição da agremiação de principal entidade representativa dos movimentos sociais e populares, apresentando-se como a alternativa para substituir o modelo autoritário tanto por sua história quanto por seu conteúdo programático.

Apesar do papel destacado na luta contra o autoritarismo e arbitrariedade durante a ditadura civil-militar, não se pode negar o interesse paralelo da legenda de se manter como única via competente para promover as mudanças que o país precisava e assumir o poder assim que os militares se retirassem do posto.

O plano que resultou no retorno do pluripartidarismo teve muitos significados, uns calculados e outros inesperados. Não se imaginava que o lado mais à esquerda da oposição poderia se manter com alguma vitalidade, inclusive com a formação de um partido, o Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda não se tinha na conta a possibilidade de cisão dentro do partido de apoio ao governo militar, como aconteceria no processo de sucessão presidencial do general Figueiredo a partir de uma crise interna no PDS, redundando na saída de importantes integrantes da legenda para criação de uma frente chamada de Frente Liberal.

2.3 A luta por eleições diretas para Presidente da República

A primeira metade da década de 80 continuou intensa do ponto de vista das articulações políticas com grande pressão dos atores contrários ao regime militar e às tramas montadas pelos governistas para se manterem no controle da abertura política. Paulatinamente o modelo autoritário repressivo dos militares baseado na hierarquia caminhava para o esgotamento. O encanto geracional de parte da sociedade, motivado na década de 1970 principalmente pela boa impressão do desempenho da economia nacional, transformou-se em pesadelo nesse novo ciclo. Com fortes reduções no PIB brasileiro no início dos anos 80 e inúmeros outros indicadores apontando para um cenário de grave crise econômica no país, dando claros sinais de exaustão da matriz de desenvolvimento utilizado embasado no investimento público e financiamento estrangeiro. As críticas e o inconformismo da população se multiplicaram aprofundando a instabilidade política do governo central.

Nessa atmosfera, implementada a reforma do sistema partidária no final de 1979, as eleições diretas para governadores estaduais surgiram como o assunto político mais importante daquele momento. Já no princípio da década de 80, era crescente a expectativa no Congresso Nacional em torno da emenda de autoria do deputado Edison Lobão (ex-ARENA-MA) que propunha o restabelecimento das eleições diretas para governadores em 1982. Havia o receio de que a Emenda Lobão fosse retirada da pauta, apesar de aprovada por uma Comissão Mista da Casa.

Interessante nessa questão é que o próprio autor da proposta, filiado ao PDS-MA, não considerava antidemocrática a escolha indireta dos governadores estaduais, embora reconhecesse ser desejo do povo brasileiro e compromisso assumido em sua campanha eleitoral o retorno da escolha dos governadores pelo voto direto (*Correio Braziliense*, 26/01/1980, p. 4). A história da reabertura política ia se escrevendo, como já dito, com ambiguidades e contradições, sem que as ações escapassem do domínio dos militares.

No comício de lançamento da nova sigla (PMDB) em Pernambuco, realizada em 24/01/1980 para mais de 5 mil pessoas, na cidade de Caruaru, onde estiveram presentes lideranças do partido como Teotônio Vilela, Marcos Freire, Miguel Arraes, Fernando Lyra, Cristina Tavares e Roberto Freire, o presidente nacional da legenda Ulysses Guimarães enfatizou que a mobilização seria a forma mais eficaz de se alcançar a democracia no Brasil. Esse grupo teve papel decisivo de resistência a eventuais retrocessos e na vigilância do desenrolar do processo de transição política para um regime democrático (*ibid.*).

Por outro lado, os aliados governistas no Congresso Nacional demonstravam uma alta fidelidade aos interesses da presidência da República. E assim aconteceu com a regência das lideranças do PDS que orientaram os parlamentares de sua bancada a se ausentarem do plenário para inviabilizar a votação da matéria na Câmara Federal, postura que evidenciava o nível de influência exercido pelo “chefe do governo” (*Correio Braziliense*, 22/03/1980, p. 4).

A emenda à constituição que permitiria eleições diretas para governadores estaduais em 1982, cuja deliberação estava prevista para 22/03/1980, restou frustrada porque um suposto fato novo teria levado os deputados federais do PDS a esvaziarem o palco da votação. No dia 25/03/1980, a Emenda Lobão não conseguiu ser aprovada no Congresso Nacional e foi definitivamente arquivada. A justificativa para esse desfecho foi a apresentação de um texto de iniciativa do governo, de conteúdo mais amplo, em que se propunha além das eleições diretas para o executivo estadual e a extinção dos senadores indiretos (conhecidos como “senadores biônicos”) em 1986. Para apressar a leitura e discussão da emenda Abi-Ackel (como se chamou a proposta governista do Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel), as oposições retiraram as assinaturas de várias outras emendas para desobstruir a pauta e, assim, facilitar a tramitação daquela que representaria um passo a mais no caminho de retorno à democracia no país (*ibid.*, 26/03/1980, p. 5).

Mesmo com a desconfiança da oposição, depois de uma espera desde março de 1980, o Congresso aprovou a proposta do governo de eleições diretas para senadores e governadores em 13/11/1980 (*ibid.*, 14/11/1980, p. 3).

Com essa conquista, o foco agora se voltava para o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República nos anos de 1983 e 1984. No centro das discussões estava a Emenda Dante de Oliveira, assim chamada por conta de seu autor, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB - MT). Ela gerou grande expectativa entre os partidos de oposição, assim como temor dos parlamentares pedessistas e demais aliados do governo de não lograr êxito nas eleições com votação direta.

A proposta em si estabelecia que o presidente e o vice-presidente seriam eleitos simultaneamente, entre os brasileiros maiores de 35 anos e no exercício dos seus direitos políticos, por meio de sufrágio universal e voto direto e secreto. Segundo o projeto, as eleições seriam programadas para o dia 15 de novembro do último ano do mandato presidencial de João Figueiredo (*Correio Braziliense*, 06/11/1983, p. 6).

De início tímida, a mobilização popular por eleições diretas para Presidente da República começou a ganhar feição de campanha nacional na segunda metade de 1983, tanto pela aproximação da sucessão presidencial quanto pelo engajamento de líderes políticos da oposição. Franco Montoro (PMDB-SP) e Leonel Brizola (PDT-RJ) respectivos governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro, bem como os presidentes do PMDB e PT, Ulysses Guimarães e Luiz Inácio da Silva, nessa ordem, além de Miguel Arraes, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Roberto Freire, Orestes Quécia e outros se juntaram em torno da causa, formando uma grande corrente por eleição direta.

Os comícios e passeatas pró *Diretas Já* se multiplicaram por todo o Brasil, mas em algumas cidades houve concentrações históricas de pessoas. Eventos que atingiram grande público a exemplo do ocorrido em 24/02/1984, em Belo Horizonte (MG), onde estiveram presentes cerca de 400 mil pessoas; em 10/04/1984, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), na qual se estimou o comparecimento de 1 milhão de pessoas e, em 16/04/1984, em outra grande manifestação popular reuniu aproximadamente 1,5 milhões de pessoas na capital paulista (SP), na luta pelas diretas e para protestar contra o Colégio Eleitoral. (REIS FILHO, 2014, p. 144)

Imagem 1 - Cartaz pelas eleições diretas.



Fonte: Acervo CEDEM-UNESP, CP2_83.

No Estado de Pernambuco, houve manifestações nas cidades de Abreu e Lima, Olinda, Petrolina e no Recife. Nessa onda, o PMDB local promoveu um ato público preparatório de um comício maior, na Pracinha do Diário, centro da capital pernambucana, no dia 12/08/1983. Dentre muitos políticos ligados à oposição, estavam presentes o deputado Miguel Arraes (PMDB), a deputada Beth Mendes (PT-SP), o ex-deputado Francisco Julião (PDT), a deputada Cristina Tavares e o ex-senador e vice-presidente nacional do PMDB Teotônio Vilela. Este, aliás, veio ao Recife com uma dupla missão: participar da manifestação por eleições diretas para o cargo presidencial e participar de um debate sobre “A crise internacional, o Brasil e a Nicarágua” na inauguração do Centro de Estudos Políticos e Sociais Teotônio Vilela idealizado por Cristina Tavares. Essa entidade, vale dizer, tinha o objetivo de promover discussões sobre temas relevantes para o Brasil e para a sociedade. Era um espaço que, na visão do próprio homenageado, deveria ser reconhecido como um símbolo de luta e uma base de resistência situada em solo pernambucano (*Diário de Pernambuco*, 10/08/1983, p. A-2).

De forma alternativa, Cristina Tavares em companhia do então deputado estadual Sérgio Longman e do vereador do Recife Pedro Eurico Barros resolveram levar a mensagem da campanha por eleições diretas de um modo descentralizado e na base do contato direto com a população que transitava em uma das ruas mais movimentadas do centro do Recife, a Rua Nova. O ato político realizado em 12/01/1984 contou com o discurso de Cristina Tavares e distribuição de panfletos com a mensagem “Pernambuco direto para as diretas” e de uma cédula com um campo específico para que se declarasse “sim” ou “não” a afirmação: “Quero votar para presidente com eleições diretas”. O abaixo-assinado seria levado ao presidente do Congresso Nacional, sendo mais uma reivindicação pelo direito dos cidadãos de votar nas eleições presidenciais. Esse grupo de políticos entendia que a conquista das diretas era o caminho mais viável para superar a crise política e de poder que afetava a nação em tempos difíceis de instabilidade econômica (*Diario de Pernambuco*, 13/01/1984, p. A-2).

Outra manifestação curiosa organizada por Cristina Tavares e Sérgio Longman foi o afogamento simbólico no Rio Capibaribe do Colégio Eleitoral (Órgão designado para escolher o sucessor do presidente Figueiredo). Após um comício na Rua Nova, centenas de pessoas saíram em passeata pelas ruas do Recife, ao som de uma marcha fúnebre, carregando um caixão de cor preta, contendo os nomes dos presidentiáveis, até a ponte da Boa Vista, de onde o objeto foi jogado as águas (*Diario de Pernambuco*, 11/02/1984, p. A-2).

A participação de Cristina Tavares na mobilização pelas *Diretas Já* no Estado de Pernambuco foi marcada por sua presença nas ruas, junto ao povo, nos debates, na interiorização da campanha mediante articulações de comícios por vários municípios do interior (Caruaru, Garanhuns, Salgueiro, Arcoverde, Petrolina e outros), instigando a reflexão de um número cada vez maior de pessoas sobre a importância daquela bandeira de luta para o retorno da democracia e o futuro do país.

Na Câmara Federal, a deputada pernambucana recepcionou uma grande manifestação de mulheres pelas *Diretas Já*. O evento aconteceu em 17 de abril de 1984, quando cerca de 5.000 pessoas de várias origens e partes do país (SP, MG, PR, GO, PE, AL, RS, CE, BA e RJ), a maioria mulheres, participaram no Congresso Nacional de uma concentração intitulada de Manifestação das Mulheres pelas *Diretas Já*. Naquela oportunidade, Cristina Tavares apresentou o ato público realizado na rampa de acesso ao Congresso, conduzindo a multidão a entoar gritos de ordem como “*Diretas Já* para o presidente Figueiredo escutar” enquanto aproximadamente 1.200 mulheres lotavam o plenário, para ouvir discursos dos parlamentares (*Correio Braziliense*, 18/04/1984, p. 17).

Na divulgação do referido ato, a deputada federal por Pernambuco ressaltou que a concentração não deveria ser interpretada como um confronto das mulheres aos setores contrários à aprovação da Emenda Dante de Oliveira, apenas como uma demonstração de que a maioria da população brasileira, da qual o sexo feminino representava mais de 50%, teria condições de escolher diretamente o próximo presidente. Era um momento de tensão em que a pressão precisava ser calculada para evitar enfrentamentos desnecessários com congressistas conservadores e alguns ainda afinados com o governo militar (*Correio Braziliense*, 14/04/1984, p. 4).

Apesar da mobilização substancial da nação, a Emenda Dante de Oliveira precisava de 320 votos para ser aprovada, mas esse objetivo não foi alcançado, pois na sessão do dia 26/04/1984 o Congresso Nacional rejeitou a proposta por 298 votos a favor e 68, contra. Isso gerou uma grande frustração em políticos, militantes e parcela expressiva da população brasileira engajados na luta pelas diretas, eis que teriam de aguardar outra oportunidade para escolher o presidente. Derrotada a proposta pelas *Direta Já*, uma outra configuração política baseada na negociação, acomodação de interesses e controle dos mais radicais de direita e de esquerda começava a ganhar forma, criando-se um ambiente favorável para a execução de um projeto há tempo defendido pelo governo Figueiredo de uma sucessão presidencial via escolha indireta. Bem descreve essa dinâmica o historiador Pablo Porfírio no trecho de sua obra a seguir:

A busca de negociação com o governo teria estado em risco em diversos momentos da campanha pelas *Diretas Já*, sobretudo, pela intensa e até inesperada mobilização popular. Entretanto, com a derrota da emenda Dante de Oliveira e a candidatura de Tancredo Neves, a negociação foi restabelecida. E os radicais que eram representados pelo regime como derrotados voltaram a existir no jogo político da transição, como aqueles que poderiam ameaçar a conciliação nacional. Passa-se a ser produzida e divulgada a necessidade de se combater os de esquerda para não haver uma reação dos da direita e vice-versa. Assim, à população que lotou as ruas, era recomendado que voltasse as suas casas. (2016, p. 311)

Em consequência disso, não tardou muito para que uma aliança entre partidos de oposição, do centro e de políticos dissidentes do PDS caminhasse para uma solução possível para aquele momento, mediante a formalização de uma chapa, a fim de disputar as eleições indiretas em 1985 no Colégio Eleitoral. O PMDB, verificando que a oposição havia conseguido um espaço real no contexto do Estado autoritário, articulou-se para lançar uma candidatura, enquanto o partido da situação, mesmo em uma condição mais confortável devido ao quantitativo de senadores biônicos, vivia uma crise interna em torno da indicação do nome de Paulo Maluf e Mário Andreazza para a presidência em 1984. Essa disputa de poder produziu

uma cisão no PDS, abrindo caminho para a criação de uma nova sigla que abrigaria os dissidentes chamado de Frente Liberal. Assim surgiu o Partido da Frente Liberal (PFL) que viria a se aproximar de parte da oposição, formando então uma coligação chamada de Aliança Democrática encabeçada por Tancredo Neves, para presidente, e José Sarney, para vice.

Embora decepcionada com a rejeição da Emenda da *Diretas Já*, Cristina Tavares permaneceu mobilizada enquanto fundadora de um grupo chamado de “Só Diretas” (grupo político de parlamentares do PMDB que visava ao restabelecimento de eleições diretas e contrários inicialmente à escolha indireta no Colégio Eleitoral de 1985). No entanto, com a proximidade da votação e as investidas de políticos aliados, a deputada pernambucana reviu a sua posição de não participar do Colégio Eleitoral, anunciando que votaria no governador de Minas Gerais Tancredo Neves, apesar das restrições feitas ao perfil conservador do candidato pemedebista. Essa decisão parece se justificar, primeiro, pelo poder de convencimento de alguns correligionários como Fernando Lyra e, depois, em virtude do compromisso assumido pelo candidato na convenção do PMDB de restabelecer a eleição com voto direto para presidente da República e de formular um programa mínimo de governo com medidas que não representassem a continuidade do regime anterior (*Correio Braziliense*, 19/08/1984, p. 5).

Habilidoso em sua campanha, Tancredo acenou para políticos de diferentes correntes ideológica. Para garantir o máximo de apoio da esquerda anunciou medidas democratizantes como eleições diretas para presidente e convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1986, mas também sinalizou para a direita com um discurso apaziguador, propondo um olhar voltado para o futuro, sem revanchismo, de modo a constituir uma coligação capaz de promover a conciliação do Estado com a Nação (*Folha de São Paulo*, 13/08/1984, p. 4-5).

Ainda assim, a representante do PMDB pernambucano foi a única pessoa a vaiar o nome do senador José Sarney, durante o discurso de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, na Câmara dos Deputados, prosseguindo com tal protesto mesmo quando advertida pelo seu comportamento, vociferando “É grileiro, sim. Queremos *Diretas Já*”, conforme noticiado no *Correio Braziliense* de 12/08/1984 (p. 18). Essa repulsa, contudo, não modificou a sua decisão de votar no candidato do seu partido, deixando claro que a posição intransigente de quatro remanescentes do “Só Diretas” acabaria por favorecer a candidatura de Paulo Maluf (*Correio Braziliense*, 20/09/1984, p. 7). A narrativa sinuosa expõe um pouco do jogo político daquela época, também não sendo surpresa as atitudes contraditórias e circunstancialmente incoerentes como estratégia para se alcançar adiante outros objetivos.

Em janeiro de 1985, a chapa da Aliança Democrática derrotou o candidato do PDS Paulo Maluf, obtendo uma margem expressiva de 480 votos contra 180 do lado pedessista e 17 abstenções, encerrando, assim, o ciclo de 21 anos consecutivos de governos militares no país.

2.4 - A Nova República e a Assembleia Nacional Constituinte

A morte de Tancredo Neves, anunciada oficialmente em 21 de abril de 1985, gerou intensa expectativa quanto aos rumos da transição democrática. Vitorioso no Colégio Eleitoral realizado em 15 de janeiro de 1985, o inesperado passamento do Presidente eleito pela Aliança Democrática colocou na linha sucessória o seu vice José Sarney. Malgrado tenha apoiado o regime de exceção instaurado no país pelo golpe civil-militar de 1964, Sarney não contava com a simpatia dos governantes militares. Ele no poder não aparentava representar o sentimento de mudança desejado pela maioria do povo brasileiro. Os vínculos de Sarney com a ditadura proporcionavam grande desconfiança com a continuidade do processo de redemocratização.

Apesar disso, sinalizando igualmente fez Tancredo Neves com intenções conciliatórias e de prestígio às Forças Armadas, Sarney cumpriu o compromisso de convocar a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), instituindo em 18 de julho de 1985 a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CEC), para elaborar uma espécie de anteprojeto constitucional. Interessante ressaltar que esse compromisso possivelmente não teria se concretizado se não fosse pelas articulações políticas lideradas ainda por Tancredo e as mobilizações populares que se multiplicaram por todo o país em favor da Constituinte.

Não sendo o objetivo aqui buscar a gênese da ANC, reputa-se mais importante ter a noção de que a ideia de convocação de um poder constituinte originário foi lentamente se construindo, ocupando espaço no meio político-jurídico e interagindo com variados acontecimentos históricos que se sucederam desde a Carta outorgada de 1967.

Sobre o assunto, aliás, o historiador Daniel Aarão faz as seguintes ponderações:

Desde fins dos anos 1960, parlamentares do MDB, apoiados pelo PCB, na clandestinidade, defendiam a Constituinte como indispensável para refundar uma nova ordem democrática. Entretanto, [...], questionariam, assim como todas as oposições, por inválida e ilegítima, a Constituinte convocada por Castelo Branco em fins de 1966, da qual resultou uma nova Constituição, aprovada em 24 de janeiro de 1967, para vigorar a partir de março desse ano. (2014, p. 150)

A nova roupagem do Estado autoritário advinda com a Constituição de 1967 não resistiu por muito tempo aos golpes mais duros da ditadura. Normas de caráter antidemocrático trazidas por atos institucionais como foi o caso do AI-5 em dezembro de 1968 e as alterações promovidas pela Emenda Constitucional n.º 1, de outubro de 1969, fortaleceram o discurso de que o Texto Constitucional de 1967 havia sido desfigurado e, portanto, não respondia mais aos problemas do povo brasileiro.

Havia muita hesitação por parte de grupos de diferentes tendências ideológicas, inclusive entre os de linha mais à oposição, quanto a necessidade e o momento apropriado para a elaboração de nova Constituição. O próprio MDB oscilava em momentos de maior ou menor dedicação ao assunto. Entre os anos de 1971 e 1974, por exemplo, concentrou os seus esforços substancialmente nas questões eleitorais, tratando de forma tímida sobre o tema. A surpreendente vitória do MDB nas eleições gerais de 1974, a adoção de medidas de força pelo governo de Ernesto Geisel (que em 1º de abril de 1977 colocou o Congresso Nacional em recesso e, duas semanas depois, anunciou um conjunto de medidas conhecido como “Pacote de Abril”), além da cassação do líder da legenda, Alencar Furtado, acabaram por novamente despertar o interesse na convocação de uma Constituinte. (DUARTE, 2017, p. 40)

Ainda sobre as diferentes posições de algumas representações coletivas sobre a Constituinte, pertinentes são os registros no trecho abaixo:

[...]. As forças mais conservadoras e o próprio presidente João Baptista Figueiredo a recusaram por considerá-la “desestabilizadora”. No outro extremo, com diferentes argumentos, forças radicais de esquerda eram também hostis a uma Constituinte. Sustentavam que para ser efetivamente livre e autêntica ela deveria ser precedida por um elenco de condições, consideradas preliminares e imprescindíveis. Entre elas o desmantelamento efetivo dos “órgãos de repressão” e própria ditadura, ... [...]. Em posições de meio termo, distintas forças moderadas agrupadas no PMDB, no PCB e no PCdoB continuavam defendendo com uma certa urgência, uma Constituinte [...]. (REIS FILHO, 2014, p. 151)

As divergências sobre a convocação da Constituinte se prolongaram praticamente de outubro de 1969 a novembro de 1985, vez por outra sendo alvo de discussão mais intensa, tendo o presidente eleito Tancredo Neves ratificado no seu primeiro discurso oficial proferido em 15 de janeiro de 1985 a promessa de campanha relativa a Constituinte nos seguintes termos:

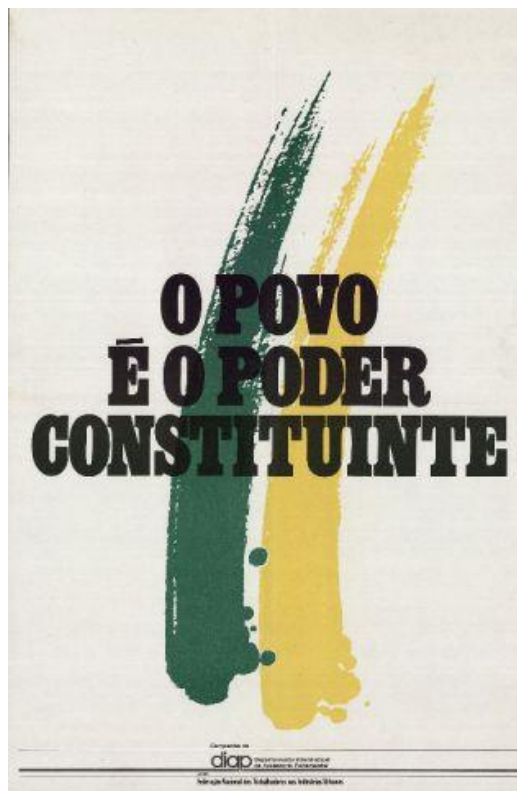
Convoco-vos ao grande debate constitucional. Deveis, nos próximos meses, discutir, em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades e nos sindicatos, os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses de cada grupo social. É nessa discussão ampla que ireis identificar os vossos

delegados ao poder constituinte e lhes atribuir o mandato de redigir a lei fundamental do país. A Constituição não é assunto restrito aos juristas, aos sábios ou aos políticos. Não pode ser ato de algumas elites. É responsabilidade de todo o povo. (*Folha de São Paulo*, 16/01/1985, p. 5)

Sobrevindo a hospitalização de Tancredo Neves na véspera de sua posse (14 de março de 1985) para tratamento de saúde, assumindo a presidência o vice José Sarney em 15 de março, a futura Constituinte estava ainda no plano da possibilidade, havendo muita incerteza no meio político acerca de sua concretização.

Entretanto, a intenção do Presidente eleito pela convocação de uma ANC levou algumas entidades sociais a promoverem iniciativas de conscientização da sociedade civil sobre a necessidade da participação popular na Constituinte. No Rio de Janeiro, o Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte, lançado em 26 de janeiro de 1985, teve a finalidade de incentivar a formação de núcleos em diferentes municípios do país para despertar o interesse popular no processo constituinte. Em São Paulo, o Plenário Pró-Participação Popular surgiu em 6 de fevereiro de 1985 com o propósito de lutar pela criação de instrumentos assecuratórios da participação do povo na formulação da nova Carta.

Imagem 2 – Cartaz pela Constituinte com a participação popular



Fonte: Acervo CEDOC-CUT, 0000000444.

A ideia disseminada pelo cartaz exibido acima tentava estabelecer uma relação de pertinência entre o povo e a Constituinte, enquanto muitos comitês e plenárias foram sendo instalados em várias partes do Brasil. Nessa ocasião, apareceu o Movimento Gaúcho Pró-Constituinte, no Rio Grande do Sul; o Movimento Paranaense Pró-Participação Popular na Constituinte, em Curitiba; o Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte, em Minas Gerais; e, ainda no ano de 1985, uma Assembleia Municipal Pró-Constituinte foi criada no Espírito Santo. No ano de 1986, Pernambuco lançou o Movimento Povo na Constituinte. A mobilização se disseminou pelo país, gerando um ambiente de grande expectativa em torno da realização de um novo texto constitucional. (VERSIANI, 2010, p. 241-242).

Não obstante a pressão exercida por esses movimentos sociais e apesar das tensas negociações no Congresso, prevaleceu o compromisso assumido pela Aliança Democrática que reuniu forças políticas suficiente para aprovar a Emenda Constitucional n.º 26, a qual atribuiu poderes constituintes aos parlamentares da próxima legislatura do Congresso Nacional (1987-1990).

Imagem 3 – Congresso aprova a emenda de convocação da ANC



Fonte: *Folha de São Paulo*, 23/11/1985, p. 1

No dia 1º de fevereiro de 1987, o presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro José Carlos Moreira Alves instaurou a Assembleia Nacional Constituinte, tendo sido eleito presidente da ANC e da Câmara dos Deputados Ulysses Guimarães, pemedebista de um passado de luta contra a ditadura e pelo retorno à democracia, mas que nutria grande interesse pelo poder.

Nas eleições de novembro de 1986, os partidos de linha mais conservadora elegeram um número expressivo de 488 parlamentares no Congresso Nacional, assim distribuídos: PMDB elegeu 298; o PFL conquistou 133 vagas, o PDS 38 e o PTB, 19. Isso sinalizava para a construção de uma Constituição predominantemente conservadora, perspectiva que agitou as organizações populares e os movimentos democráticos que passaram a pressionar a classe política desde a formatação do regimento interno da ANC, insistindo na criação de instrumentos hábeis a efetivação de democracia participativa.

Entre os 559 parlamentares constituintes estava Cristina Tavares, reeleita pela segunda vez para o mandato de deputada federal, desta feita como constituinte, na legenda do PMDB. Iniciou o seu terceiro mandato, quando tiveram início os trabalhos da ANC, demonstrando, em primeiro plano, clara noção da dimensão e do esforço feito para a conquista da soberania dos poderes da Constituinte, conforme trecho do pronunciamento, a seguir reproduzido:

A luta que vamos travar a partir de agora, com a discussão e votação do Regimento Interno é precisamente, a batalha da soberania. Há quem consulte a História para lembrar que tal como a liberdade, a soberania não é um bem outorgado. É conquistado. Negociar os limites da soberania antes de arremessar e medir forças é no mínimo capitular. (*Diário da ANC*, 21/02/1987, p. 395)

O engajamento de Cristina Tavares na Constituinte demonstra a sua compreensão da importância do documento que estava sendo construído para sedimentar um ciclo da restauração da democracia no país. Percebia que aquele momento era estratégico para reestruturar o Estado que pretendia ser democrático e para avançar nas discussões sobre os temas que norteavam a sua militância política. Seja por ação direta ou por via oblíqua, valendo-se da dialética e do jogo político, procurou participar ativamente dos debates no Congresso e fora dele e influenciar nas decisões relativas a temáticas nacionalistas; a democracia; a direitos humanos, das mulheres, da classe trabalhadora; a situação econômica brasileira; entre outras áreas.

Pensava na formulação de uma Constituição capaz de atender à pluralidade dos interesses nacionais, substituindo as normas de conteúdo autoritário deixadas pelo regime militar por uma legislação moderna, democrática e inclusiva, acreditando que muitos assuntos

ali referenciados poderiam, numa segunda etapa, ser objeto de discussão e aprofundamento nas vias ordinárias, sendo disciplinados no âmbito de leis infraconstitucionais.

Para tanto, o alinhamento do maior número de forças políticas se tornava fundamental para viabilizar as mudanças necessárias ao surgimento de um novo regime democrático. Os grupos político-partidários nem sempre atuavam em unidade de pensamento e, nesse ponto, Cristina Tavares entendia que o esforço inicial deveria ser canalizado para aumentar a representatividade do setor progressista dentro do próprio PMDB, passando em seguida a revigorar os vínculos com aliados tradicionais e a partir daí, por meio da pressão popular, tentar sensibilizar os parlamentares de Centro.

Em relação ao jogo de forças no Congresso Constituinte, a historiadora Maria Helena Versiani (2010, p. 248) observou que, “[...], os grupos nem sempre apresentavam unidade de comportamento, movendo-se de acordo com os temas em discussão e os interesses do momento, e formando grupos suprapartidários, como o conservador ‘Centrão’.”

No decorrer dos trabalhos constitucionais, Cristina Tavares foi relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação; da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; além de titular da Comissão de Sistematização. Também foi suplente da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. A ocupação desses lugares estratégicos foi consequência de intensas negociações no Congresso, incumbindo às lideranças partidárias indicar os representantes do respectivo grupo para os cargos, conforme regra predefinida no Regimento Interno.

Cristina Tavares, como integrante da bancada feminina, aderiu ao grupo chamado de lobby do batom, composto pelas 26 Deputadas Constituintes, ressaltando durante a instalação da ANC que “o papel da mulher na Constituinte deve ser o de examinar a situação dos mais desiguais: mulheres, negros e índios.” (*Correio Braziliense*, 02/02/1987, p. 10). Com essa declaração e contando com experiência parlamentar acumulada ao longo de dois mandatos anteriores, Cristina Tavares se credenciou para exercer um papel de muita representatividade na bancada feminina, fortalecendo a luta das mulheres pela aprovação de uma pauta de reivindicações previamente concebida.

Desde o início da legislatura se notou um comprometimento coeso das mulheres constituintes no sentido de sensibilizar os congressistas quanto às propostas formuladas a partir de um amplo debate promovido por diversas organizações femininas da sociedade civil espalhadas pelo Brasil. Essa disposição de trabalhar em sintonia, quando o assunto estava

relacionado às questões de interesse das mulheres, rendeu resultados expressivos, podendo-se citar como fruto desse entrosamento as seguintes conquistas: a) a licença à gestante de 120 dias; b) a licença à paternidade de 7 dias; c) instituição do salário família; d) direito à creche e à educação pré-escolar; e) proibição de discriminação em razão do sexo; f) plena igualdade entre homens e mulheres; g) igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional; h) igualdade salarial entre homens e mulheres por trabalho em igual condição; i) proteção estatal à maternidade e à gestante; j) igualdade de direitos previdenciários e aposentadoria especial para mulheres; k) igualdade na sociedade conjugal; l) liberdade no planejamento familiar; m) combate à violência no âmbito das relações familiares, bem como ao abandono dos filhos menores.

A atuação feminina no processo constituinte e, muito particularmente de Cristina Tavares, trouxe um formato de ação política diferente, baseada em campanhas de adesão e de participação popular no debate. Apesar de se encontrar inserida em uma estrutura de poder desconhecida para a maioria, esse grupo de parlamentares, com inúmeras dificuldades, conseguiram se movimentar dentro do jogo político, desenvolvendo estratégias de convencimento e negociações políticas para viabilizar as suas metas. A tática nem sempre surtiu o efeito esperado, esbarrando muitas vezes em manobras de grupos conservadores. Apesar da falta de experiência parlamentar de boa parte das congressistas, a bancada obteve um número significativo de emendas aprovadas.

Com efeito, a forma de proceder na política, a capacidade de articulação e os resultados obtidos na Constituinte denotam que as mulheres alcançaram relativo protagonismo na condução de suas pautas, demarcando uma identidade feminina incomum até então naquele espaço de poder.

Segundo Cristina Tavares, a grande conquista da bancada feminina na Assembleia Constituinte consistiu na transformação daquelas parlamentares em “bancada de mulheres políticas profissionais”. (*Jornal da Constituinte* n.º 38, 7 a 13/03/1988, p. 10). Depreendia que, mesmo enquadrada em uma visão estereotipada do exótico, do extravagante e do curioso, destituídas de seriedade, as Constituintes desconstruíram na prática a imagem preconceituosa passando a ser “tratadas como políticas que têm posições e que têm intervenções na Constituinte semelhantes às dos homens”. (*ibid.*).

Ainda de acordo com a sua interpretação, sendo quase uma exceção as que estiveram, por exemplo, do lado do “Centrão”, as mulheres tiveram sensibilidade para entender as demandas da nação, os anseios do povo e votaram nas questões mais progressistas. Elas

estiveram presentes nas mesas de decisões, como políticas que tinham posições e promoveram intervenções semelhantes à dos homens. Isso, no entendimento de Cristina Tavares, faria com que a sociedade passasse a enxergar outras competências da figura feminina e essa nova imagem ajudaria nas eleições futuras das mulheres.

A despeito da diversidade de posições político-ideológicas internas, a disponibilidade da política pernambucana de forçar as bases conservadoras do Parlamento federal em busca de mais espaço contagiava as demais companheiras de bancadas. Muitas vezes colocou o seu mandato na ANC à disposição de grupos e movimentos de mulheres, para reverberar as falas, os reclamos e as demandas dessa categoria em seus pronunciamentos e discursos. Embora a força política nem sempre tenha sido capaz de facilitar as negociações em torno de projetos de interesse das mulheres, a importância de Cristina Tavares no Congresso Constituinte vai muito além do seu desempenho individual. Na realidade, o que parece ter produzido maior significado foi a sua presença nesse espaço público, representando milhares de vozes mulheres, muitas dessas preteridas de participar diretamente do mundo político diante do contexto de desigualdade. Além disso, a resistência demonstrada para enfrentar duelos duríssimos na tentativa de romper códigos excludentes para o sexo feminino nesses lugares de decisão, forçando essas estruturas de poder para se fazer escutar.

De todo modo, analisando a sua performance, ela teve uma produção legislativa significativa, apresentando 227 emendas e destas 95 foram aprovadas, incorporando-se ao texto final da nova Constituição brasileira, sendo uma das deputadas da bancada feminina mais produtiva do ponto de vista estatístico.

De acordo com o levantamento feito no livro “A nova Constituição” de João Gilberto e Antônio Carlos Nantes, citado no ensaio biográfico organizado pela jornalista Tereza Cruvinel, Cristina Tavares votou favorável às seguintes propostas: a) desfazimento de relações diplomáticas com países que praticavam discriminação racial; b) mandado de segurança coletivo; c) sujeição da propriedade privada ao interesse público; d) horas extras remuneradas com 50% de acréscimo; e) jornada de trabalho de 40 horas semanais; f) unicidade sindical; g) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; h) voto facultativo aos 16 anos; i) proibição do comércio de sangue; j) limitação dos encargos da dívida externa; k) fundo de apoio à reforma agrária; l) desapropriação de área improdutiva para fins de reforma agrária; m) licença à gestante com duração de 120 dias; n) concessão de direito aos trabalhadores domésticos; o) sistema de cota a portadores de deficiência em concurso público; p) sistema de governo parlamentarista.

Por outro lado, votou contra as propostas a seguir: a) adoção da pena de morte; b) pluralidade sindical; c) sistema presidencialista; d) mandato de 5 anos para o então presidente da República.

Cristina Tavares ficou ausente de grande parte das sessões no segundo turno de votação da Constituinte devido à licença para tratamento de saúde. Apesar disso, há sinais do seu trabalho em cada capítulo da Carta de 1988. As emendas de sua autoria, confirmadas pela relatoria-geral dos trabalhos, reafirmaram muitas bandeiras históricas por ela defendidas, notadamente as que versam sobre as liberdades democráticas, o combate às desigualdades sociais, às discriminações, aos direitos das mulheres, dos trabalhadores, à soberania e ao desenvolvimento nacional, à política internacional.

Sobre essa realização legislativa, pode-se destacar as seguintes emendas aprovadas:

a) supressão da expressão "será punido como crime o aborto diretamente provocado". (O anteprojeto na versão original constitucionalizava um crime tratado pelo Código Penal); b) estabelecimento da soberania política, tecnológica econômica do Estado brasileiro sobre os recursos naturais dentro do território nacional os bens criados pelo seu povo; c) fixação da distribuição de cotas dos recursos do Fundo Partidário de acordo com o número de cadeiras obtidas na Câmara dos Deputados; d) garantia do direito de resposta aos cidadãos nos veículos de comunicação; e) garantia da liberdade de manifestação do pensamento e da criação artística, limitando a ação do Estado quanto a diversões e espetáculos à informação sobre o conteúdo, a faixa etária, horários e locais na qual a exibição se mostre inadequada; f) criação do horário da propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão; g) determina o monopólio estatal quanto à exploração das telecomunicações, comunicação postal, telegráfica e de dados; h) liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observada as qualificações exigidas por lei; i) vedação à liberação de recursos públicos a entidades privadas de ensino sem fins lucrativos; j) proibição de propaganda de guerra e veiculação de discriminação de religião, de raça e de classe social;

Prossegue o rol com as seguintes emendas acolhidas: k) instituição do Conselho de Comunicação Social, com ênfase para uma política de promoção da cultura nacional e regional, da pluralidade e da descentralização; l) estabelece o monopólio do Estado da pesquisa, lavra, refino e transporte de petróleo; m) previsão de direitos sociais e trabalhistas aos trabalhadores domésticos; n) determinação de funcionamento de creche e pré-escola para atender criança de até seis anos nas empresas privadas e no setor público; o) definição como dever do Estado da prestação de informação à população sobre os métodos científicos de controle de fertilidade; p)

direciona a lei a determinação de reserva no orçamento da União, Estados e Municípios a ser aplicado na capacitação científica e tecnológica, bem como a concessão de incentivo a empresa pública e privada que apoiem o desenvolvimento científico e tecnológico.

Outras propostas também merecem ser citadas: q) garantia da igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres; r) estabelece o combate à pobreza como uma obrigação do Estado; s) criação da contribuição previdenciária para o empregador calculada com base no faturamento da empresa; t) supressão da obrigatoriedade de que a indenização das terras desapropriadas para fins de reforma agrária seja feita em dinheiro; u) possibilidade de estipular por lei a reserva de mercado interno em defesa do desenvolvimento econômico e autonomia tecnológica e cultura do País, além de previsão para que a Administração Pública utilize preferencialmente bens e serviços produzidos por empresas nacionais; v) prevê a criação de defensor público no âmbito da União, incumbindo às constituições estaduais estabelecerem as suas defensorias públicas; w) determinação que a outorga ou renovação de concessão pública de serviços de radiodifusão e televisão seja submetido ao Congresso Nacional.

Não obstante o elenco acima, vale dizer que muitas de suas emendas foram rejeitadas, mesmo assim alguns dos seus posicionamentos ficaram registrados nos anais da ANC, podendo ressurgir em outro momento e sob outra conjuntura do país. No mínimo, as propostas, quando não acolhidas, tiveram o potencial de promover importantes debates sobre temas sensíveis como o acesso do trabalhador rural à propriedade da terra e o aborto.

Antes de seguir adiante, cabe relatar que, dentre as Constituições brasileiras, a Carta de 1988 foi a que mais garantiu a possibilidade de participação popular em seu processo de preparação, mediante a apresentação de emendas populares à ANC. Aproveitando-se dessa fresta, as organizações populares apresentaram 122 propostas de emenda, de forma que essa Constituição se caracterizou por ser a que teve o maior grau de legitimidade popular na tentativa de contrabalançar o perfil conservador de parte dos congressistas.

3. Discussão teórico-metodológica

3.1 Embasamentos teóricos da pesquisa

Para melhor compreender o desenvolvimento do trabalho, interessante tomar conhecimento de alguns pressupostos teóricos e metodológicos que embasaram a pesquisa em apresentação.

O fazer histórico é uma atividade racional e dinâmica desenvolvida pelo homem, conforme o seu interesse em compreender diversos fenômenos relacionais, registrando de forma criteriosa o desenrolar dos fatos. Trata-se, na realidade, de uma prática humana impulsionada pelo despertar do conhecimento, pelo senso de observação das transformações naturais e culturais tudo isso na busca insaciável por explicações.

Movido pela inquietude muito comum aos teóricos que se propõem a pensar a História, Michel de Certeau (2007) teoriza que o estudo produzido pelo historiador se materializa como uma operação historiográfica. Na sua visão, tal operação é caracterizada basicamente pela relação entre três aspectos fundantes: “um lugar social” que abriga e influencia na interpretação do historiador; “uma prática” marcada por técnica de pesquisa e capaz de “historicizar o atual” (“presentifica uma situação vivida”) sem perder de vista a imagem do passado; e “uma escrita” representada por um texto relatorial dos fatos do passado.

A conjugação desses elementos constitui um tripé que confere solidez e credibilidade à produção do historiador. Essa ideia fica mais evidente quando se faz uma leitura mais atenta de cada um desses pilares. Embora não seja a questão central do trabalho, parece interessante nas primeiras linhas desse tópico, até mesmo para situar o leitor, estabelecer um diálogo, de forma breve, entre o formato da operação historiográfica criada por Certeau e a estrutura da pesquisa que ora se realiza.

Primeiramente, com base na teoria em comento, tem-se que o lugar social é o espaço físico, geográfico e social onde o pesquisador vive e desenvolve a investigação, recebendo invariavelmente os reflexos da cultura e dos costumes locais, os quais, por certo, influenciam na visão holística e no pensamento do historiador. Em alguma medida, respeitado o afastamento prudencial dos acontecimentos a serem analisados e mantida a fidelidade ao que as fontes são capazes de informar, pode-se dizer que a ação controlada do meio sobre o investigador muitas vezes é até positiva. Isso porque as experiências absorvidas do meio social têm o potencial de aguçar a percepção sobre os fatos estudados, desenvolvendo a capacidade de interpretá-los de maneira mais assertiva e coerente.

No dizer de Certeau (2007, p. 71), “a articulação da história com um lugar é a condição de análise da sociedade”, e isso leva à reflexão de que a história é fabricada dentro de um ambiente social diverso daquele em estudo. Aliás, por maior disciplina que se possa ter, não se escapa totalmente dos influxos emergentes do espaço de convivência contemporâneo em que se produz, cabendo nessa situação estabelecer limites bem definidos para controlar os excessos e, conseqüentemente, não prejudicar o resultado da pesquisa.

Se a organização da História está interligada a um lugar e a uma temporalidade, isso só se torna viável por meio do uso de técnicas. Os métodos utilizados são responsáveis pela interação dos dados fornecidos pelas fontes e, quanto mais adequados, melhores os resultados obtidos. A rigor, vale salientar que há tempo o historiador não mais se contenta com a mera reprodução dos fatos, como faziam os memorialistas do passado. Ele vai muito além disso. Na realidade, trabalha arduamente sobre um material criteriosamente selecionado, manipulando-o com base em regras, para só após uma cuidadosa análise do apurado, transformá-lo em história. Mas isso só se torna exequível com o manuseio estratégico de técnicas apropriadas caso a caso. (CERTEAU, 2007, p. 72-73)

A História, na concepção de Certeau, é construída pelo historiador. Ela é formatada segundo o olhar crítico e a perspicaz do pesquisador que se debruça detidamente e por horas sobre as fontes para delas extrair informações preciosas do passado, necessárias a elaboração de um discurso histórico.

Contudo essa compreensão presente do passado se formaliza por intermédio de um texto. A escrita então é o instrumento que materializa o produto historiográfico que não se confunde com a pesquisa em si, porque diferentemente desta não se prolonga indefinidamente no tempo. Além disso, a escritura produzida possibilita um movimento complexo que coloca em contato os leitores e o fruto da pesquisa processada por um historiador, submetida à crítica de seus pares.

Tomando como ponto de largada as reflexões teóricas desenvolvidas por Certeau, no complexo espaço da operação historiográfica, o trabalho se propõe a estudar a trajetória política de Cristina Tavares ao longo de seus três mandatos eletivos na Câmara dos Deputados (1978-1988), com enfoque no processo constituinte. A problematização da vida pública dessa personagem não é tarefa simples como se pode apressadamente pensar. Há uma riqueza na sua atuação parlamentar e na sua militante política de um modo geral que ainda não foi objeto de investigação por historiadores, sobretudo aqueles com raízes pernambucanas e nordestina, interessados em histórias de vida.

Cristina Tavares, mulher nascida na cidade de Garanhuns, provém de uma família tradicional e bem posicionada economicamente para os padrões do agreste pernambucano. Apesar de sua formação acadêmica clássica, enveredou no jornalismo profissional, transferindo-se depois de experiente na área de comunicação social para a vida político-partidária. A vivência acumulada no jornalismo ajudou, de certa forma, no seu ingresso na política e permanência por anos de legislaturas na Câmara dos Deputados. É sob essa conjuntura

particular e ação da personagem no parlamento, em especial na Constituinte, que se pretende estudar alguns momentos da história contemporânea brasileira.

Para isso, parece um método adequado fazer essa abordagem à luz do conceito da nova história política. Esse campo da História, assim como aconteceu com o gênero biográfico adiante analisado, experimentou grande desprestígio no final do século XIX, sendo igualmente revigorada a partir dos anos de 1970. Sabe-se que a história política foi estigmatizada por privilegiar o particular, os regimes políticos, os movimentos dos detentores de um poder ideológico e previsível, bem como foi rotulada de promover investigações superficiais de eventos desvinculados das causas e análises mais profundas. “Factual, subjetiva, psicologizante, idealista” são algumas das características que possivelmente explicam o abandono da história política. Os tempos não mais comportavam a presença de uma história elitista, cartográfica e seduzida por protagonismo individual. Esses traços eram reflexos do Antigo Regime, incompatíveis com anseios sociais da época e com o advento da democracia. (RÉMOND, 2003, p. 15-19)

A mudança de orientação e tendência de revalorização desse campo da história se deu pela renovação da disciplina a partir de pressão externa e de um repensar do modelo clássico, tradicional e envolvido em si mesmo. Nessa transformação houve um papel destacado para a interdisciplinaridade. As interações com outras disciplinas (Sociologia, Direito Público, Psicologia Social, Linguística, Matemática, Informática e outras) proporcionaram novos horizontes à história política. A análise da política e do poder agregou outros componentes relacionados às instituições e aos valores sociais. Tantas outras realidades e demandas da sociedade passaram a ser objeto de estudo, mas agora com a disposição de fazer uma investigação mais global e coletiva. (*ibid.*, p. 29).

Sob essa ótica, tem-se que a multiplicidade de atores envolvidos no jogo político-partidário, os interesses e as disputas de poder e os efeitos que emergem do exercício de um mandato eletivo são aspectos que afastam pretensa ideia de querer atribuir à pesquisa sobre a trajetória de Cristina Tavares o caráter personalíssimo, elitista e superficial. Interessante registrar a contribuição que o contato com outras disciplinas deixou para a história política e, como bem observou René Rémond (*ibid.*, p. 35-36) no trecho a seguir, a relevância dos numerosos vínculos relacionais na sua atuação: “se o político tem características próprias que tornam inoperante toda a análise reducionista, ele também tem relações com outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os aspectos da vida coletiva. [...]”.

O soerguimento da história política parece ter sido possível pelo desprendimento de um interesse contestado de abordagem de minorias privilegiadas e esquecimento das questões mais próximas das massas, das camadas mais populosas da sociedade.

Portanto, a história política não poderia se fechar em si mesma, razão pela qual se renovou pela interdisciplinaridade como ramo estratégico para os estudos conjuntos dos partidos, das instituições, das forças políticas, do poder, enfim, de várias outras temáticas e realidades emergentes da sociedade.

A participação ativa na vida política certamente modificou a dimensão conquistada anteriormente pela então jornalista Cristina Tavares. Eleita por uma parcela da população para representar o povo de Pernambuco na Câmara dos Deputados passou por transformações que não restringiram à troca da atividade profissional. Com o ingresso no mundo político, investida em um cargo eletivo, ela construiu uma imagem pública diferente daquela que tinha quando estava nas redações dos jornais. Ampliou a sua rede de sociabilidade e as suas manifestações ganharam outra conotação.

O desafio de investigar essa personagem se apresenta em mais de uma frente. O tipo de abordagem é um deles. Sistematizar os movimentos de um indivíduo dinâmico em diferentes segmentos da sociedade, como foi o caso de Cristina Tavares, exige um cuidado especial para não incorrer na ilusão de querer mitificar o sujeito central do estudo. O plano de pesquisa deve ser criteriosamente pensado, levando em conta a variedade de ângulos e possibilidades pelas quais podem ser observados e compreendidos o trajeto da personagem.

O gênero biográfico, alvo de intensos questionamentos e duros embates em torno de sua pertinência e do seu reconhecimento como parte integrante da História, por ter resistido e superado as inúmeras críticas de intelectuais e do meio acadêmico se tornou uma modalidade propícia para discutir itinerários de indivíduos.¹ Essa categoria permite desvendar o que está por trás dos percursos feitos por um sujeito inserido em redes políticas e de poder e assim entender determinado contexto histórico da época.²

¹ Cumpre registrar que atualmente não há mais sentido enquadrar a relação entre a história e a biografia de alternativa. Elas convivem e interagem sem subordinação, mas de forma harmônica e complementar, senão confira a seguinte reflexão: “A biografia e a História durante muito tempo mantiveram relações de alternativa e não de hierarquia ou de complementariedade.” Aliás, lembra o autor que a dissociação entre a biografia e a história não advém de uma “lei natural”, mas sim de uma construção historiográfica grega, a qual posicionava a história no campo dos acontecimentos coletivos, atribuindo a biografia a investigação dos fatos e comportamentos de indivíduos escolhidos pelo autor. (LEVILLAIN, 2003, p. 141-144)

² Comentando o uso de um caso biográfico com o propósito generalizante de Sérgio Bernstein, o historiador François Dosse pondera que “É essa adequação entre uma figura singular, por um lado, e um meio e uma época, por outro,

É interessante abrir um parêntese para pensar que se no campo da investigação da história de uma vida - talvez mais do que se exige quando o objeto da pesquisa é outro - o historiador deve se manter sempre na linha de equilíbrio entre a objetividade (essencial no seu trabalho) e a sua subjetividade (controlável na sua análise histórica) nas escolhas e representações.

Com serenidade, Sabrina Loriga (2012, p. 254) enfatiza que “O historiador não deve apagar sua subjetividade como queria Ranke³. Ele deve aprender a reconhecê-la e a transformá-la em uma fonte de conhecimento. Ele deve, sobretudo, descobrir a historicidade do seu eu”. Ora, se é possível afirmar que não há sociedades sem história (até mesmo a própria história possui a sua história), como pensar diferente no caso do historiador. Por mais esforço que se faça, o historiador é um indivíduo como qualquer outro que pertence e vive integrado a seu tempo, pensando quase involuntariamente segundo os conceitos e paradigmas da sociedade da qual faz parte.

Ponderando a dualidade objetividade versus subjetividade, a mencionada historiadora italiana reconhece, de um lado, que a História está voltada tradicionalmente para um projeto de objetividade, com o desejo de criar uma representação da verdade do passado; por outro lado, admite existir uma componente interpretativa, não como uma fase autônoma, mas na qualidade de elemento do desenvolvimento da operação historiográfica (*ibid.*, p. 256).

A propósito, entende que o “eu do historiador” pode significar uma “boa subjetividade”. Todavia, para que isso se materializasse, é preciso o pesquisador abandonar o imaginário de querer reativar o passado exatamente como ele foi um dia na sua versão original e se contentar com a realidade a partir da qual se desenvolve o seu trabalho, quer dizer, de acordo com um lugar diferente que não se confunde com o presente, tampouco é o próprio passado (*ibid.*, p. 257).

Retomando ao ponto referente à escrita biográfica, vale enaltecer a fecundidade desse gênero textual que permite estudar o itinerário de Cristina Tavares à luz de uma multiplicidade de enfoques e análises. É possível explorar caminhos novos da personagem, construir um perfil mais fidedigno dela, significar e ressignificar as suas lutas, as suas fragilidades, os seus tropeços e alguns sentidos de sua militância política. Isso sem falar na possibilidade de lançar luzes sobre

que o historiador procura: seu tema é o contexto histórico em si, não o indivíduo biografado (DOSSE, 2009, p. 219)

³ Leopold Von Ranke, historiador alemão que, nas primeiras décadas do século XIX, propõe uma concepção de imparcialidade, apagamento do eu, distanciamento temporal, além de recomendar que se evitem julgamentos e tirar lições do passado para resolver questões pertencentes ao presente. (LORIGA, 2012, p. 249-250)

grandes acontecimentos da história política recente do Brasil, durante o processo de transição redemocratizante do qual teve participação ativa. Assim, a história de vida pública de Cristina Tavares abre espaço para uma série de debates e questionamentos sobre diferentes temas políticos, acendendo um farol para se pensar a década de 1980 por esse ângulo.

De fato, a prática biográfica centralizada na vida da deputada pernambucana possibilita revisitar aspectos historicamente relevantes de um passado não tão distante da sociedade brasileira a exemplo da questão das desigualdades, das diferenças, da diversidade, da fome, da tecnologia nacional, da educação pública e de qualidade, enfim do direito de ter acesso às políticas públicas.

Diferentemente da narrativa anteriormente difundida no meio científico, o texto de natureza biográfica não mais se limita a reproduzir os passos de figuras ilustres, integrantes das camadas mais elevadas da sociedade. Há tempo cedeu espaço a um discurso histórico não linear de pessoas comuns, cuja importância para a história vem não exatamente pelo poder institucional, mas pela dimensão e poder transformador de sua presença (BORGES, 2015, p. 208-210).

Assim, essa tipologia de escrita - antes desacreditada por outras correntes historiográfica do século XIX, cuja preocupação estava voltava a questões estruturantes como a economia, as classes sociais, a demografia, entre outros tópicos - tomou novo fôlego com a crise do modelo predominante na história, reflorescendo com força o interesse pela biografia a partir da década de 1970 (LEVILLAIN, 2003, p. 161-167).

Isso, evidentemente, não aconteceu por acaso. Deriva da conjunção de variados fatores e indicadores de evolução, principalmente da crise do marxismo e da superação de uma história baseada no critério quantitativo e seriado que havia submetido a “história factual”. Enumeram-se nesse rol os deslocamentos da sociedade e o avanço das disciplinas que se dedicam à análise do homem social. Esse é o ponto de vista da historiadora Vavy Pacheco Borges, consoante a seguinte redação:

Esse “retorno” – ou o atual grande interesse pela biografia – tem muitos pontos em comum com o também chamado pelos franceses de “retorno da História Política”, vindo ambos dentro da ampla renovação historiográfica que se tem dado nas últimas décadas. Dois eixos claramente imbricados podem explicar hoje esse interesse pelas biografias: os movimentos da sociedade e o desenvolvimento das disciplinas que estudam o homem em sociedade. (2015, p.209)

No processo de retomada do gênero biográfico, Levillain discorre que a junção do raciocínio historiográfico e da preferência do leitor pela biografia se efetivou por conta de um

fator preponderante: “a renovação do individualismo”. A disposição de conhecer mais o indivíduo nos seus espaços, na sua participação em sociedade, bem como o desejo de entender a relação entre as liberdades pessoais e o convívio social, considerando as normas e valores vigentes, foram aspectos que tomaram dimensão.

Com efeito, o individualismo, segundo essa versão inovada, proporciona uma reflexão alicerçada em dois pontos estruturantes: (i) a liberdade de arbítrio do homem e (ii) a fixação de valor a partir do cotejo entre a sociedade e o indivíduo. Há um movimento pendular condicionante de que se o valor se aproxima mais do todo ele é estabelecido, ficando reduzida a discricionariedade do indivíduo; agora, se há uma ligação mais estreita com o indivíduo, ele ganha ares de espontaneidade, descolando-se da ideia global e vinculante.

Ainda na análise de Levillain (2003, p. 161-167), “o individualismo metodológico [...], explica os fenômenos coletivos a partir dos comportamentos e das estratégias individuais”, dispondo em forma de resumo que “se os indivíduos são modelados pelas sociedades, eles manifestam preferências que devem ser explicadas.”

A trajetória aqui proposta deve ser inscrita no método derivado dos apontamentos acima, observando-se as ações, os comportamentos, os temas objetos de preocupação, os espaços (públicos e privados) frequentados pela personagem em estudo para compreender os contextos e os acontecimentos históricos. É bem verdade que a estratégia aqui traçada não é inédita no campo da História, mas traduz um experimento único para cada pesquisa. Entretanto, há de se manter vigilante no proceder metodológico para evitar deslizamentos nada incomum nesse campo, segundo alerta o historiador Hélder Remígio de Amorim:

Os desafios de estudar uma trajetória não estão apenas nos riscos do reducionismo provocados pela admiração da personagem – ao mesmo tempo um perigo e uma necessidade para a realização da pesquisa – mas, também, em se ater apenas às questões do plano individual. (2016, p. 239)

Tentar refazer os caminhos trilhados por Cristina Tavares durante o mandato de deputada constituinte e conhecer a rede de poder na qual estava inserida, dosando as interferências daquele tempo presente, na perspectiva da nova história política é a proposta desse estudo.

Por falar em tempo presente, importante salientar que a história produzida nessa dimensão temporal é marcada pela construção do conhecimento histórico submetido, paralelamente, à tentação exercida pelas versões dos saberes contemporâneos acerca dos fatos a serem examinados. Para o historiador Carlos Fico (2012, p. 52), “a marca central da História

do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, ‘não terminou’.” Essa consciência é crucial para o bom andamento da investigação. É preciso estar atento para evitar apego à subjetividade exagerada, ceder às pressões dos testemunhos e narrativas sem antes promover o confronto com as informações obtidas de outras fontes e ativar a crítica da disciplina histórica.

Na concepção de Hartog (2017, p. 36-39 e 58-59), há na atualidade uma demanda na sociedade por uma produção historiográfica que discuta e esclareça os fatos históricos mais próximos do seu tempo. Esse interesse crescente do público por obras voltadas ao estudo dos acontecimentos mais recentes repercutiu significativamente na forma de pensar a temporalidade, provocando um movimento de transição do apego à tradicional procura por fatos mais remotos por aqueles ocorridos há menos tempo e notabilizados, na maioria das vezes, pelos impactos e marcas deixadas na sociedade. A esse fenômeno, Hartog denominou de regime presentista ou, simplesmente, presentismo, segundo o qual o presente ou o passado vizinho predomina como objeto de investigação se comparado a uma perspectiva temporal para além do agora, vale dizer, para um período mais distante ou futuro da história. Nesse sentido, a questão da memória e da história oral assume papel decisivo no desenvolvimento desse trabalho.

A memória é o artifício mental do ser humano para lembrar e relembrar dos acontecimentos vividos ou apreendidos do passado com maior ou menor grau de detalhes. Um verdadeiro arquivo mental dedicado a conservar, de forma seletiva, imagens e fatos. Na visão de Jacques Le Goff (1990, p. 366), a memória está relacionada a um conjunto de funções psíquicas responsáveis pela renovação de impressões ou informações passadas ou entendidas como passadas.

O historiador em comento, nas suas reflexões sobre memória, afirma existir “manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual.” De igual modo, alerta que a memória coletiva é afetada substancialmente pelo confronto de forças sociais em busca do poder. O desejo de domínio da memória e do esquecimento é uma meta perseguida por diferentes classes, grupos e indivíduos. Nesse sentido, os esquecimentos e silêncios representam a ocorrência de mecanismos de controle da memória coletiva. (*ibid.*, 1990, p. 368).

A vida pública de Cristina Tavares não escapou dos efeitos dessa manipulação da memória. O silenciamento a respeito de eventual protagonismo ao longo dos seus mandatos

eletivos (1979-1991) se enquadra numa conjuntura mais ampla de uma sociedade marcada por valores machistas, edificada sob a ótica dos princípios conservadores do patriarcado.

A mulher política, como Cristina Tavares, naquele momento de dificuldade do regime ditatorial no final dos anos de 1970 e de transição para um regime político no país com bases democráticas merece ser enfrentada como uma personagem de interesse para a história. As pistas apontam para um sujeito histórico que se posicionou contra um Estado autoritário, envolvendo-se e sendo envolvida em acaloradas disputas políticas na fase de mudança de regime, mas que também expressa um significado de ruptura iniciada lá atrás, no fim do século XIX, com a derrocada da casa grande e dos grandes patriarcas. Aliás, tais processos tão bem discutidos na obra “Sobrado e Mocambos” de Gilberto Freire e também na escrita sobre o fim das casas-grandes pernambucanas de Evaldo Cabral de Melo, um capítulo do volume 2 do livro “A história da vida privada no Brasil”.

Conveniente lembrar que, a despeito das barreiras e violências (seja física, simbólica ou psicológica) historicamente vivenciadas, as mulheres têm um histórico de resistência contra a diversidade de abusos impostos a essa categoria. E, aproveitando as brechas existentes nas estruturas de poder, elas se infiltraram de forma sutil por esses locais para forçar a abertura de espaços tradicionalmente fechados, os quais as levariam a sonhar com certa mobilidade e emancipação social.

Na realidade, difícil analisar a trajetória política de Cristina Tavares e não problematizar a luta das mulheres brasileiras em busca de maior participação na sociedade, com a ocupação de espaços públicos e privados antes frequentados apenas por uma casta masculina dominante. A compreensão das possíveis causas que dificultavam a maior inclusão social dessa classe despertou em parte das mulheres a consciência de que as mudanças necessárias dependeriam do engajamento de muitos sujeitos. Assim, o movimento sufragista no Brasil, a partir de 1910, significou um ponto de inflexão decisivo para modificar as possibilidades das mulheres na sociedade. É bem verdade que esse movimento atravessou outros importantes acontecimentos históricos contemporâneos (formação do Partido Republicano Feminino, em 1910; a Revolta Tenentista, a Semana de Arte Moderna e a constituição da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, estes três em 1922), criando uma atmosfera favorável ao processo de abertura do mundo político às mulheres. A pressão feminina surtiu efeito quando foi editado o Código Eleitoral Brasileiro, instituído pelo Decreto nº 21.076, de 24/02/1932, rompendo as barreiras discriminatórias ao voto feminino, para conceder às mulheres o direito de votar e ser votada em igualdade de condições com os homens.

O estereótipo de incapacidade das mulheres para o labor fora do ambiente do lar e com atividades limitadas ao que se entendia como adequado à sua condição biológica serviu por muito tempo para justificar o bloqueio dessa mão de obra no mercado de trabalho. A imagem intencionalmente traçada de suposta fragilidade física e emocional, com reduzida resistência aos apelos masculinos foram argumentos propositalmente naturalizados no seio da sociedade. Esse pensamento discriminatório realça na essência um modelo opressor, negacionista das possibilidades do sexo feminino e de dominação de gênero que perpassou gerações. Ele tinha as bases fincadas em dogmas fundamentalistas do sistema patriarcal e que se perpetuou de forma escancarada na sociedade conservadora brasileira. O estigma de inferioridade estrutural feminina pela simples condição do sexo/gênero se configurou inclusive numa realidade institucionalizada no Brasil, verificável pela ausência de interesse ou negligência na criação de políticas afirmativas voltadas à integração desse grupo social historicamente segregado da liberdade de exercer muitas atividades produtivas.

A história das mulheres brasileiras se escreveu pela persistência e mobilização de muitas organizações femininas ao longo dos anos. Ela se inspirou em numerosos capítulos de lutas para ocupação de lugares de poder, de onde emana o ordenamento jurídico e as tomadas de decisão, quase exclusivamente reservados aos homens. Nesses locais, haveria maior probabilidade de romper essa lógica tradicional por meio de medidas mitigadoras da supremacia de gênero.

Nota-se, dessa conjuntura, que a democracia possivelmente figura como a principal aliada na causa por igualdade de oportunidade e justiça entre homens e mulheres, favorecendo a prática de manifestações e reivindicações além de disseminar a consciência social para essa disfunção.

Em interessante análise, as historiadoras Joana Maria Pedro e Luana Borges Lemes se debruçaram sobre a relação existente entre a democracia e a série de mobilização de mulheres nas ruas das cidades brasileiras, sendo relevante destacar a ação de movimentos na luta por direitos e equidade feminina no período de transição em estudo, precisamente nos anos 80, assim debatido:

No período chamado de “redemocratização”, especialmente os anos 1980, no Brasil, a atuação do movimento de mulheres e feministas foi crescente nas manifestações de rua, nas atuações públicas e, principalmente, por organização de lobbys, por atuação em espaços de poder que foram sendo ocupados: 1) a criação de “Delegacias da Mulher”, nos vários governos que se elegeram pelo PMDB, já no início dos anos 1980; 2) a criação de núcleos de Estudos sobre a Mulher e sobre Gênero nas universidades;

3) a atuação do “lobby do batom” na redação da constituição de 1988, que garantiu, na lei magna, ganhos importantes para a redução das hierarquias de gênero. Estes ganhos, entretanto, não foram acompanhados pelo crescimento da representatividade das mulheres nos espaços públicos. As mulheres continuaram sendo minoria como candidatas e como eleitas nas eleições, mantendo o Brasil em lugares pouco vantajosos em relação aos demais países, neste quesito. (2019, p. 69)

Como se vê, apesar das dificuldades, as mulheres estrategicamente se aproveitaram das brechas deixadas no sistema de poder, muitas vezes provocadas por dissensões e disputas entre atores dos grupos dominantes, para se infiltrarem na esfera mais alta de decisões. Criou-se, de forma sutil e inteligente, um ambiente menos hostil para o início do processo de mudança de mentalidade, com a movimentação a passos firmes em direção a espaços públicos historicamente fechados à presença feminina, seja pela discriminação propriamente dita, seja pela insegurança masculina de perder a posição de supremacia.

Indissociada da luta das mulheres, a atuação da deputada pernambucana não se limitou ao combate à ditadura e ao processo redemocratizante do país. A discussão sobre a necessidade de mudança do padrão no tratamento entre os gêneros e do maior interesse político em torno da questão do feminismo eram temas recorrentes na agenda da deputada Cristina Tavares. O seu comprometimento nos assuntos de interesses das mulheres era visível tanto em suas falas e discursos quanto na escuta a grupos de defesa da causa feminina. Nesse sentido, ocupou por muitas vezes a tribuna da Casa legislativa para registrar protestos e se posicionar contra as variadas formas de discriminação e tentativa de opressão das mulheres.

Essa situação das mulheres na sociedade brasileira foi tratada como assunto central no discurso feito na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, em 28/04/1981, reprisado em sessão da Câmara dos Deputados em 14/05/1981. Nesse pronunciamento, a deputada fez um balanço dos direitos das mulheres no Brasil, trazendo à baila uma visão ampla de como se processava a integração da mulher na conjuntura econômica, político, social e cultural do momento. (*Diário do Congresso Nacional*, 15/05/1981, p. 838-840).

O resultado serviria para a construção de um programa mínimo de ação capaz de possibilitar a erradicação ou pelo menos a redução dos preconceitos e barreiras impostas às mulheres. De igual modo, atenderia aos compromissos assumidos pelo Brasil junto aos organismos internacionais (ONU, OIT, UNESCO, etc.) de eliminação de toda forma de discriminação contra a mulher. Na ocasião, denunciou que até aquele momento nenhuma política séria havia sido formalizada para fins de alcançar esses objetivos. (*ibid.*)

Fácil perceber que a parlamentar pernambucana não se apresentava apenas como uma mera observadora da realidade. Ao contrário disso demonstrava ser um sujeito disposto a interferir nas variáveis responsáveis por uma concepção discriminatória, funcionando como uma engrenagem no mecanismo de (re)definição e (re)estruturação dos ditos papéis sexuais e da relação de poder entre homens e mulheres com vista a igualdade política e social dessas categorias.

No trecho abaixo, a personagem central da pesquisa descreve a condição de dificuldade das mulheres no cenário da época:

A crise econômica que se abate sobre nós, reflexo das profundas contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista dependente e ao modelo político autoritário imposto à nação, tem afetado de modo mais cruel os segmentos de baixa renda e os grupos que se veem comprimidos nos estratos inferiores da escala salarial. Destes segmentos e grupos forçados a restringir ainda mais seus padrões de consumo, já críticos, destaca-se a categoria formada pelas mulheres. Não que para nós elas constituam um grupo à parte, distinto, em essência, das camadas sociais e das classes a que de fato pertencem. A mulher trabalhadora é duplamente discriminada e a mulher negra sofre uma tríplice discriminação. Por considerar seu compromisso biológico com a reprodução e as contradições do quadro cultural que as envolvem, impõe-se a necessidade de buscar soluções que não se confundam, pura e simplesmente, com a política econômica e social mais abrangente, mas que se comprometam com o caráter específico de sua realidade e de sua história. (*Diário do Congresso Nacional*, 15/05/1981, p. 838-840)

Denunciava, com irrisignação, a disparidade de oportunidades entre homens e mulheres, apresentando além das medidas necessárias para a solução do problema a curto prazo, uma visão holística acerca dos elementos de bloqueio à inclusão social das mulheres.

Com olhar panorâmico sobre o cenário social das mulheres, sendo um dos sujeitos ativos e testemunhas da história - Cristina Tavares, legitimada por três mandatos sucessivos na Câmara Federal, demonstrava ter nítida compreensão da estrutura patriarcal de dominação. Sabia que essa conformação cultural de papéis prescritos dificultava o acesso feminino a diversos espaços sociais e posições de poder predominantemente masculinos. Esse modelo, eivado de preconceitos e estereótipos a respeito dos lugares das mulheres (como já dito), retrata uma cultura institucionalizada de forma intencional ou mesmo por conviência e intuitivamente replicada pelos indivíduos.

A despeito da ínfima representação quantitativa de mulheres na Câmara dos Deputados, pode-se dizer que Cristina Tavares teve no Parlamento federal uma contribuição de significados em prol da questão feminina. Atuou numa trincheira de combate ao preconceito, denunciando violências e tentativas de silenciamento das mulheres na sociedade brasileira. Além do mais,

quebrou paradigmas históricos ao levar ao principal centro de discussão política do país temas incômodos de uma realidade de discriminação das mulheres brasileiras há muito relegada a segundo plano. Tal perfil não autoriza elevá-la a um pedestal de heroína, tampouco mitificar a sua trajetória. Entretanto falar de Cristina Tavares é falar de uma mulher que teve uma postura de efetividade política para negociar as questões femininas, bem como demonstrou habilidade de manifestar a crítica capaz de provocar discussão e assegurar o direito de opinião nas esferas vistas como políticas e sociais.

Fazendo uma releitura do contexto, percebe-se que a Constituinte foi uma fonte potencial para a reconfiguração jurídico-institucional do Estado e uma oportunidade de transformação do modo de pensar e agir, para uma forma mais plural e abrangente de se relacionar com o semelhante. Nesse lugar de disputas e tensões, tratar de temas relativos à história das mulheres e demais questões de gênero nunca foi assunto fácil. Numa análise mais detida, tem-se que as demandas femininas historicamente são enfrentadas como uma ameaça a uma ordem “supremacista” estabelecida pelo pensamento antifeminismo.

Enquanto a posição conservadora era no sentido de que a figura feminina não precisava trabalhar, a partir da atuação mais efetiva dos movimentos organizados de mulheres e de grupos em defesa dos direitos da cidadania, houve a inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho. Essa realidade gerou um aumento natural da concorrência e, conseqüentemente, diminuição da renda das famílias. Atrelado a isso não se pode negar a existência de um desamparo das mulheres na lógica capitalista de mercado de trabalho, sendo real a precarização das atividades destinadas a mão de obra feminina, bem como a distinção remuneratória apenas em razão do gênero e, internamente, a preterição no campo laboral de mulheres que têm filhos.

Por outro lado, nota-se que a ação das organizações de mulheres representa uma ameaça constante a ordem de gênero predefinida com base nas diretrizes do patriarcado. A desestabilização dessa ordem, por si só, desenvolve um problema grave e de difícil resolução. Discutir assuntos como a pauta inclusiva das mulheres gera uma profunda insegurança na elite conservadora da sociedade, porquanto levanta as estruturas de poder que se organizaram de segundo uma lógica machista e opressora da sociedade. Esse receio ganha maior dimensão quando põe em risco uma suposta liberdade da ala conservadora de exercer, sem resistência, um papel de dominação sobre outros grupos sociais submetidos (a exemplo das mulheres), ter privilégios e controlar espaços públicos em geral.

Mas essa crítica não isenta os chamados progressistas, que, a seu modo, também reagem à discussão da pauta feminina. A questão central perpassa pela possibilidade de perda de algum

benefício que foi lhe garantido e se encontra em perigo pelo debate de mudanças no tratamento das questões de gênero. Olhar sob esse ângulo ajuda a enxergar outras realidades, cabendo a este trabalho contribuir para a discussão sobre a violência, a invisibilidade e os silenciamentos que afetam diretamente as mulheres brasileiras.

3.2 Aspectos metodológicos da pesquisa

Quanto aos aspectos metodológicos do estudo, importante salientar que, ao iniciar a pesquisa, uma das primeiras preocupações era traçar uma estratégia de trabalho capaz de conciliar o tempo de levantamento e análise das fontes, a vida profissional e familiar e a escrita propriamente dita. Organizada minimamente a questão temporal, ainda que oscilando entre momentos de maior e menor intensidade, a verdade é que o pesquisador, no curso da investigação, parece não se desligar de tudo que circunda o seu objeto de estudo.

A pesquisa em história tem esta magia. Ela desperta um interesse sempre crescente na busca pelo conhecimento e compreensão dos fatos do passado. Desvendar tramas e entender disputas de narrativas torna o ofício do historiador uma prática fascinante. Construir, de pista em pista, o quebra-cabeça formado por múltiplas peças eleva o prazer de quem se propõe produzir a história. Mas, por isso mesmo, alguns cuidados são necessários. Para evitar cair em armadilhas sutis, é preciso proceder com maturidade a ponto de trabalhar o conteúdo das fontes sem a devida análise crítica. Ter a consciência de que não se deve deixar levar por supostas fontes absolutas de verdade, testemunhos imparciais do passado, imagens fieis da realidade vivida, entre outras percepções tidas por incontestáveis, é sinônimo de maturidade do historiador. E isso os mais experientes têm repassado aos mais jovens que se arvoram na produção historiográfica.

A orientação é de operar com a análise de discursos, identificar desvios e intencionalidades não reveladas, desconstruir conteúdos prontos e acabados, enfim trabalhar os elementos e informações levantadas de forma sistêmica e contextualizada, minimizando ao máximo o risco de incorrer no vício do anacronismo.

A proposta metodológica nessa linha reúne importantes fontes documentais, investigação por meio de história oral, acervo *on line* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, acervo *on line* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, prontuário de Cristina Tavares no acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

O primeiro contato com as fontes documentais se deu com a valiosa colaboração da Câmara dos Deputados, ainda na fase embrionária de pré-projeto de pesquisa, em que a biografia, os pronunciamentos e as proposições apresentadas pela parlamentar em estudo. Nesse contexto preliminar já ficou evidente que se tratava de uma personagem de muitas histórias e traços fortes de personalidade, marcada por uma ação política voltada para o debate, com a participação de segmentos organizados da sociedade civil na construção de pauta e na defesa invariável das liberdades democráticas e da justiça social.

Tomando a devida cautela e ciente dos riscos de utilização desta fonte, a ida aos jornais ajudou sobremaneira a pensar os aspectos políticos e sociais relevantes do passado, a rede de poder em que Cristina Tavares de algum modo estava inserida e os seus movimentos enquanto sujeito em construção. A cobertura diária de ações, manifestações, pontos de vista, discursos e deslocamentos no mundo político têm elevado o nível de contribuição da imprensa em pesquisa no campo da história política. A propósito, o manejo de impressos na produção historiográfica moderna tem sido objeto de estudo e, debruçada sobre a questão específica de São Paulo, a historiadora Vavy Pacheco Borges trouxe as seguintes observações:

[...] parece-me interesse registrar que o pequeno uso da imprensa como fonte, apresentado no início [...], inventou-se completamente; nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] em frequente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análises das ideias e projetos políticos, da social, da influência do Estado e da censura etc., seja como fonte complementar para a História do ensino, dos comportamentos, do cotidiano. (BORGES; JONOTTI; MARSON, 2001, p. 60)

A abordagem circunstanciada dos impressos permite ainda fazer leituras não lineares das narrativas e dos principais acontecimentos noticiados. O acervo de periódicos consultado foi o disponível na Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital) e, diante das possibilidades desse catálogo, optou-se pela leitura mais detida do *Diário de Pernambuco* e do *Correio Braziliense*, embora a pesquisa em outros jornais tenha sido também muito frequente.

Outro material igualmente importante foi o prontuário individual n.º 20.263 de Cristina Tavares junto à Secretaria de Segurança Pública, em que fica claro que a personagem esteve no radar do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS ainda quando era apenas jornalista. Extrai-se dessa documentação uma espécie de relatório produzido em 19 de novembro de 1973 por um agente estatal designado para levantar informações sobre as atividades profissionais, políticas e ideológicas de Cristina Tavares. Nele consta ainda os nomes dos órgãos de imprensa em que trabalhou, relatos de sua relação com o ex-governador Miguel Arraes de Alencar, o seu envolvimento no movimento de cultura popular, a sua ida à França supostamente a convite do

filósofo e ativista francês Jean Paul Sartre, para acompanhar uma mobilização estudantil naquele país, destacando o texto a crítica feita pela brasileira ao regime ditatorial aqui vigente. Outrossim ressaltou os laços de amizade entre a observada e o religioso Dom Hélder Câmara.

Corroborando ainda esse sistema de vigilância a notícia veiculada no *Diário de Pernambuco* de que vários políticos que contestavam o regime militar tinham os seus nomes cadastrados em fichas no arquivo confidencial da Polícia Militar de Pernambuco dentre eles estava o de Cristina Tavares. (*Diário de Pernambuco*, 07/02/1996, p. A-5). O acompanhamento da vida particular e pública de Cristina Tavares pelos órgãos de repressão resta visível e, disso, ela própria tinha conhecimento, segundo depoimento do jornalista Carlos Garcia, o qual narra ter sido confidante dela em momento de desconfiança e medo da perseguição do aparelho de coerção estatal.

Outro método efetivamente usado na pesquisa, já antecipado acima, foi a história oral. Para a compreensão da trajetória política em tela além da pesquisa se fundar em documentos escritos produzidos em discursos e matérias jornalísticas, o estudo melhor se desenvolveu com o uso de narrativas de entrevistados que, de algum modo e em determinado momento, participaram ou estiveram presentes na caminhada da personagem. O exame dos depoimentos orais coletados em entrevistas revelou memória de uma riqueza histórico-político extraordinária, podendo ser classificada como relevante instrumento para a compreensão mais abrangente da ação pública de Cristina Tavares. Acerca da análise do material da entrevista, a historiadora e especialista em História Oral, Verena Albert, formula os seguintes apontamentos:

Na análise de entrevistas de História oral deve-se ter em mente também outras fontes – primárias e secundárias; orais, textuais, iconográficas etc. – sobre o assunto estudado. [...] Percebe-se, pois, como o trabalho simultâneo com diferentes fontes e o conhecimento aprofundado de tema permite perceber “dissonâncias” que podem indicar caminhos profícuos de análise das entrevistas de História oral. (ALBERTI, 2015, p. 187 e 189)

O conjunto de entrevistas realizadas com João Batista Braga (Secretário de Mobilidade e Controle Urbano do Recife), Sérgio Longman (ex-deputado estadual de Pernambuco), Jarbas de Andrade Vasconcelos (ex-governador de Pernambuco, ex-prefeito do Recife e atual Senador da República), Sylvio Belém (Procurador Autárquico Federal) e Carlos Garcia (jornalista aposentado) ajuda a pensar alguns sentidos da ação humana, da rede de poder e de contrapoder, das relações de forças, das disputas por espaços, dos conflitos e da construção do sujeito político investigado.

As narrativas produzidas por homens (todos formados numa sociedade mergulhada em valores machistas) não aprofundaram o suficiente ou demonstraram certo desconforto quando o assunto tratado foi a questão da discriminação da mulher. Ocupar espaços políticos historicamente dominados pelo sexo masculino e a resistência de Cristina Tavares em conviver nesse ambiente em que a voz feminina era quase imperceptível se mostrou um assunto de importância secundária nas respostas dos entrevistados.

Explorada a entrevista como um todo, atento aos detalhes fragmentados ao longo dos depoimentos, abrem-se portas que conduzem a uma realidade de erros e acertos na atividade política de Cristina Tavares, mas também ajudam a enxergar representações do passado, simbolismos de uma mulher, cuja vida pública manteve íntima relação com a esfera de poder institucionalizado do Brasil.

Fazer a leitura histórica de algumas imagens da personagem é mais uma possibilidade de tentar entender o ambiente no qual se deu a atuação política da deputada Cristina Tavares. Suscita-se então utilizar uma metodologia apropriada à análise de representações e símbolos, associando imagens a depoimentos orais, para construir uma memória da representatividade da vida pública de Cristina Tavares na política.

Sabe-se que o material visual comunica não apenas um conteúdo plástico, artístico, de boa feitura, apazível aos olhos humanos, mas contém na sua essência mensagens explícitas ou subliminares do cotidiano, da sociedade, dos costumes, da economia e da política. Esse elenco torna a imagem, seja ela fixa ou em movimento, um elemento diferencial para o bom desempenho da investigação proposta, pois permite ao observador enxergar em perspectivas outros significados além do meramente artístico.

A fotografia, especificamente, tem atizado interesse dos historiadores como fonte primária capaz de revisitar o passado e dele colher a realidade dos acontecimentos. Aliás, é uma fonte histórica bastante atraente, pois permite ao pesquisador enxergar recortes do passado, ter acesso a um registro de interrupção do tempo por instante, enfim acessar “um registro visual” que “reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado” (KOSSOY, 2001, p. 47).

A imagem fotográfica deve ser pensada, sempre que possível, em conjunto com outras fontes, no intuito de se alcançar o mais próximo possível àquilo que a imagem, por si só, não conseguiria responder. Ademais, mesmo que se pretenda formatar o estudo com base no diálogo entre imagem fotográfica e depoimento oral não convém se furtar à possibilidade de recorrer a

outras fontes pertinentes igualmente esclarecedoras. Sobre o assunto, interessante é a análise a seguir transcrita:

O trabalho intertextual, com fontes de memória visual e oral, impõe como imperativo a busca de outras evidências, em diferentes tipos de registros históricos, tais como anúncios, crônicas e notícias veiculada na imprensa ilustrada. Fotografias de outras famílias etc. No entanto, essa premissa não tem como objetivo a busca de uma verdade que estaria oculta no entramado histórico e ainda que evidenciasse que o que foi dito “realmente aconteceu”. O que se coloca como fundamento epistemológico desse tipo de trabalho é o caráter transindividuais da memória social construída a partir da visualidade e oralidade. (MAUAD, 2012, p. 168)

Essa coalizão de fontes é, portanto, benéfica para a investigação, pois a respalda de maior legitimidade por ter utilizado meios de verificação de coerências e contradições entre o que se observa das imagens e o que pode ter de fato acontecido naquele momento, livrando o estudo de eventual “trama histórica e social e sua dimensão cultural e ideológica.” (KOSSOY, 2007, p. 52).

Apesar de não haver um método padrão para a análise de imagens, é preciso estabelecer o mínimo de critérios para o estudo de fotografias. Um deles é ter a compreensão dos códigos que norteiam a sociedade contemporânea à criação da imagem. Além desse aspecto, relevante é ter a percepção de que a fotografia é resultado de um processo de geração de sentido, fornecendo indícios, não visíveis à primeira vista, capazes de decodificar o significado e comportamento social a tais mensagens não verbais (MAUAD, 1996, p. 83-84).

Pretende-se, assim, fazer a interpretação da trajetória de Cristina Tavares à luz das possibilidades permitidas pelo uso das fontes noticiadas, bem como proceder à reflexão sobre a participação desse sujeito plural que foi se construindo em meio às tramas de um período difícil de transição do regime ditatorial civil-militar para o regime liberal-democrático, com o foco voltado para o processo reconstitucionalização. A tarefa teve como ponto de apoio a fixação de critérios na aplicação da metodologia apropriada para cada espécie de fonte trabalhada. Isso, sem dúvida, viabilizou a investigação acerca dos itinerários e da atuação da personagem por mais de um ângulo.

3.3 - Transição para o regime democrático: uma nova oportunidade para a expansão dos direitos da cidadania

Em meio à efervescência política do processo transitório para a democracia que culminou com o fim da ditadura civil-militar em 1985 no país, muitas ideias surgiram como fruto de um esforço nacional por mudanças estruturais na base do Estado, possibilitando aos cidadãos brasileiros participar dos destinos de seu país por meio de representantes.

Partindo de múltiplas fontes - políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, os movimentos populares – emergiu um sentimento nacional crescente de otimismo e esperança em busca de direitos e de garantia deles. O interesse pela questão da cidadania nesse momento histórico estava atrelado à luta por democracia, por justiça social e pelas liberdades, mesmo não sendo um tema de exclusividade dos modelos democráticos.

Falar em cidadania remete à ideia de pertencimento a uma comunidade organizada do ponto de vista jurídico (Estado-nação), mas também a um conjunto de direitos civis, políticos e sociais previstos em lei e colocados à disposição dos cidadãos. Aliás, os direitos da cidadania guardam relação com os “processos históricos não-lineares” consubstanciado em “movimentos de avanços e recuos, de expansão e compressão”, sendo uma construção ininterrupta e permeável na sua aplicabilidade e conceituação. (NEVES, 1997, p. 83)

Essa reunião de direitos voltados ao respeito, à solidariedade e ao bem-estar das pessoas se analisa dentro de uma conjuntura complexa, a começar por não ser uma peculiaridade apenas dos Estados democráticos, altamente influenciada por fatores ideológicos e políticos predominantes em determinada fase histórica. O Brasil, por exemplo, passou por uma dessas experiências quando, na vigência do Estado Novo (1937-1945), conduzido com figurino ditatorial por Getúlio Vargas, alcançou grande avanço no campo dos direitos sociais. Essa também é a interpretação dos historiadores Cláudia Viscardi e Fernando Perlatto sobre a questão, a qual convém transcrever:

O usufruto de um conjunto de direitos por parte dos cidadãos não é necessariamente um instrumento exclusivo de Estados democráticos. Bem sabemos que a ampliação dos direitos sociais no Brasil, por exemplo, se deu, sobretudo, no âmbito dos regimes autoritários, como no Estado Novo, e que em muitas outras ditaduras socialistas o povo usufruía de amplos direitos sociais, bem como direitos políticos e civis, em menor monta. (2018, p. 447)

O momento de transição em curso no Brasil na primeira metade dos anos 80 se por um lado favoreceu o apelo pela expansão de direitos, de outro gerou um quadro de difícil conciliação devido à diversidade de interesses em jogo. Era uma equação com muitas variáveis a ser solucionada na base da habilidade e persuasão. Aqui não se permite sequer ensaiar uma ideia de linearidade, haja vista a atuação simultânea de muitas componentes pressionando os representantes da elite e as forças políticas a revisitar o conjunto de direitos e a possibilidade de incrementá-los com novas aquisições. Os conflitos étnico-raciais e de gênero, as lutas classistas, a configuração geopolítica entre tantos outros problemas são vetores que de maneira singular contribuíram para uma discussão mais detida sobre a questão da cidadania na nova Carta Magna.

O que merece atenção no processo constituinte foi a compreensão desenvolvida no seio das camadas sociais sem a tradição de ativismo político de, no âmbito específico da Constituinte, querer participar, a seu modo, das questões de interesse geral da nação e sobre a conquista de outros direitos. A influência e a provocação vinham das ruas por ações coordenadas por variadas organizações da sociedade. Nos seus estudos, a historiadora Versiani atentou para certo despertar de uma parcela da população costumeiramente desinteressada pelo debate político, mas que agora teria manifestado o desejo de participação no processo em curso:

Ampliou-se a crença de que elaborar uma Constituição para o Brasil era medida a ser realizada em diálogo com os cidadãos. As ideias pró-participação transbordavam os seus primeiros defensores e eram assimiladas por nova parcela da população que então encontravam nos ideais participativos uma forma de defender direitos. Nesse capítulo da história do Brasil, o valor da participação de todos na condução dos rumos do país se consolidava para além do universo da militância política. “Participar” colocava-se como um direito e como uma oportunidade para a conquista de direitos, e foi um instrumento estrategicamente utilizado por diferentes segmentos da sociedade, em busca de influenciar o governo em favor de seus interesses. (VERSIANI, 2010, p. 246-247)

A experiência cidadã brasileira foi marcada pelo estabelecimento de direitos de cidadania com atraso, incompleto e longe de ser comparável a modelos estáveis - como foi o caso do procedimento inglês descrito no clássico trabalho do sociólogo T. H. Marshall (1967)⁴

⁴ Importante destacar como trabalho de referência a respeito do tema cidadania, o clássico estudo do sociólogo inglês Thomas Humprey Marshall, lançado numa conferência de 1949, em Cambridge, reunido e publicado no ano seguinte sob o título “Citizenship and Social Class”. As bases de seu pensamento remetiam à ideia de desigualdade social e classes sociais estratificada, levantando a questão de que a pobreza até poderia ser tolerada pelas elites, diferentemente do quadro de miséria, situação que implicaria risco para a permanência da estrutura estabelecida. Para formar o conceito de cidadania, ele elencou três elementos básicos, a saber: direitos civis, políticos e sociais. O seu objeto de estudo se ateu a uma realidade histórica e sociológica do mundo inglês, distribuído a consolidação desses direitos estruturais ao longo de três séculos subsequentes: direitos civis estabelecidos majoritariamente no

- eis que poderiam ser concedidos ou cassados a depender das circunstâncias do período histórico.

Diante da instabilidade brasileira no campo da cidadania, a luta na defesa e ampliação de direitos abalados, não concedidos ou suprimido no período do regime autoritário precisava ser intensificada. Mesmo não sendo uma exclusividade dos regimes democráticos e inexistindo um ambiente naturalmente preparado para a implementação de uma nova realidade, a cidadania, enquanto conjunto de direitos civis, políticos, sociais, funcionaria no caso brasileiro como mais um marco da transição desta feita no âmbito jurídico-institucional do Estado. Assegurar os direitos da cidadania no texto da Constituição de 1988 significou o desejo de pavimentar o caminho de uma ruptura com o regime anterior, formalizando uma gama de direitos sem se importar com a capacidade estatal para atendê-los adequadamente.

Levando em conta que a cidadania é um objeto de disputa contínua, não se podendo falar de um único país em que tais direitos sejam imutáveis e perenes. Assim, as conquistas alcançadas na constituinte nessa dimensão cidadã devem ser interpretadas como uma construção coletiva, de perdas e ganhos, de complicado equacionamento pela diversidade de interesses, aproveitando-se de um ambiente de transição para se firmar como texto supralegal.

Embora não seja o objetivo descer a detalhes sobre o processo de elaboração da Carta Magna de 1988, o produto ora exposto busca também fazer uma reflexão sobre o jogo de forças atuantes na Constituinte, trazer a ideia dos direitos das mulheres, bem como tentar compreender a dinâmica das tratativas e negociações políticas em meio às fortes tensões de diferentes setores da sociedade no tocante aos direitos postulados pelo gênero feminino.

4. Discussão sobre o formato

Ainda que o fascínio pela história seja cada vez mais crescente na sociedade, haja vista a crescente procura por cursos nessa área nas universidades e institutos brasileiros, verifica-se uma tendência contemporânea entre a maioria dos leitores dessa geração pós-telemática de

século XVIII, quando o cenário de luta por liberdade contra os abusos dos governantes tomou forma revolucionária; direitos políticos durante o século XIX, momento em que se deu a efetivação pelos parlamentos e os sociais no decorrer do XX, impulsionado no pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), considerado por Marshall como o tempo da ampliação da cidadania social. (Marshall, “Citizenship and Social Class”, 1967 apud REIS, 2020, p. 225-227) Apesar da crítica de especialistas pela simplificação da análise, o modelo não se afasta da realidade britânica e pode servir de apoio para compreensão de outras regiões. (CARVALHO, 2015, p.17)

manter uma memória efêmera e de baixo interesse por temas que exijam tempo maior de reflexão, com base numa historiografia crítica.

Por certo a dinâmica dos tempos modernos tem impactado fortemente os hábitos de todos os segmentos sociais. A grande quantidade de informações e notícias que circulam em poucos minutos ajudam a compreender a seletividade na busca pelo conhecimento. Dessa realidade a rotina do público interessado em história de vida de personagem não está imune. Por outro lado, obras que versam sobre trajetórias escritas especificamente por historiadores brasileiros ainda são escassas, tendo em vista que esses especialistas estão mais dedicados à produção acadêmica, sendo o espaço ocupado por jornalistas e outros intelectuais.

Importante salientar que as fontes de informação, formadas por quaisquer recursos que atendam à necessidade de instrução de leitores de diferentes contextos socioculturais e econômico e regiões geográfica, podem ser abordadas por variados canais, sendo o livro um desses veículos de excelência. Assim, a pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em História abriu a oportunidade de informar, instruir e fomentar uma reflexão crítica sobre a presença pioneira de uma mulher pernambucana na Câmara Federal e, de um modo geral, a participação das mulheres na política institucional brasileira.

Nessa perspectiva, surgiu a ideia de elaborar um material no formato de e-book, cujo conteúdo digital deve ser disposto em forma de texto e imagens, tendo a finalidade de apresentar uma parte da trajetória política de Cristina Tavares, mas também conhecer um pouco mais sobre a época e a sociedade do seu tempo no recorte de 1978 a 1988. Aqui, obviamente, não se tem a pretensão de esgotar os sentidos, significados e interpretações possíveis de um sujeito plural e que se construiu gradualmente ao longo do tempo como foi o caso de Cristina.

O planejamento de um livro eletrônico muito se deve à capacidade de atingir um público alvo mais abrangente como usuários de bibliotecas públicas, de bibliotecas das Casas Legislativas, das Secretarias e Conselhos estaduais e municipais da mulher; entidades de defesa das mulheres, professores e estudantes. O pensamento é tornar o conteúdo produzido acessível em plataformas disponibilizadas em salas virtuais de leituras dessas instituições, sendo uma forma de democratizar o conhecimento e manter viva a memória da atividade política da deputada federal Cristina Tavares de 1978 a 1988.

Outrossim, o formato em tela ainda se mostra compatível com o conjunto de fontes documentais investigado na pesquisa histórica, eis que em grande parte se encontra concentrado em recortes de jornais, discursos parlamentares e imagens, sendo objetos de análise as relações políticas, as tensões, as contradições e as tramas do processo constituinte de 1987-88.

Assim, o e-book foi um recurso que permitiu equacionar a discussão de temáticas variadas envolvendo a ação parlamentar de Cristina Tavares na Constituinte, a luta das mulheres por mais direitos e a questão da cidadania na Carta Magna de 1988, levando em conta que se trata de um público heterogêneo.

O produto intitulado “A trajetória política de Cristina Tavares: a redemocratização e direitos das mulheres na Constituição Cidadã (1978-1988)” discorre, em síntese, sobre a significação histórica da vida pública de Cristina Tavares, a representatividade de sua atuação como deputada constituinte para a democratização do país e para a conquista de direitos para as mulheres.

Percebe-se que a participação política da parlamentar pernambucana remete a algumas possibilidades de abordagem e reflexões sobre o período. Seria possível estudar temas de relevo como a luta pela anistia, a ação dos comitês pela anistia, dos militantes dos movimentos sociais e dos movimentos de direitos humanos, o comportamento de políticos de oposição ao regime; a campanha das *Diretas Já*, os seus atores, o jogo político e os seus desdobramentos com a eleição indireta de um presidente civil, que encerrou o ciclo de sucessivos governos autoritários liderados por militares. Entretanto, ante a inviabilidade concreta de abordar todas as etapas do período de transição, a opção foi pela análise mais detida do ingresso de Cristina no mundo político, a sua contribuição para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1987 e na elaboração de uma nova Constituição da República com ênfase nas demandas femininas.

Tanto o levantamento quanto a seleção do acervo documental foi realizado praticamente entre meados de 2019 e março de 2020, estendendo-se pontualmente no caso de realização de entrevista até o mês de outubro em razão das dificuldades geradas pela pandemia da COVID-19. A fase de pesquisa das fontes estava, em princípio, encerrada, quando a banca de qualificação sugeriu repensar o recorte temporal da abordagem, concentrando a análise em uma das muitas questões possíveis dentro da década pesquisada (1978-1988).

Acatada a proposta, o trabalho prosseguiu com novas leituras, consultas à historiografia e refinamento das fontes, pois o foco foi redirecionado para uma perspectiva de transição individual da personagem, entrelaçamento entre entidades e movimentos de mulheres e a sua participação na construção da Constituição Cidadã. Aliás, para se pensar na montagem dessa trajetória, foi fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documentos (escritos, iconográficos, materiais, depoimentos orais) à luz da concepção da nova história política. O entrosamento de tais elementos facilitou a compreensão dos eventos daquela

temporalidade, a significação política de Cristina Tavares naquele contexto histórico, as relações de poder além de possibilitar a problematizar a luta das mulheres na Constituinte.

O trabalho está distribuído em três partes, cada uma dividida em oito tópicos, as quais versam, resumidamente, sobre os seguintes assuntos:

A primeira parte registra a memória de forma cronológica referente à transferência de Cristina Tavares do exercício da profissão de jornalista para o desafio de um projeto político calculado coletivamente pela cúpula de um dos maiores partidos de oposição, com o apoio de muitos amigos além do despertar de seu próprio interesse pela mudança. A abordagem inicial trata da caminhada de luta das mulheres brasileiras em busca de maior participação no campo da política institucional. A sistematização dos eventos no movimento sufragista a partir de 1910, considerando as particularidades de tempo e de espaço, permitiu construir uma visão mais clara da luta pelo direito ao voto feminino no país. Essa conquista, no entanto, não reduziu as dificuldades desse grupo no acesso aos cargos políticos, sendo um desdobramento dessa realidade a sub-representação de mulheres nos parlamentos brasileiros.

Em um rol não exaustivo, listam-se nomes de algumas mulheres que, a seu tempo, tiveram papel precursor na história política do Brasil no século XX, tais como Leolinda de Figueiredo Daltro, Carlota Pereira de Queiroz, Maria Júlia Lutz, Maria Cristina de Lima Tavares Correia. Em seguida, discorre-se um pouco sobre o núcleo familiar da personagem, tentando levantar, sem maiores pretensões, pistas comportamentais, vestígios de inspiração ou práticas de algum membro que, associados a outras situações, pudesse facilitar o entendimento acerca da relação sujeito-política. A formação acadêmica em Línguas Neolatinas favoreceu a desenvoltura com as palavras, habilidade que a ajudou tanto no exercício do jornalismo profissional quanto na preparação para o jogo político. Essa prática dialética a levou a protagonizar alguns momentos de disputa na política, mas também acentuou crises e distanciou objetivos perseguidos.

Abriu-se um parêntese para analisar que Cristina Tavares não escapou da vigilância do serviço secreto estatal, apresentando documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), em que se observou um levantamento de suas redes de amizades e o acompanhamento de suas posições políticas noticiadas em jornais e no informativo parlamentar. Apurou-se ainda que o seu nome figurou em lista de arquivo confidencial da Polícia Militar de Pernambuco, o que demonstra o interesse dos órgãos policiais na ditadura em seguir os movimentos de Tavares.

Além disso, o produto realça um espírito empreendedor da personagem, quando se observa a sua iniciativa de abrir empresas no ramo cultural, no caso, uma produtora de cinema (a “Cinema 1”) e um estabelecimento comercial (bar) na região central do Recife chamado de “Bumba-Meu-Bar” entre os anos de 1969 e 1970, respectivamente.

Para contar a trajetória de um indivíduo com essa complexidade, convém evitar certas construções rígidas e/ou análises deterministas baseadas em fatos e dados concretos que apenas conduziriam a uma realidade preestabelecida. Com efeito, os acontecimentos históricos não podem ser enfrentados com a naturalização de um fenômeno, pois resultam de ações, omissões e interações de vários fatores. A chegada de Cristina Tavares na política institucional não foi algo natural (ao acaso), mas uma vontade estruturada dentro da sua própria atividade no jornalismo. As entrevistas com inúmeras personalidades das mais variadas áreas, o acompanhamento diário dos bastidores da política em suas coberturas jornalísticas em Brasília, enfim o convívio frequente com o mundo político foram aspectos que interferiram na sua preparação para a vida parlamentar.

O episódio referente ao convite, aceitação e candidatura de Cristina nas eleições de 1978, pelo MDB, foi tratado no último tópico da primeira parte. Ali ficou evidenciado que o seu ingresso na política não ocorreu casualmente, mas foi decorrência de uma combinação de motivos envolvendo a presença de diferentes sujeitos. Nesse sentido, uma rede de conexões se formou em prol de um nome novo na política naquela conjuntura. Para uma compreensão inicial, elencou-se como variáveis importantes dessa transição a estratégia partidária do MDB com vista a conquistar votos de determinado segmento do eleitorado, gesto de apoio de uma categoria profissional para eleger um jornalista para a Câmara dos Deputados e o desejo particular de ocupar espaço público de poder.

Na segunda parte do trabalho o tema é “Cristina Tavares e o surgimento de uma nova Constituição”. Eleita num cenário surpreendente nas eleições de 1978, Cristina Tavares renovou o mandato em 1982, uma legislatura (1983-1986) marcada principalmente pelo fim do ciclo de governos militares no poder central, pela continuidade de uma grave crise econômica percebida nos idos de 1979 e que se arrastou pelos anos seguintes e pelo início de uma reconfiguração política no país. Com a morte de Tancredo Neves em 21 de abril de 1985, presidente eleito no Colégio Eleitoral realizado em 15 de janeiro do mesmo ano, as incertezas quanto ao avanço do processo instável de transição se tornaram mais reais, havendo muitas dúvidas sobre o que fazer José Sarney (vice alçado ao cargo presidencial) com relação a tantas questões urgentes a serem enfrentadas. Nesse cenário, cumprindo o compromisso assumido por

Tancredo Neves em campanha, Sarney cedeu à pressão de setores políticos desejosos pela convocação de uma ANC como forma de reorganização do espaço político-jurídico do Estado. O trabalho recapitula um pouco dos fatos e tencionamentos que levaram à instalação do processo constituinte entre 1987 e 1988.

Ainda nessa segunda parte, aborda-se a luta das mulheres na ANC. O estudo busca examinar o protagonismo desses sujeitos históricos, amparados por vozes como a de Cristina Tavares, e de entidades como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher antes e durante a preparação da nova Constituição. A mobilização das variadas organizações de mulheres e o papel articulador do CNDM são fatores que permitiram a compreensão circunstanciada da pressão exercida por esses grupos, com o surgimento da expressão “lobby do batom”. Encarada inicialmente como uma forma estigmatizada de enxergar a presença feminina no Congresso Nacional, a referida locução foi abraçada pelas constituintes como símbolo de representatividade naquele espaço público. Para além disso, a atuação do CNDM associada a maior participação das mulheres na campanha eleitoral de 1986 levaram a construção de uma carta programática chamada de “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes” entregue a Ulysses Guimarães (presidente da ANC). Nessa fase, houve um aumento substancial da bancada feminina no Congresso Nacional, elevando-se de 8 para 26 o número de deputadas federais eleitas. O foco desse tópico foi trazer à tona rupturas, permanência e movimentos de vários grupos de mulheres no momento preambular e de formulação do texto constitucional de 1988.

Na terceira e última parte do e-book, a análise se concentra essencialmente nos desafios enfrentados por Cristina Tavares e, de um modo geral, pela bancada feminina nos trabalhos constituintes propriamente ditos. Nesse ponto é possível conhecer um pouco da estrutura organizacional criada para a tramitação de projetos na Constituinte composta de 24 subcomissões temáticas, 8 comissões, 1 comissão de sistematização e votação no plenário. Discorre-se sobre os lugares ocupados pela deputada pernambucana nessa sistemática e as articulações para se alcançar determinados assentos. Além do embate inicial referente à criação do boletim diário da Constituinte, Cristina Tavares se envolveu numa tensa disputa acerca da duração do mandato presidencial de José Sarney, a qual provocou uma crise entre os Poderes Legislativo e Executivo com repercussão no andamento da ANC. É bom lembrar que a congressista pernambucana concentrou esforços na aprovação de normas concernentes à soberania nacional, à criação de monopólios estatais, na conquista de direitos em benefício das mulheres, da população indígena, das minorias, contribuindo em discussões da área da reforma

agrária, das comunicações, dos direitos políticos e da cidadania, especialmente quanto aos direitos sociais dos trabalhadores.

A par desses eixos temáticos, a reflexão proposta nessa parte do produto passa pela ação política da deputada objeto deste estudo, relacionada ao fortalecimento da democracia no país, a luta por direitos das mulheres e direitos da cidadania, enfatizando aqui a participação mais efetiva do povo mediante a apresentação de emendas populares. O processo constituinte se desenvolveu num ambiente de interesses díspares (muitas vezes conflituosos) de diversos segmentos da sociedade (empresários, entidades sindicais, profissionais liberais e tantos outros) representados por políticos que negociavam, junto aos seus grupos, a aprovação das pautas a que estavam vinculados. A prática do convencimento e os acordos de bastidores foram recursos amplamente utilizados entre os congressistas na conquista de votos. No caso da bancada feminina a atuação de parlamentares mais tarimbadas, como era o caso de Tavares, ajudou sobremaneira a antecipar as manobras que visavam atralhar a tramitação das propostas favoráveis às mulheres.

Nessa derradeira parte do produto, observou-se que, a despeito da baixa representatividade feminina no Parlamento constituinte, a Carta de 1988 significou um marco histórico para as mulheres sobretudo pela aquisição de importantes direitos da cidadania e pela equidade de gênero, o que serviu de bússola para a implementação de políticas públicas de combate às desigualdades em razão do sexo e de proteção às conquistas femininas.

Com efeito, a capacidade de mobilização e articulação dos movimentos de mulheres, das deputadas constituintes e a ação do CNDM produziram ganhos constitucionais consignados em diversos dispositivos espalhados no texto constitucional, os quais asseguram: 1) igualdade entre homens e mulheres de um modo geral (artigo 5º, I) e no âmbito da família (artigo 226, parágrafo 5º); 2) o enquadramento da união estável como entidade familiar (artigo 226, parágrafo 3º); 3) a vedação de discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo ou estado civil (artigo 7º, XXX); 4) a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos (artigo 7º, XX); 5) o planejamento familiar deve ser uma deliberação exclusiva do casal, cabendo apenas ao Estado disponibilizar os recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito (artigo 226, parágrafo 7º); e 6) a obrigação do Estado de implementar medidas para coibir a violência no âmbito das relações familiares (artigo 226, parágrafo 8º).

Pode-se verificar que Tavares reconheceu que os avanços foram diretamente proporcionais aos esforços realizados pelas mulheres brasileiras, mas informou que setores

conservadores e reacionários do país se opuseram aos direitos sociais alcançados na ANC (redução de jornada de trabalho para 44 horas; ampliação do intervalo de licença-maternidade para 120 dias; a licença-paternidade de 8 dias; assistência dos filhos e dependentes em creche e pré-escola; direito a férias), sob o argumento de que seriam fatores de desarranjo da economia.

O estudo desenvolvido nesse tópico do trabalho possibilita dizer, em retrospectiva, que o processo constituinte foi um marco na construção dos direitos e na emancipação das mulheres, com ênfase para os progressos obtidos no campo dos direitos sociais, políticos e civis, ficando claro que o desafio a partir dali seria disseminar a cultura do respeito aos valores de igualdade e democráticos, mediante ações capazes de garantir o efetivo desempenho da cidadania.

4.1 Procedimento 1: seleção de fontes

- a) Fotografias e Charges;
- b) Publicações do *Diário do Congresso Nacional*, *Diário da Câmara dos Deputados* e *Jornal da Constituinte*;
- c) Notícias e reportagens publicadas nos jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Correio Braziliense*; *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*.
- d) Discursos proferidos pela deputada Cristina Tavares;
- e) Reprodução de entrevista constante da obra de autoria de Cristina Tavares, “Repórter”;
- f) Entrevistas realizadas pelo autor;
- g) Gráfico elaborado pela Câmara dos Deputados sobre a evolução história da bancada feminina naquela Casa Legislativa;
- h) Tabela elaborada com base em listagens do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.
- g) Indicação de documentários/filmes sobre o processo constituinte.

4.2 Procedimento 2: especificação técnica do produto

- a) O material será elaborado em tamanho A4 (210x297mm) com folha disposta na horizontal e diagramação capaz de comportar duas imagens por página.
- b) A proposta será apresentar elementos textual e imagético distribuídos estrategicamente em uma sequência alternada e não linear de modo a favorecer a compreensão da temática.

- c) A composição de cores branca, vermelho, verde e amarela fazem alusão à coloração observada na cena do Mural da Brigada Portinari utilizado na campanha de Cristina Tavares, nas eleições de 1986.
- d) A representação visual de Cristina Tavares na parte central da imagem de capa retrata uma característica pessoal da personagem: estilo despojado de se vestir.
- e) O software utilizado para a confecção do produto foi o Corel Draw 20.

4.3 Procedimento 3: ficha técnica

Na essência, este produto não pode ser considerado um material de produção individual, pois foi idealizado de forma conjunta pelo mestrando (pesquisa, redação e revisão final), o seu orientador (correção do trabalho, discussão de conteúdo, facilitador e outros encaminhamentos), com a participação dos profissionais na área de revisão técnica e projeto gráfico e arte a seguir relacionados:

Revisão ABNT - Braz P. Neto - <<http://lattes.cnpq.br/8671915413992874>>

Projeto gráfico e arte: Priscila Estevão - <<http://lattes.cnpq.br/3874907740237599>>

Como antecipado acima, a imagem da capa traz elementos significativos na sua concepção como cores vivas em tons fortes (vermelho, verde, amarelo e contornos e letras em branco) e, em destaque na parte central, vem a figura de uma mulher de feição simples, sem a preocupação de manter os padrões da tradicional vaidade feminina. Ostenta na cena a posição de oratória com indicativo de utilização tanto da linguagem verbal quanto corporal. O microfone compõe o cenário como um instrumento amplificador não apenas de vozes, mas de pensamentos e resistência contra silenciamentos.

O conteúdo do produto foi distribuído em 105 páginas, dispostas em posição paisagem, na cor de fundo predominantemente branca e, na indicação das partes, detalhes em vermelho no canto superior da folha e verde, no canto inferior. A cor vermelha demarca a designação dos tópicos. No desenvolvimento do produto há trechos específicos com imagens e textos destacados alternadamente nas cores vermelha, verde e amarela.

O acervo de imagem do produto é composto por 54 reproduções visuais entre fotografias, recortes de jornais, charges e infográfico todos utilizados como elementos complementares de evidências e sentidos históricos, descartando-se a possibilidade de uso como mera peça ilustrativa.

5. Apresentação do produto

Trata o produto de um material disposto no formato eletrônico, no gênero e-book, com a distribuição de imagens organizadas em sintonia com a ocorrência dos eventos e dialogando com o texto correlato. Frise-se que muitas das imagens foram obtidas dos conteúdos de periódicos disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Outras imagens foram conseguidas diretamente dos jornais impressos através de câmera de celular (sistema operacional Android) e do repositório da Hemeroteca Digital.

O conjunto documental totaliza o quantitativo de aproximadamente 60 imagens extraídas também de prontuário do DOPS-PE, matérias jornalísticas, cartazes publicados pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher, Charges publicadas nos jornais *Correio Braziliense* e *Diario de Pernambuco*.

Ao longo da pesquisa, levantou-se um volume suficiente de materiais coletados desde os anos de 1960 até 1996 (com maior concentração no intervalo de 1978 a 1992), motivo pelo qual foi necessário proceder a uma triagem criteriosa das fontes históricas a serem trabalhadas, de acordo com a orientação metodologia traçada, a fim de melhor viabilizar o desenvolvimento da pesquisa.

Dito isso, cabe agora apresentar em formato condensado trechos da versão a ser submetida à banca examinadora, como parte integrante desse trabalho de conclusão do Mestrado Profissional de História:

CAPA DO PRODUTO



FOLHA DE ROSTO

Edvaldo dos Santos Silva

A trajetória política de Cristina Tavares:

a redemocratização e os direitos das mulheres
na Constituição Cidadã (1978 - 1988)

2021

SUMÁRIO E APRESENTAÇÃO

Sumário

Parte 1 - Cristina Tavares: de jornalista a deputada federal	
1.1. Os percursos da mulher brasileira na política institucional.....	10
1.2. A formação de uma mulher política.....	15
1.3. Entre o jornalismo e a vida pública.....	29
1.4. O mundo político visto da tribuna.....	35
Parte 2 - Cristina Tavares e o surgimento de uma nova Constituição	
2.1. Primeiros pensamentos para uma nova Constituição.....	44
2.2. A luta das mulheres na Assembleia Nacional Constituinte: o lobby feminino.....	51
Parte 3 - Conquistas da bancada feminina no processo de elaboração da Carta de 1988	
3.1. Cristina Tavares e a mobilização feminina - os desafios no processo constituinte.....	66
3.2. A Constituição e os avanços dos direitos sociais.....	76
Reflexões finais sobre a participação de Cristina Tavares na preparação da Constituição Cidadã de 1988.....	90
Referências.....	93

Você já ouviu falar em Maria Cristina de Lima Tavares Correia?

O dia 24 de fevereiro de 1992 amanheceu com a notícia estampada nas manchetes de primeira página dos jornais de Pernambuco sobre a morte de Cristina Tavares na tarde do dia anterior, em Houston, nos Estados Unidos, após uma árdua batalha contra um câncer.

Um misto de pesar e profundo respeito tomou conta do meio político de Pernambuco, de militantes de movimentos sociais, eleitores e amigos pelo passamento de uma pernambucana que, por três legislaturas consecutivas na Câmara Federal, envolveu-se em lutas históricas no processo de redemocratização do Brasil, na defesa dos direitos das mulheres e outras questões de interesse nacional.

A trajetória política de Cristina Tavares, primeira mulher eleita pelo Estado de Pernambuco para o cargo de deputada federal, ao nosso entendimento, enseja um sentimento de querer se inteirar, além da persona em questão, um pouco mais sobre a sua época, o meio social em que viveu, os lugares que ocupou e as causas que defendeu.

Pela sua personalidade forte, inquieta, em permanente processo de construção, Cristina Tavares, desde a sua chegada ao Recife (oriunda de Garanhuns, cidade natal), transitou por vários espaços públicos e privados de acesso não tão fácil a maioria das mulheres. Apesar de sua origem familiar conceder-lhe boa qualidade de vida, destacou-se primeiro no jornalismo profissional por coberturas nacionais e internacionais, passando por vários órgãos de comunicação. No final da década de 1970, enveredou na política institucional vinculada ao único partido de oposição à época, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No Congresso Nacional, teve uma atuação combativa dentro e fora de suas redes de relações partidárias e pessoais, marcada pela firmeza de suas críticas, um comportamento mais incisivo na defesa de suas ideias, palavras e opiniões, bem como para assegurar espaço de poder associado à representação política ocupado predominantemente por homens, o que levou a inúmeras indisposições com políticos adversários ou aliados, inclusive de sua própria legenda.

Pensar as diferentes temporalidades de sua trajetória nos permitiu estabelecer traços da relação de um indivíduo em constante transformação com o contexto político não-linear ao longo de seus mandatos. Assim, buscamos identificar o cenário, compreender as possibilidades concretas com as quais se deparou e saber que algumas decisões foram tomadas.

A primeira parte do texto aborda a fase de Cristina Tavares no jornalismo, recuando um pouco no tempo para trazer à memória as mulheres brasileiras que deram os primeiros passos na luta por espaços na política e, logo em seguida, o seu interesse pelas artes. Nesse ponto, aliás, discorre-se sobre a rápida experiência no campo do audiovisual, sendo pioneira em buscar a profissionalização na direção e produção cinematográfica em Pernambuco. Ainda no segmento cultural, mostrou o seu lado empreendedor com a abertura de um bar em sociedade com amigos no centro do Recife.

PARTE 1

Exploramos algumas das grandes entrevistas realizadas pela repórter Cristina Tavares com políticos, intelectuais e religiosos, as quais tiveram a sua contribuição no seu processo de desenvolvimento político. Percebemos que a transição do jornalismo ao mundo político-partidário é um momento-chave do curso de sua vida, pois a partir daí passou a conhecer o poder "por dentro", e não apenas pelos fatos que conseguia apurar a distância.

A parlamentar pernambucana participou ativamente dos principais acontecimentos do processo de democratização entre 1979 e 1988. Viveu com intensidade as discussões travadas em torno da mobilização pela anistia política (1979), da reforma partidária que resultou no restabelecimento do pluripartidarismo no Brasil (1979), na luta por eleições diretas para governadores (1982) e na campanha das Diretas Já! (1984). Em cada uma dessas etapas fez oposição a forma do governo ditatorial conduzindo o processo de reabertura para a democratização.

Frísamos que o foco da segunda parte foi levantar a ação de Cristina Tavares na elaboração da nova Constituição brasileira promulgada em 1988. Para tanto, a análise foi iniciada com a investigação sobre alguns fatores que antecederam e levaram à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte no final do ano de 1985. Na sequência, analisamos a luta das mulheres na ANC, o trabalho da bancada feminina na Constituinte e a pressão exercida por organizações desse gênero em todo o país mediante articulação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Na terceira parte dessa exposição, enfocamos alguns desafios enfrentados por Cristina Tavares e demais mulheres congressistas durante o processo de preparação da Carta Magna, as negociações, os embates e a saída da pernambucana do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Abordamos, por fim, as principais conquistas incorporadas na Lei Máxima do Brasil que asseguraram, fundamentalmente, igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, estendendo diversos outros direitos da cidadania ao sexo feminino. Notamos que o saldo positivo na Constituinte (com cerca de 80% da pauta entregue aos congressistas aprovada) foi atingido no contexto de tensões, disputas e incertezas, sendo o engajamento de movimentos sociais e a pressão popular um dos aspectos de desequilíbrio em favor da ampliação dos direitos das mulheres.

Tradicionalmente não se verifica facilidade nos debates envolvendo questões de gênero nesses centros de decisões, sobretudo pela potencialidade que eles têm de representar ameaça aos privilégios de determinada classe, daí porque a relevância dos passos dados na Constituinte ao assegurar, formalmente, às mulheres mais direitos e cidadania.

Nesse sentido, as fontes coletadas e analisadas evidenciaram a dimensão da atuação de Cristina Tavares no Congresso Nacional no período de grande eferescência política do país como foi o de transição democrática dos anos 80.

Fica aqui o convite para uma leitura reflexiva sobre parcela da trajetória política de uma pernambucana detentora de uma rica história de vida, lembrando que essa abordagem se trata de um início, havendo muito a conhecer dessa personagem.

Boa leitura!

1.1. Os percursos da mulher brasileira na política institucional

Nas sociedades de formação patriarcal, como a brasileira, é comum se verificar a luta entre grupos em busca da hegemonia em diversas esferas de poder. A partir do século XIX, com o advento da República, em que as condições de hereditariedade formalmente não simbolizavam o direito assegurado a um cargo político tais disputas se intensificaram. Nessa "nova ordem", ainda conservadora, notou-se que as mulheres foram privadas da possibilidade de votar e serem votadas nos certames políticos. Em contraponto a isso, no reduto feminino, iniciou-se a batalha por igualdade de gênero nas "cadeiras" públicas.

A partir dos anos de 1970¹ - com a introdução da pílula contraceptiva no país, o que ensejou para as mulheres melhor condição de programar tanto a vida profissional quanto à experiência da maternidade - ocorreu a aceleração de um fenômeno de feminização nos espaços tradicionalmente ocupados apenas por homens. Universidades, fábricas e casas legislativas são exemplos claros de ambientes onde as mulheres passaram a circular com maior frequência, marcando presença no mercado de trabalho ainda que de forma desproporcional.

Embora nos anos 1960 e 1970 estivesse presente o estereótipo de que o jornalismo não seria uma profissão "apropriada" para pessoas do sexo feminino, Cristina Tavares rompeu com os limites de oportunidades de desenvolvimento profissional. Iniciou a sua carreira no *Jornal do Comércio* (PE), escrevendo para um suplemento sobre cultura popular veiculado aos domingos.

Ao final da década de 1970, Cristina Tavares - experientada em coberturas políticas em Brasília - foi

Jornal do Comércio

O *Jornal do Comércio* é um dos mais antigos jornais de circulação diária, fundado no Recife em 02 de fevereiro de 1819, por F. Pessoa de Queiroz (empresário, advogado, diplomata e político) com seus irmãos, do qual foi diretor. Surgindo no contexto da campanha presidencial de Eudécio Pessoa com uma linha editorial voltada a garantir apoio político ligado aos Pessoa de Queiroz, sendo um veículo de oposição a Getúlio Vargas, durante a Revolução de 1930 e com o assassinato de João Pessoa (presidente da Paraíba), enfrentou a sua primeira grande crise, quando teve as suas instalações incendiadas, situação que tirou o periódico de circulação por quatro anos. Declarando-se um órgão meramente informativo no seu retorno (1934), tornou-se um dos mais destacados veículos de comunicação do Nordeste entre as décadas de 40 e 50. Contudo, com envolvimento ainda muito forte na política, inclusive com o afastamento físico de F. Pessoa de Queiroz pela eleição para o Senado em 1962 pelo PTB, a empresa experimentou uma crise nos anos 70, a qual culminou com a intervenção judicial (1974-77), momento em que o governador Moura Cavalcanti e o seu secretário de trabalho Joaquim Francisco entraram em cena na tentativa aldrá de negociações e salvar a empresa do encerramento. As dificuldades financeiras se agravaram a ponto de haver suspensão das suas atividades por 40 dias, em 1987. Foi nesse ocasião que o empresário João Carlos Paes Mendonça, a época com atuação no ramo de supermercados, adquiriu a Empresa Jornal do Comércio, implementando reformas estruturais sobretudo na área editorial. (BARROS, 2009, p. 60-65)

convidada a candidatar-se ao cargo de deputada federal, sendo eleita em 1978 a primeira mulher a ocupar uma vaga na Câmara Federal por Pernambuco. A escolha inédita anunciava, por um lado, uma tendência de mudança de pensamento de uma parcela do eleitorado pernambucano e, de outro, uma aposta dos líderes do MDB em um nome novo na política capaz de angariar votos para o partido.

Na política, a luta da mulher brasileira por uma participação mais ativa e legitimada na sociedade teve no movimento sufragista², a partir de 1910, um dos primeiros passos decisivos para fomentar a sua inclusão social e a cidadania. Tal movimento atravessou, e não sem sofrer influências e deixar a sua contribuição, outros importantes acontecimentos históricos contemporâneos. A formação do Partido Republicano Feminino, em 1910, a revolta Tenentista, a Semana de Arte Moderna e a instituição da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, idealizado pela ativista Bertha Maria Júlia Lutz, todas em 1922, criaram, como resultado conjunto, uma atmosfera favorável ao processo de abertura, a mulher, ao mundo político. O acúmulo de pressão surtiu efeito mais adiante. O Código Eleitoral Brasileiro, instituído pelo Decreto nº 21.076, de 24/02/1932, desobstruiu o caminho para superar barreiras históricas impeditivas da participação das mulheres na política, estabelecendo o direito de votar e de ser votada em igualdade de condições com os homens³.

Nesse contexto, muitas mulheres se destacaram na luta por inclusão política como instrumento de cidadania. Unidas em torno desse objetivo - apesar de suas diferentes classes sociais, raças, grau de instrução individual - algumas delas entendiam que o direito de votar e de ser votada seria um caminho para o atendimento de outras demandas femininas, principalmente pela preocupação que os políticos passariam a ter na prestação de contas desse novo eleitorado.

MULHERES PIONEIRAS

Na Câmara Federal

Pernambuco que, desde os tempos de província mostrou sua importância no cenário político brasileiro, foi palco de revoluções como a de 1817, teve sua primeira representante na Câmara Federal quase noventa anos após a proclamação da República. Cristina Tavares, jornalista de ofício, elegeu-se com 22.519 votos nas eleições de 1978, renovando o seu mandato por mais duas legislaturas consecutivas, obtendo expressivos 22.963 e 40.618 votos, respectivamente, nos pleitos de 1982 e 1986.

Imagem 1 - Cristina Tavares no plenário da Câmara Federal.

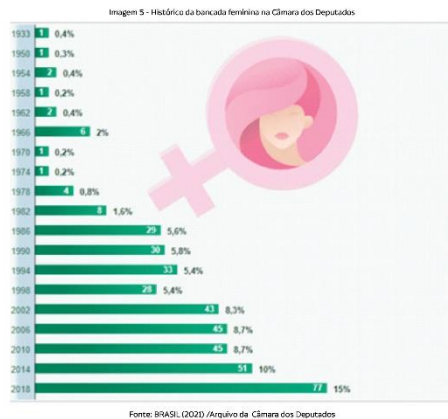


Fonte: BRASIL (2021) / Arquivo da Câmara dos Deputados

¹ A denominada pílula anticoncepcional foi produzida e lançada nos Estados Unidos da América em 1960 e, no ano seguinte, na Europa e na Austrália, chegando ao Brasil em 1962, sendo utilizada por um percentual crescente das mulheres brasileiras em idade reprodutiva, impactando a classe feminina com o aumento desse público no mercado de trabalho e na

² Movimento em prol da organização da luta das mulheres pelo direito ao sufrágio (voto).

³ Desde o ano de 2020, essa conquista histórica foi tornada uma data comemorativa mediante a sanção pela primeira mulher eleita presidente da República, Dilma Rousseff, da Lei nº 13.086/15, passando o dia 24 de fevereiro a constar no calendário oficial do Governo Federal brasileiro o "Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil".



Essa diminuta representação da bancada feminina não se limitou à Câmara Federal, mas repete uma estatística comum nos demais parlamentos brasileiros. Nota-se uma realidade construída em bases complexas e, ao que parece, com raízes profundas em uma cultura política que incorporou um tratamento discriminatório a que, historicamente, as mulheres foram submetidas. Retrata ainda um pensamento de antifeminismo multifacetado que tenta bloquear acessos desses sujeitos a espaços públicos e de poder.

14

No início da década de 1970, o modelo político da ditadura civil-militar estava com as suas bases definidas e os métodos de controle e ações repressivas implantados e em funcionamento, quando se percebeu alguns gestos indiciários em direção à distensão do regime, processo que encerraria o ciclo dos presidentes militares após 21 anos no governo central.

Em meio à efervescência política, econômica, social e cultural vigente durante o longo período de ditadura militar no Brasil sobra espaço para um olhar crítico às posturas ambíguas adotadas por uma parcela burguesa, elitista e conservadora da sociedade. Foi nesse universo que Cristina Tavares certamente encontrou campo fértil para desenvolver as suas ideias de mundo e forjar a visão política que a destacou no jornalismo e depois na atividade político-partidária. De igual modo, a origem familiar ajuda a compreender um pouco a trajetória dessa personagem.

Maria Cristina de Lima Tavares Correia nasceu no município de Garanhuns, interior de Pernambuco, no dia 10/06/1936, filha de José Alves Tavares Correia e Maria Mercês de Lima Tavares Correia, sendo a terceira na ordem de quatro irmãos.

Os Tavares Correia se estabeleceram no agreste pernambucano, na década de 1920, desenvolvendo principalmente atividades nos ramos de medicina e depois hotelaria. O pai de Cristina Tavares era médico, exercendo o seu ofício no Instituto Médico Cirúrgico de Garanhuns no início da década de 1930 e também no Recife.

A Casa de Saúde do doutor Tavares Correia, como era conhecida, transformou-se no Sanatório Tavares Correia em julho de 1937, sendo um importante centro médico do interior de Pernambuco. O Sanatório possuía uma ala hospitalar propriamente dita e um espaço de acolhimento de parentes dos enfermos e visitantes da cidade, características que o aproximou de um estabelecimento do ramo de hospedagem.

A mãe de Cristina Tavares era uma mulher dedicada à família, que nutria admiração por seus filhos, mas também envolvida em campanhas de solidariedade em favor de pessoas carentes de Garanhuns. Dona Mercês desenvolvia ação anual de arrecadação de donativos junto ao comércio e às indústrias do Recife, para a distribuição de presentes de natal às crianças pobres residentes em determinados bairros da cidade, conforme noticiado no *Diário de Pernambuco* de 23/12/1950, p.8.

A família Tavares Correia gozava de grande prestígio na sociedade pernambucana, atributo construído a partir do reconhecimento da atuação do doutor Tavares Correia na clínica médica e também pela hospitalidade e capacidade de reunir amigos e convidados em suas instalações para momentos de descanso/repouso, participação em eventos ou simples encontros informais.

15

1.2. A formação de uma mulher na política

O regime autoritário implantado no Brasil a partir do golpe civil-militar de 1964 tem em seu histórico ações marcadas por graves denúncias de violação à liberdade de pensamento e de expressão, bem como de atentado aos direitos humanos. Práticas como perseguições políticas, cassações de políticos, prisões arbitrárias, desaparecimento de pessoas que se opunham ao regime ditatorial foram utilizadas pelos agentes estatais para impedir contestações ao sistema instalado e tentar manter o poder sob controle do governo.

Esse instrumento repressivo atingia diretamente militantes políticos, servidores públicos, inúmeros militares e tantos outros atores que combatiam à ditadura e os seus familiares, gerando instabilidade na sociedade que acompanhava, dividida sobre eventuais providências, denúncias de ações antidemocráticas, de suposto desrespeito às liberdades civis e aos direitos humanos. Apesar da complexidade desse período ditatorial, em que se viu momentos de avanços e retrocessos na economia e na política institucional, a ação autoritária do Estado esteve presente em maior ou menor grau na sequência dos governos militares.

PRÁTICAS DE AUTORITARISMO

O historiador Daniel Aarão Reis elucida alguns pontos sobre o período ditatorial:

Da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) à repressão desartada, das cassações à dissolução dos partidos, da prerogativa do princípio do próprio mandato à instauração das eleições indiretas para presidente da República e governadoras dos estados, do espantamento de presos à adoção de torturas como política de Estado, Castelo e o regime que precedia decantaram-se, convertendo-se numa ditadura [...]. Nessa altura, no começo dos anos 1970, e apesar dos esforços dos homens - e da propaganda - do regime, disseminava-se em sociedades de opiniões públicas mais atentas a ideia de que existia uma ditadura violenta no Brasil. Concorriam para isso as denúncias, cada vez mais numerosas e consistentes, do emprego da tortura como política de Estado. Os desmentidos oficiais não bastavam frente às evidências [...]. (REIS FILHO, 2014, p.65-66,84).

Em consonância, Jorge Ferreira, outro estudioso do assunto, abordando as mortes do jornalista Vladimir Herzog em 1975 e do operário Manuel Fiel Filho em 1976, assim escreveu sobre as práticas violentas durante o regime ditatorial:

Nesse âmbito, há de se considerar que, durante a ditadura, a tortura e os assassinatos foram instituídos como política de Estado - e não como casos excepcionais de agentes policiais e militares que extrapolaram suas funções. O que chamamos de "porões da ditadura" estava no Palácio do Planalto. Algo apontado por vários historiadores e que a Comissão Nacional da Verdade, após extensa investigação, tornou oficial. A conclusão vale, inclusive, para o general-presidente Ernesto Geisel, que, embora seja conhecido como o "general da abertura" [...], deu continuidade à violenta política de Estado [...]. (FERREIRA, 2018, p. 30).

15

Imagem 7A - Anúncio publicitário do Sanatório Tavares Correia



Fonte: Jornal O Monitor, de 24/12/1941, apud BELG, 2018.

O Sanatório teve papel bastante representativo no curso da história da família Tavares Correia. De um dos principais estabelecimentos médico-hospitalares do agreste passou a ser um dos mais valorizados espaços de convívio, sendo um famoso ponto de encontro indutor de sociabilidade da região, em que pessoas dos mais variados setores da sociedade se reuniam para congressos, palestras e tratar de negócios.

Cristina Tavares, após a morte do pai em janeiro de 1953, engajou-se nas atividades empresariais de sua família. Registra o *Diário de Pernambuco* de 05/02/1958 (p. 9) a sua viagem com destino a Londres, na Inglaterra, durante seis meses, na condição de uma das diretoras do Sanatório Tavares Correia, para realizar um curso especializado em um dos maiores centros hoteleiros do mundo.

Abria-se caminho para uma carreira voltada aos negócios no ramo hotelaria. Essa perspectiva, embora real, não a afastou de outros projetos de vida, como se deu com a sua atuação na área cultural e de comunicação social. Na família, ela fez parte de um grupo de moças com formação acadêmica diferentes: a irmã Lúcia se especializou em Filosofia e literatura espanholas; já Rídette era arquiteta e Cristina Tavares estudou línguas e se aprofundou na Europa no segmento hotelaria. (*Diário de Pernambuco* de 23/03/1961, segundo caderno).

A figura materna e das duas irmãs exerceram um papel muito importante na trajetória de Cristina Tavares. O incentivo da mãe demonstrava a admiração pela filha. As irmãs eram pessoas muito unidas, havendo nessa relação um sentimento de

17

amizade, cumplicidade, respeito e cuidado mútuo. A narrativa de Sérgio Longman³, ex deputado estadual e amigo particular de Cristina Tavares, é clara a respeito dessa impressão:

Elá tinha uma disposição grande e uma afinidade muito grande com a mãe, dona Mercedes. [...] Ela não se dava com o irmão, Paulo, que era bem mais conservador. [...] Eu participei de algumas reuniões na casa de Cristina e dona Mercedes era uma incentivadora da atuação da filha. Ela tinha uma admiração por Cristina visível. [...] Mas Cristina tinha consciência e liberdade de na trajetória de defender bandeiras. Realmente uma pessoa independente. Eu acho que por formação ou por personalidade mesmo e contava em casa com o apoio da mãe e das irmãs, Lúcia e Riquete. Então eu acredito que essa coisa é que permitiu que ela enviasse na comunidade e tivesse sucesso. [...] (Sérgio Longman, 2020)

A diversidade de focos e interesses e a formação do pensamento político crítico tornou Cristina Tavares uma mulher diferente. As lutas travadas na vida pública e as bandeiras por ela defendidas se construíram ao longo de sua trajetória em uma explicação lógico-matemática. Optou por olhar o mundo e a sociedade através de uma lente com poder de ampliar a realidade, desenvolvendo uma consciência individual da necessidade de combater preconceitos e injustiças sociais. Sobre esse prisma, oportuno destacar o trecho do depoimento de Sérgio Longman:

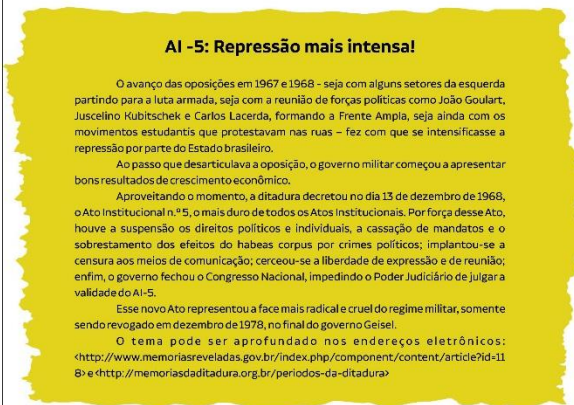
Ái vem aquela coisa da consciência social e política de que o papel do político não é representar a si, mas representar setores e segmentos, sobretudo aqueles mais desprotegidos. Ái a formação cívica, religiosa, essa consciência social e, ainda, talvez, a influência das leituras, esse pensamento de Sartre⁴, o pensamento de Riquete de solidificação de qualidade, essa consciência é que nos movia e movia Cristina também. [...] Havia a consciência de que nós não poderíamos nos representar, mas representar quem não tinha representação. (Sérgio Longman, 2020).

Quanto à sua formação acadêmica, Cristina Tavares concluiu o curso de bacharelado em Línguas Neolatinas em 1955, mas não chegou a exercer a profissão. Depois de atuar em movimentos católicos, participou ativamente da cena cultural do Recife que adiante será melhor abordado.

Com o endurecimento do regime após a edição do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 (AI-5), a militância política no país se tornou uma prática muito perigosa, arrefecendo a disposição de muitos opositores pelo enfrentamento, o que levou Cristina Tavares e alguns amigos a mudarem o rumo de suas atividades com relação à manifestação contra o regime vigente.

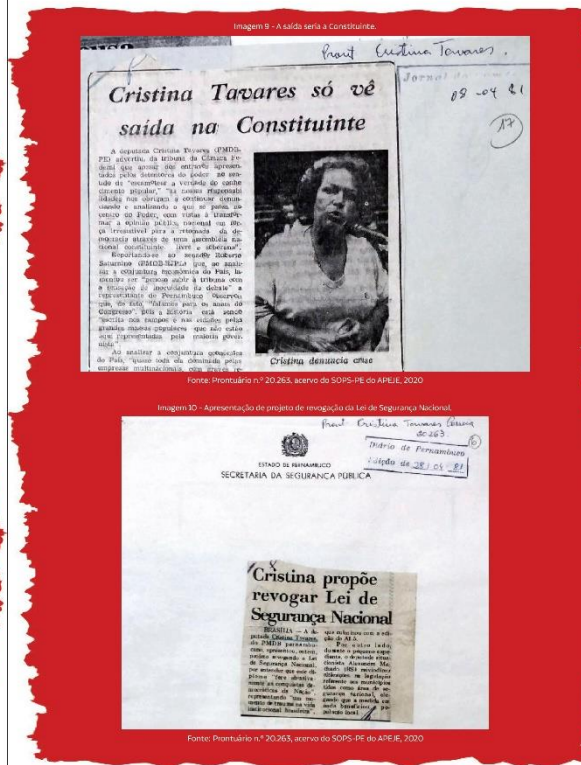
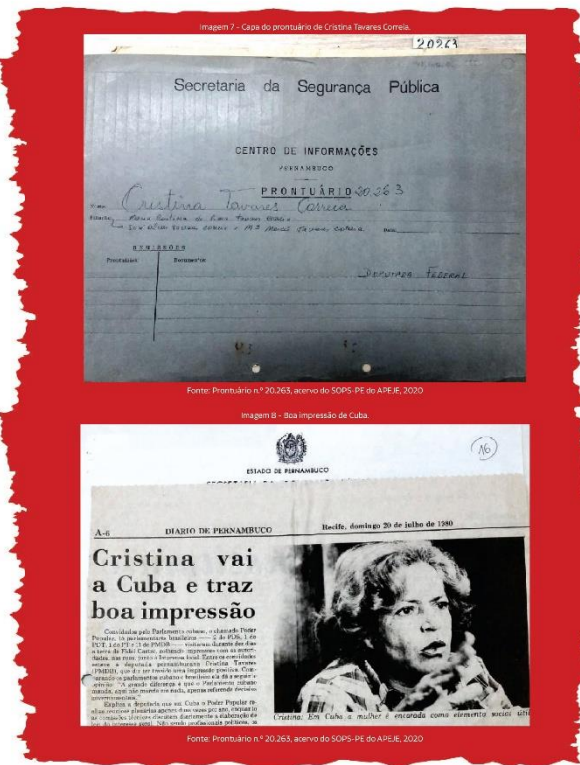
³Sérgio Longman, Recife, bacharel em Direito formado pela Faculdade de Direito do Recife, iniciou sua militância política na campanha de Marcos Freire para o Senado Federal em 1974. Candidatou-se a prefeito do município de Paulista (região metropolitana do Rio de Janeiro em 1978, sendo eleito deputado estadual e deputado federal em 1982 e reeleito para o mesmo cargo na eleição de 1992 pelo PMDB. Ocupou uma das vagas de deputado federal nas eleições de 1998, não obtendo Bóta. Concluiu a graduação em Ciências Tavares durante o pleito de 1992, mas no local de destino de estresse quando fundaram o PSDB nacional em 1998, ocasião em que Longman assumiu a presidência estadual do partido.

⁴Jean Paul Sartre foi um filósofo existencialista (filosofia baseada na negação da ideia de Deus), escritor e ativista político francês que iniciou amizade profissional e "afetiva" com a jornalista Cristina Tavares a partir de sua visita ao Recife em 1960, acompanhado de sua companheira Simone Beauvoir. A partir daí, Sartre concedeu várias entrevistas a Cristina Tavares. Ele faleceu em 15 de abril de 1980, em Paris.

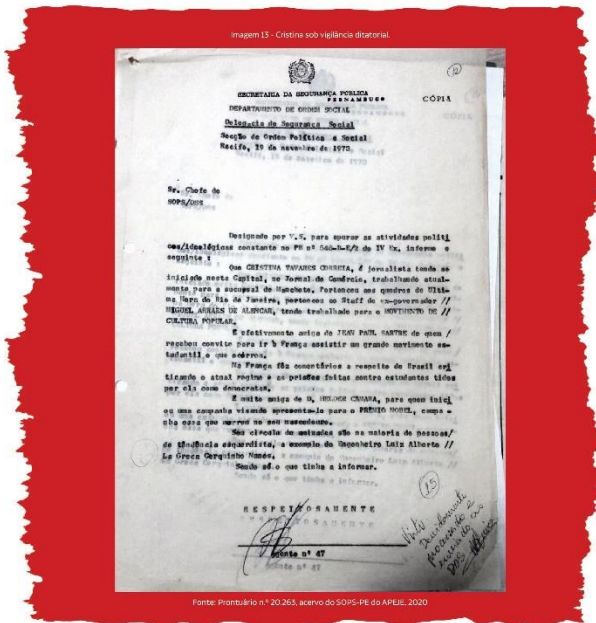


Abre-se aqui um parêntese, para destacar que a ditadura mobilizava os seus agentes no sentido de promover práticas invasivas de vigiar e punir as pessoas que apresentassem algum comportamento suspeito, traços subversivos ao regime e possibilidade de ligação ao comunismo. Era comum haver investigação e levantamento de dados sobre a vida de particulares pelo serviço secreto estatal. Cristina Tavares não escapou desse método de averiguação que, mesmo legitimado por atos normativos vigentes durante a ditadura, não perdia o caráter imoral e deletério à privacidade e à intimidade das pessoas. As suas atividades profissionais, posição político-ideológica, o círculo de amizade foram objeto do relatório elaborado por agente da Seção de Ordem Política e Social da Delegacia de Segurança Social do Estado de Pernambuco (DOPS-PE), em atendimento à determinação do IV Exército.

⁵Segundo pensais da historiadora Marília Gama da Silva, o Departamento de Ordem Política e Social – DOPS foi criado em 23 de dezembro de 1965, pelo Lei 71, sendo extinto em 1969, com a finalidade de atuar de forma efetiva e permanente no acompanhamento e controle das relações político-sociais, em combate às ações e ideias consideradas subversivas ou que representassem ameaça à “paz social”. Interessante que ao longo das 50 anos de existência, o DOPS passou por um processo lento de desestruturação de um órgão de controle das práticas de costumes e social para uma pasta de vigilância contínua da sociedade, censura, investigação e repressão. Em Pernambuco, o acervo documental do DOPS, transferido da antiga Secretaria de Segurança Pública estadual, encontra-se sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Freirecruzeiro – APEJF desde de 1992. Nesse novo espaço, o acervo foi tratado e organizado por meio de cooperação técnica com Instituição de pesquisa, no sentido de preservar e tornar acessível a documentação política em todo seu âmbito. Interessado, o processo com as fontes documentais do extinto DOPS-PE – que abrangem material iconográfico, linguístico, manuscrito, invigilado – vem possibilitando ricas experiências no campo da pesquisa historiográfica e de outros níveis do saber, especialmente pela perspectiva de cruzamento desses elementos e facilitação do registro de memória. (SILVA, 2017, p. 63-78)



Analisando os mencionados recortes de jornais constantes do prontuário nº 20.263 é possível perceber muito dos temas que chamavam a atenção das autoridades policiais para a atividade política de Cristina Tavares. As críticas feitas às ações do governo eram os principais conteúdos de patrulhamento, mas, antes disso, ainda no jornalismo, os seus passos e relações sociais já eram observados como se infere do comprovante a seguir:



Fonte: Prontuário nº 20.263, acervo do SOPS-PE do APEJL 2020

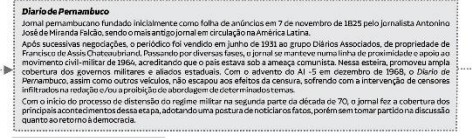
Esse documento, com data de 19 de novembro de 1973, revela que Cristina Tavares esteve sob a vigilância secreta das autoridades da ditadura, as quais procuravam levantar elementos capazes de conhecer as formas de pensar e de agir da então jornalista, tomando como base as suas redes de sociabilidade. Ela certamente tinha conhecimento do risco de ser alcançada por agentes da repressão em virtude de sua participação política e posição antagônica ao regime ditatorial. A recordação do amigo e jornalista Carlos Garcia¹ evidencia bem esse fato:

Nunca entrei no Partido Comunista. Mas foi a preocupação com o social que me levou à oposição. Foi também essa aversão à ditadura que me jogou contra o governo militar. Em 1969, foi decretado o AI-5. Ai a situação ficou muito pior. A ditadura era muito forte. Era chamado os anos de chumbo.

Uma vez ela dormiu lá em casa com medo de ser presa. Minha filha foi quem acordou com as pedrinhas na janela (barulho de pedrinhas na janela). Quando foi ver quem era, era Cristina, querendo entrar para dormir. Eu participava paralelamente na política nessa dimensão de levar gente para sair do Recife para fugir. Nós tínhamos um esquema de fuga (uma rota de fuga) que levava o sujeito até Gravata e dali pegava um ônibus para São Paulo.

Aquela época tínhamos plena convicção (certeza mesmo) que estávamos sendo seguidos, de que estávamos sendo vigiados. Eles me chamavam, vez por outra, sobre determinadas matérias que eu mandava para São Paulo. Eu pegava a matéria aqui e mandava para São Paulo. Como era um jornal de grande repercussão, incomodava muito. Então foi mais de 10 vezes chamado Polícia Federal, no DOI-CODI, ou até mesmo na Secretaria de Segurança Pública daqui (Polícia Política, que hoje não existe mais). (Carlos José Garcia da Silva, 2020)

Fortalece a ideia de que houve um acompanhamento da vida de Cristina Tavares, por órgãos policiais, a notícia publicada no *Diário de Pernambuco* de 07/02/1996, informando a existência de fichas no arquivo confidencial da Polícia Militar de Pernambuco com nomes de políticos importantes. Ali figurava como o ex-governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda (um dos articuladores civis do golpe de 1964), o ex-senador alagoano Teotônio Vilela, o ex-deputado federal Fernando Lyra, o ex-líder comunista Gregório Bezerra, o ex-governador de Pernambuco Cid Sampaio, além de constar o nome da ex-deputada Cristina Tavares.



¹ Carlos José Garcia da Silva, jornalista pernambucano, com passagem em importantes órgãos de comunicação de circulação nacional, que resistiu à ditadura militar e conviveu de perto com a então repórter Cristina Tavares, observando os seus primeiros passos na vida política. Melhor descreve essa personalidade o seu biógrafo Renato Fonseca na obra "Carlos Garcia: Um Mestre no Meio do Rododendro"; "referência obrigatória de ética e competência para o jornalismo pernambucano na segunda metade do século 20. Carlos Garcia foi testemunha e protagonista, esteve no centro de furação da política brasileira, empenhou-se com os novos jornalistas, escreveu vários livros, ainda teve tempo para formar toda uma geração de brilhantes profissionais na sucursal do jornal O Estado de São Paulo, no Recife, à qual chefiava. Faleceu em 27/04/2021, aos 87 anos, no Recife.

Prossiguiu assim durante os anos 1980, apresentando uma discreta inclinação por candidatos e governos mais à direita e de tendência conservadora nos planos nacional e estadual. (Ver o verbete "DIÁRIO DE PERNAMBUCO" do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 12/08/2021)



Fonte: Diário de Pernambuco, 07/02/1996, p. A-5.

Fechando o parêntese e prosseguindo na trilha da personagem, verifica-se que ela transitou por outros meios além do jornalismo e do negócio familiar no ramo hoteleiro. Com o perfil empreendedor, Cristina Tavares se lançou no campo da produção cinematográfica, criando a empresa "Cinema 1" em sociedade com amigos em 1969. Outro fato pitoresco na sua trajetória foi a abertura de um bar no Pátio de São Pedro (centro do Recife) no segundo semestre de 1970, também em parceria com amigos.

CINEMA 1 E BUMBA-MEU-BAR

Em 1969, inspirados no movimento do Cinema Novo e no lema "uma câmera na mão e uma ideia na cabeça", Cristina Tavares juntamente com os amigos Carlos Garcia e Francisco Bandeira de Melo ("Bandeirinha") criaram uma empresa produtora de filmes chamada de "Cinema 1", com o objetivo de aprender o ofício e auferir algum lucro com essa atividade.

Cristina Tavares, diretora de cinema!

"Férias em Garanhuns" (1969), curta-metragem dirigido por Cristina Tavares foi feito sob encomenda para a Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR), a Prefeitura de Garanhuns e o Sanatório Tavares Correia. O filme, que teve como proposta

a promoção da cidade, apresenta uma construção narrativa com elementos ficcionais com três atores que interpretam marido, mulher e filho e encenam um passeio pela cidade, mostrando seus pontos turísticos. A realizadora Cristina Tavares, nascida na cidade de Garanhuns fazia parte da família de um dos patrocinadores do filme. O vínculo da empresa Cinema 1 a projetos financiados com recursos governamentais e privados, em um período de políticas conservadoras, despertou certa desconfiança e incômodo no círculo cultural da época (FIGUEIRÓA; BEZERRA, 2016 apud Galvão, 2018, p. 75). Ainda que em um contexto adverso às produções independentes e contando com certos privilégios – não diferentemente de muitos realizadores – podemos afirmar que Cristina Tavares foi a primeira cineasta em Pernambuco a buscar uma profissionalização na direção e produção cinematográfica, em um campo até então composto por homens. (GALVÃO, 2018, p. 75)

O mundo das artes fascinava Cristina Tavares e, apesar do privilégio de contar com esses patrocinadores, há de se analisar a questão sob o ponto de vista do desafio de assumir o papel pioneiro em Pernambuco de mulher cineasta a produzir filmes com a captação de recursos para subsidiá-los.

Cristina Tavares e "as melhores batidas do Recife"

Nessa linha cultural, abriu ainda um empreendimento comercial, em companhia de Eduardo Guedes, Jeová Franklin e dos amigos acima citados, chamado de "Bumba-meu-bar", localizado na casa nº 11, do Pátio de São Pedro, área central da capital, inaugurado em 28/08/1970 e encerrado quando o tempo disponível de cada sócio não mais lhes permitiam prosseguir na administração do negócio.

Sobre esses fatos, relata com detalhes o jornalista Carlos Garcia:



Fonte: Empresa Promocional de Turismo, 1970, (s.p.)

Eu sempre defendi uma posição desarmada e os que ficaram na luta sem ser armada, o que era o meu caso. Cristina também ficou na luta sem ser armada e nós desistimos de fazer política em 1969. Resolvemos fazer cinema como alternativa. Eu, Cristina Tavares e Bandeirinha (Francisco Bandeira de Melo, que foi secretário de Turismo e Cultura aqui no Estado de Pernambuco durante os governos de Marco Maciel) criamos uma empresa chamada Cinema 1. Nós três fizemos alguns filmes, documentários. A ideia era nós fazermos documentários para aperfeiçoar mais o que já sabíamos sobre cinema. Seria mais ou menos na época da Bossa Nova. Glauber Rocha tinha um slogan: "uma câmera na mão e uma ideia na cabeça", daí saiu o filme *Nós fizemos alguns filmes: um sobre a construção de estradas para a propaganda mesmo do governo, depois o "Viva a Vida", um filme sobre a construção de casas populares, enfatizando a situação de casas populares; um terceiro foi "Férias em Garanhuns", um filme sobre Garanhuns, desses que tem na televisão sobre turismo; e, um último, fui eu inclusive quem dirigiu, tratando a respeito da água. Era um filme bem didático, para o povo entender e usar, [...] Parou porque nós chegamos à conclusão de que não poderíamos nos dividir. Eu tinha o jornal (já dirigia o Estado de São Paulo aqui no Nordeste), Bandeirinha tinha o turismo (a Secretaria de Turismo) para cuidar e Cristina tinha os hotéis da família. O objetivo era ganhar dinheiro, mas isso não foi possível. Teve ainda uma empresa que nós abrimos com ela e Bandeirinha e, desta vez, com Duda Guedes. Era no Pátio de São Pedro. Geraldo Magalhães era o Prefeito do Recife e desapropriou o espaço para explorar as lojas/casas coloniais. Então nós nos credenciamos e ficamos com um bar, que era o "Bumba-meu-bar", uma livraria e mais uma bodega, a qual vendia produtos regionais, principalmente do sertão. (Carlos José Garcia da Silva, 2020).*

A desenvoltura de Cristina Tavares para enfrentar novos desafios ao lado de pessoas de que tinha afinidades foi uma característica que marcou a sua trajetória e pode ajudar na reflexão sobre muitos de seus movimentos em outras áreas de atuação, inclusive na política institucional.

Anos depois de uma carreira considerada bem-sucedida, Cristina Tavares trocaria o ofício de jornalista profissional pela vida político-partidária, exercendo três mandatos consecutivos ao longo de 12 anos na Câmara dos Deputados.

28

Com o objetivo de ampliar os horizontes profissionais, a pernambucana se transferiu, no segundo semestre de 1975, para Brasília, onde trabalhou no *Jornal de Brasília*, integrando a editoria de política daquele periódico juntamente com o colega Antônio Martins, também egresso de Pernambuco. Ela ficou encarregada de fazer a cobertura do MDB, enquanto Martins acompanhou a ARENA.

O movimento político à época continuava intenso, a resistência à ditadura era alvo de repressão, exigindo da oposição a capacidade de se aproximar cada vez mais das camadas populares, objetivando conquistar a simpatia dessa classe. No início de 1976, Ulysses Guimarães, presidente nacional do MDB, iniciou uma cruzada pelas regiões Norte e Nordeste do país, no intuito de disseminar as ideias políticas e fortalecer a oposição. A então jornalista Cristina Tavares o acompanhou para fazer a cobertura pelo *Jornal de Brasília*, afirmando, após a décima quarta viagem, haver decorado algumas de suas frases favoritas e conceitos mais usados:

"navegar é preciso" (frase tomada por empréstimo a Fernando Pessoa)
 "Elação e propaganda são conceitos indissociáveis. Trata-se de um erro e um retrocesso e não acredito nessa grave involução da normalidade eleitoral do país."
 "Quem não tem o direito político de eleger, perde o direito econômico de soberania. Por isso eu digo que voto enche barriga" (sobre o voto)
 "Um partido é acima de tudo um dogma e uma doutrina, sendo a coragem de lançar à ocorrência aqueles que tenham a ousadia do peixeiro" (ataca dos partidos políticos)
 "A Constituição está estragada, porque sobre ela paira o fantasma do AI-5, que não é lei é arbítrio, que paira sobre a vontade soberana, do povo brasileiro. Quero dizer que nossa bandeira principal é a revogação do AI-5". (GUIMARÃES, 1976 apud CORRÊA, 1978, p. 57)

Outros importantes atores no cenário político e econômico brasileiro também foram entrevistados pela jornalista pernambucana, ao longo de sua passagem pelo *Jornal de Brasília*. Foi o caso dos paulistas André Franco Montoro e Orestes Quêrcia¹, o gaúcho Paulo Brossard² e o líder da oposição na Câmara Federal o deputado pelo MDB de Santa Catarina, Laerte Vieira³.

Pensar a formação política da deputada Cristina Tavares passa também por essa experiência no jornalismo especializado. Ter contato com diferentes pensamentos, ideologias e políticos, no caso de Cristina Tavares, ampliou a sua compreensão sobre o mundo político-partidário e preparou as bases de sua futura atividade como parlamentar. Contudo tal experiência não eliminou hesitações, contradições, equívocos e tropeços na sua caminhada política.

Quanto à potencial interferência surgida desses encontros, traçando um paralelo, vale salientar que no campo do discurso alguns intelectuais tentaram legitimar

¹ André Franco Montoro a época da entrevista para o *Jornal de Brasília - DF*, na edição de 18/09/1976, era candidato ao Governo do Estado de São Paulo e foi senador pelo voto do Brasil (antes de Orestes Quêrcia), nomeado pela grande coalizão de articulação política. Orestes Quêrcia outro paulista considerado fenômeno político por ter obtido a maior votação para o Senado Federal pelo maior Estado da Federação nas eleições de 1974 (6 milhões de votos).

² Senador eleito pelo MDB gaúcho em 1974 e primeiro vice-presidente do MDB em 1975, vindo a assumir a liderança partidária no Senado em 1978, ocasião em que foi lançado pela Frente Única pela Reconstituição, candidato a Vice-Presidente da República, na chapa do general Euler Bentes Monteiro.

³ Laerte Ramos Vieira, catariense de Lajes, atuou como líder do MDB na Câmara no período em que os primeiros passos foram dados para a política de distensão do presidente Ernesto Geisel, quando se iniciou o mencionado governo em 1974.

34

1.3. Entre o jornalismo e a vida pública

A crise externa e interna de quem nasceu e teve os primeiros ensinamentos dentro de uma estrutura social bem distante das agruras das camadas populares fornece pistas para entender as bases do espírito crítico de Cristina Tavares. O inconformismo demonstrado em suas falas e discursos institucionais contra as desigualdades e o quadro de injustiça social aparece quase como um paradoxo se comparado ao perfil familiar e ao suporte material, intelectual e emocional que esse núcleo lhe proporcionou.

O questionamento ao modelo social, político e econômico era uma opção deliberada de avaliar o sistema de poder e as consequências dele emergente. A crítica era um elemento significante na sua comunicação. Era uma forma de expressão direta, alternativa e, não raro, muito criativa de expor as inquietudes e desejo por mudanças nem sempre com a intenção de ruptura. E bem provável que, por vezes, a crítica ganhava uma conotação de autocrítica e contradição, não exatamente ao seu modo de pensar, mas as crenças e os valores que pavimentaram a base social aristocrática da qual a sua origem não lhe permitia esquecer. A respeito do tema, o político Jarbas Vasconcelos ao ser questionado, assim se pronunciou:

Falava, vez por outra ela tocava nisso aí. Eu acho que deve ter sido influenciada. Ela deve ter sido criada dentro de um ambiente e ter procurado fugir disso, deixar isso de lado, e ter procurado inovar. Eu acredito que ela foi muito por aí. Eu acho que tinha consciência disso de ter nascido dentro desse contexto e que esse contexto não a conduziria nem a levá-la a lugar nenhum. (Jarbas Vasconcelos de Andrade, 2020)

A formação de Cristina Tavares em Línguas Neolatinas contribuiu para despertar a consciência do poder da linguagem na transformação do homem social e na construção da sociedade plural. Sabia da importância da transmissão de códigos e mensagens, da relevância do instrumento fundamental da comunicação: a linguagem. Percebeu desde cedo a dimensão sociopolítica da comunicação para a formação da opinião pública, para a compreensão da dominação social e disseminação de ideologias. A sua instrução acadêmica por certo permitiu uma melhor desenvoltura no uso da língua e, por conseguinte, foi um diferencial no exercício da função de repórter e mais adiante na vida político-partidária. Essa noção de que a língua limita e aprisiona por suas restrições, mas também liberta o homem da condição de sujeição parece ter estimulado a habilidade de Cristina Tavares pelo debate e participação mais efetiva nas discussões sobre assuntos do meio político e de interesse público.

Com efeito, a crítica acompanhou Cristina Tavares durante a sua carreira de jornalista, sendo esse um dos seus principais traços no exercício desse ofício, potencializada pela sua habilidade com as palavras e na condução das entrevistas. Exercitava esse atributo com facilidade. Era um importante instrumento de luta utilizado em diversas arenas de debate, instigando o interlocutor a fazer reflexões sobre o assunto em pauta. A perspicácia de repórter de extrair informações muitas vezes

29

a ditadura, seja de forma direta ou indireta, a exemplo de membros da Academia Brasileira de Letras (ABL) que, segundo analisa o professor Diogo Cunha:

A ABL foi uma instituição, entre outras, que contribuiu para legitimar o regime instaurado em 1964. [...] Embora certos acadêmicos tenham efetivamente colaborado com a ditadura, foi o comportamento do conjunto de seus membros, seus silêncios, seus diferentes graus de acomodação, a proximidade que eles mantinham com os representantes do regime, manifestada numa intensa sociabilidade, e a elaboração, difusão e circulação de um discurso conservador, que tiveram um papel mais importante nesse processo de legitimação. (CUNHA, 2017, p. 330)

Independente do fato de integrar uma família tradicional da sociedade pernambucana e dotada de recursos econômico-financeiros, Cristina Tavares conseguiu transitar em ambientes de sociabilidade com a elite política conservadora. Diferentemente de outros "atores da escrita", utilizou o espaço no jornalismo para denunciar, mesmo de forma sutil, a realidade política, econômica, social, cultural e científica brasileira durante o período da ditadura civil-militar. Em oposição aos silêncios, os seus escritos, embora muitas vezes cerceados pela censura estatal e delimitado pelo dever profissional de informar, não deixaram de abordar as questões políticas vistas sob a ótica das diversas correntes, inclusive da oposição, quando optou por fazer a cobertura do MDB. Interessante notar que mais tarde muitos de seus discursos de plenária ratificariam os textos veiculados nos jornais e revistas em que exerceu o ofício.

Portanto, ainda que não se possa negar que outras influências tiveram o seu lugar, a exemplo de suas leituras e participação como militante sem mandato, o convívio com diferentes figuras no contexto político da época despertou o interesse por essa prática legislativa e de poder.

1.4. O mundo político visto da tribuna da Câmara dos Deputados

Nas democracias modernas os partidos têm exercido, mesmo com algumas dificuldades, um papel relevante de selecionar, para os seus quadros, políticos afinados com o seu compromisso programático-ideológico e que demonstrem potencial para contribuir no debate dos grandes problemas nacionais. Esse ato de recrutar pessoas na sociedade para assumir a representação política nos parlamentos ou governos (federal, estadual e municipal) tem o condão de aprimorar o processo democrático no sentido de atingir os melhores resultados. (MOREIRA, 2016, p. 26)

No panorama do Brasil pós 1964, embora o controle do poder político nunca tenha saído do domínio dos integrantes do governo central, a vitória do MDB (único partido de oposição autorizado a funcionar naquele período) nas eleições parlamentares de 1974 levou o presidente Ernesto Geisel e o chefe da Casa Civil general Golbery da Costa e Silva a planejar o início de uma transição política "lenta, segura e gradual". Essa foi uma estratégia amplamente anunciada pelos grupos que se

35

PARTE 2

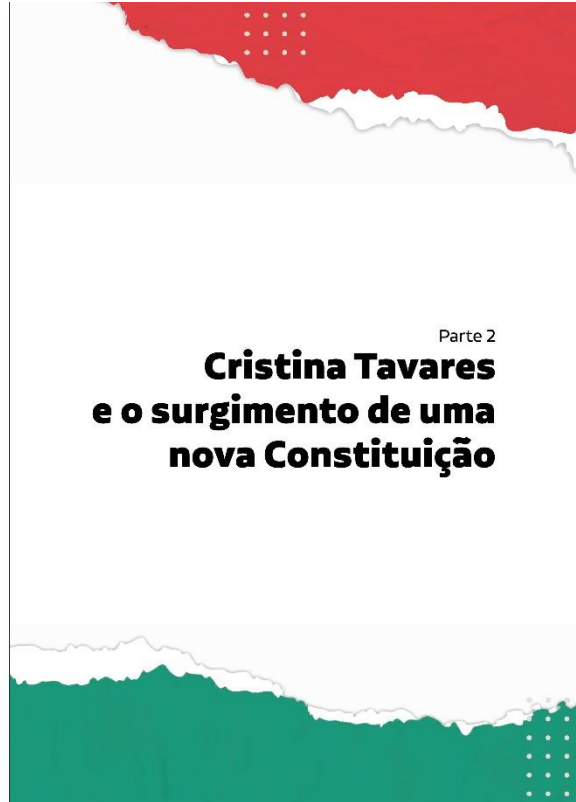
Sampaio e Nilo Coelho, isso no tempo da sublegenda, em que se juntava os votos de cada um deles, sendo Nilo Coelho o vencedor. Somava-se o voto dos dois contra um só. E a braba já tinha preparado um esquema familiar (o voto da família) e outros votos de amigos. Então já tinha um eleitorado reservado e ofereceu a Cristina. Ela assumiu as despesas de eleição (gasolina, não sei o que...) para viabilizar esses votos. Assim, somou esses votos com aqueles que 5 mil que Thales disse que ela tinha. (Carlos José Garcia da Silva, 2020)

Na geografia eleitoral, a candidata Cristina Tavares conquistou o reduto do Município de Nazaré da Mata, zona da mata pernambucana, além de Garanhuns (cidade natal) e Tamandaré, no litoral sul do Estado, onde costumava frequentar, conquistando ainda votação na capital.

Desse modo, o objetivo partidário de conquistar o voto do eleitorado feminino e, por conseguinte, aumentar a votação geral da sigla parece ter sido até superado com a escolha do nome de Cristina Tavares para uma das vagas na Câmara Federal, tornando-se a primeira mulher eleita deputada federal por Pernambuco com 22.519 votos nas eleições de 1978.

A partir dessa vitória nas urnas, a tribuna do parlamento federal passou a ser o principal espaço de sua interlocução política, um lugar de onde pode enxergar os problemas e as potencialidades da nação, fazer encaminhamentos e críticas, em algumas circunstâncias com acertos, por vezes com excesso e outras com equívocos.

Envolvendo e sendo envolvida no jogo político, Cristina Tavares participou ativamente de muitas etapas do processo pelo retorno das liberdades democráticas no país em curso na década de 1980, contribuindo com opiniões, palavras e votos para a pluralidade das discussões no parlamento. Assim aconteceu na sua atuação como deputada constituinte na preparação da Constituição promulgada em 1988.



Parte 2

Cristina Tavares e o surgimento de uma nova Constituição

2.1. Primeiros pensamentos para uma nova Constituição

O histórico das constituições brasileiras anteriores ao regime autoritário de 1964 evidencia que as rupturas da ordem vigente - seja por meio de golpe de Estado ou por intermédio de movimentos revolucionários - acabaram sendo sucedidas por convocação de assembleia nacional constituinte. Assim aconteceu nas experiências ocorridas nos anos de 1822, 1891, 1934 e 1945.

Quebrou essa lógica a Constituição de 1967 elaborada em plena ditadura militar, durante o governo de Castelo Branco, pois foi projetada com características híbridas de regime democrático aliado a mecanismos típicos de regimes autoritários como a concentração de poder nas mãos do Poder Executivo³. Apesar do conteúdo contraditório, essa lei restou desfigurada por sucessivas alterações, sendo as mais profundas a introduzida pela emenda constitucional n.º 1 de 1969 e, mais tarde, no governo de Ernesto Geisel (1974-1978), pela reforma que ficou conhecida como "Pacote de Abril" em 1977.

Em 17 de outubro de 1969, a emenda n.º 1 foi editada por uma Junta Militar, entrando em vigor no dia 30 de novembro de 1969, significando uma manobra dos militares para se manterem na Presidência da República após o afastamento do presidente Costa e Silva - em agosto daquele ano, por motivo de doença - em vez do sucessor legal, o civil Pedro Aleixo. O estabelecimento de eleições indiretas para o cargo de Governador de Estado, a ampliação do mandato presidencial para cinco anos e a extinção da imunidade dos parlamentares foram apenas algumas das medidas



Fonte: Pezori, 2020.

³ Sobre o perfil da Lei Fundamental de 1967, o trecho a seguir realiza uma construção normativa com traços de regime democrático e outros voltados para a legitimação e manutenção do controle nas mãos dos governos autoritários: (...) manteve em funcionamento os mecanismos e os procedimentos de uma democracia representativa: o Congresso e o Judiciário continuaram em funcionamento, a despeito de terem seu poder drasticamente reduzidos e de vários de seus membros serem expurgados; manteve-se a atenção na Presidência da República; permaneceram as eleições periódicas, embora mantidas sob controles de várias naturezas; e os partidos políticos continuaram em funcionamento, apesar de a atividade partidária ser drasticamente limitada. Em síntese, era um arranjo que combinava traços característicos de um regime militar autoritário com outros típicos de um regime democrático. (Pezori, 2020, p. 3)

Correio Braziliense

Surgiu ao mesmo tempo da inauguração da capital federal em 21 de abril de 1960. Como primeiro jornal de Brasília, recebeu o nome Correio Braziliense de Hipólito José da Costa, publicado em Londres no período de 1909 a 1922. Tornou-se principal impresso do grupo Diários Associados de Assis Chateaubriand. O Correio, no decorrer de sua história, transitou ora por uma abordagem mais debida aos fatos locais, ora por se colocar entre os grandes periódicos diários do Brasil. A edição mais estreita com o seu leitor, as questões de Brasília e das cidades do Distrito Federal marca a identidade do jornal. Outra peculiaridade desse diário é que, devido à sua proximidade com o dia a dia da política na capital, logo durante os trabalhos da Constituinte uma agência de notícias própria chamada de Agência de Notícias dos Diários Associados (ANDA), procurava para outros órgãos do grupo Associados. A linha editorial oscilou no decorrer do tempo entre aproximações, afastamentos e conflitos com o governo local. (Vêr o verbete "CORREIO BRAZILIENSE" do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/arquivos/diario/verbete-tematico/correio-braziliense>. Acesso em: 12/08/2021)

introduzidas por essa emenda. Nesse sentido, considerando que emenda de 69 remodelou de forma tão profunda a Carta de 67, predomina o entendimento de que, na realidade, decretou-se uma nova Constituição em 69 (REIS FILHO, 2014, p. 150-151).

Ademais, na visão do professor José Luiz Foresti Werneck da Silva se tratava de "uma Constituição mais autoritária ainda que a de 1967. Foi a consolidação legal de um Estado que agia baseado na doutrina da Segurança Nacional, ou seja, na guerra interna aos inimigos de esquerda. Uma guerra em que armas como a tortura eram largamente utilizadas." (Fonte: Suplemento do Correio Braziliense, 13/09/1986, p. 7-8)

Ainda na vigência do AI-5, o general Geisel editou, em 1º de abril de 1977, o chamado "Pacote de Abril", composto por 14 emendas a artigos da Carta Constitucional reformada em 1969, 3 artigos ináditos, 6 decretos-leis, no intuito de manter o processo legislativo sob controle. Promoveu, com essas mudanças, a redução do quórum exigido

para a aprovação de emendas constitucionais (de dois terços para maioria simples) e a criação do "senador bônico", figura escolhida por um colégio eleitoral submetido ao governo central em quase todas as unidades da Federação. Nota-se, também, a finalidade de exercer o domínio mais eficaz dos executivos federal e estaduais, valendo-se de medidas como a extensão do mandato presidencial de cinco para seis anos e inclusão no sistema sufrágista do formato de eleição indireta para governadores e restrição a campanhas eleitorais. Segundo pontos anotados por Kucinski (1982, p. 60-62).



Fonte: Correio Braziliense, 13/04/1977, p. 3.

(realizada em 12/08/1984) de promover a convocação do Poder Constituinte, acenando ainda positivamente para o voto livre, universal e secreto e eleições livres e diretas para os cargos de vereador a presidente. (Diário de Pernambuco, 13/08/1984, p. A-3)

Nota-se, então, que o radicalismo de Cristina Tavares no campo das alianças políticas não se mostrou absoluto como apressadamente se pode pensar. Em algumas situações, a deputada pernambucana se submeteu à conjuntura política da época para alcançar interesse do seu partido ou de aliados. Bem exemplifica essa temperança de comportamento o fato de ter participado da votação no Colégio Eleitoral, apesar de discordar claramente da composição da chapa da Aliança Democrática para a sucessão presidencial. Também não se mostrou intransigente quando tratou de minimizar o apoio dado a Miguel Arraes, candidato ao governo de Pernambuco nas eleições de 1986, por algumas figuras políticas que estiveram ligadas à ditadura militar. (Diário de Pernambuco, 17/07/1986, p. A-2)

Escolhidos os candidatos da Aliança Democrática por 480 votos contra 180 concedidos a Paulo Maluf, computando-se 26 abstenções, a articulação política dos membros do PMDB e do Partido da Frente Liberal (PFL) levou à aprovação da emenda n.º 26, em novembro de 1985, conferindo poderes constituintes aos parlamentares do Congresso Nacional a serem eleitos para a legislatura seguinte.

Nesse capítulo da história da transição, Cristina Tavares anteviu dificuldades no desenrolar de uma ANC livre e soberana, alertando para a possibilidade de influência negativa do poder econômico no processo constituinte, de forma a consolidar um modelo institucional que não atendesse à expectativa da maioria do povo brasileiro. (Diário do Congresso Nacional, 08/08/1985, p. 1.277)

Entre apoios, resistência e incertezas, a convocatória da ANC passou por uma longa fase de discussão e amadurecimento político, sendo uma das etapas mais representativa do processo pós saída dos militares da presidência da República, crescendo a expectativa pelo surgimento de um Estado Democrático de Direito². E nesse contexto de produção de norma constitucional as mulheres estiveram presentes como constituintes e ativistas em movimentos sociais.

² Na sessão do Congresso Nacional do dia 27/11/1985 que aprovou a emenda n.º 26 o deputado Ulisses Guimarães resumiu a dimensão daquela conquista: "Foi longa, áspera e carregada de sacrifícios a caminhada da Nação para que chegasse a este episódio histórico: a retomada da soberania do povo para, com poderes limitados, elaborar, através de representantes livres e diretamente credenciados, o documento jurídico, econômico, social, supremo da Pátria, sua Constituição." (Diário de Pernambuco, 28/11/1985, p. A-3)

2.2. A luta das mulheres na Assembleia Nacional Constituinte: o lobby feminino

Como ponto de partida, importante salientar que a mobilização feminina no Brasil experimentou avanço nas primeiras décadas do século XX, especialmente no ano de 1932, quando se deu a conquista do direito de votar e de ser votada.

Em que pese a luta nunca ter cessado, o movimento de mulheres renovou o fôlego na década de 1970, justamente no período de endurecimento da ditadura militar, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, atuando dentro e fora do Brasil muito em razão da ação clandestina de opositores e da articulação de alguns exilados.

O ingresso de Cristina Tavares na vida político-partidária pode ser visto também como uma mudança na questão da valorização do sexo feminino, influenciado pelo momento de reorganização dos movimentos feministas, fortalecidos a partir da decretação pela ONU da Década Internacional da Mulher (1975-1985).

Tempestivo ressaltar, não como objetivo central da discussão, que as mulheres se organizaram basicamente nos movimentos feministas e em grupos específicos de defesa dos interesses da mulher. Enquanto a principal bandeira da primeira organização era o questionamento da condição de opressão da mulher, do papel a ela atribuído na sociedade por conta do gênero; os demais agrupamentos visavam, essencialmente, intervir no mundo público a partir de interesses próprios. Isso se via, por exemplo, na organização de donas de casa, quando se mobilizavam contra a alta dos preços e do custo de vida; nos clubes de mães; nas associações de mulheres de elite; nas cooperativas de mulheres artesãs; nos movimentos de mulheres negras; na luta feminina pela anistia. (PINTO, 2003, p. 45)

Nas três últimas décadas do século XX, observa-se algum deslocamento de aproximação entre os movimentos de mulheres e feministas. Apesar de muito tímido, esse contato foi capaz de despertar uma consciência comum da necessidade de problematizar a própria condição da mulher no contexto da sociedade brasileira. Mas isso não foi suficiente para acabar com a intolerância e o radicalismo de ideias desses grupos, prosseguindo o baixo entrosamento entre eles. (ibid., p. 59-61)

Por outro lado, independentemente da orientação ideológica seguida, o relacionamento entre os movimentos de mulheres e o mundo da política institucional teve alguma evolução no período de redemocratização do Brasil. Em meio à luta específica por transformação da relação de gênero, da inclusão feminina em espaços públicos e privados e de poder e pela busca da cidadania da mulher – esses grupos se depararam com outras questões que afligiam o país e tocavam profundamente a sua causa principal. Foi o caso da fome, uma das faces da miséria, que flagelava parcela considerável da população brasileira, sobretudo mulheres e crianças, como consequência extrema da desigualdade social. (ibid., p. 69-70)

A pluralidade das organizações de mulheres, muitas delas caracterizadas pelo radicalismo de suas posições, não impediu, entretanto, que algumas ações por elas orquestradas nessa fase de transição política surtiram efeitos positivos. Assim

Imagem 29 - Notícias sobre o andamento das propostas feministas



Em edição especial, o artigo acima discorria sobre o desenrolar dos trabalhos constituintes, informando que a maioria das propostas das mulheres haviam sido incorporadas no texto preliminar do projeto até aquele momento, incentivando-as a continuarem firmes no propósito de convencimento dos congressistas para assegurar as conquistas parciais.

E assim adveio a designação bancada do batom para identificar o grupo de parlamentares composto pelas 26 deputadas constituintes que, respeitando as diferenças ideológicas e partidárias de cada uma, atuaram praticamente em conjunto, quando a matéria em discussão envolvia assunto de interesse das mulheres. Ressalte-se que, de um modo geral, esse convívio político extrapolou algumas barreiras das siglas partidárias, havendo um comportamento das parlamentares em regime de cooperação mútua. Evitavam-se, na medida do possível, embates entre si, um gesto que transmitia a ideia de existência de um bloco político caracterizado pela solidariedade e união de forças em torno da causa defendida por mulheres na Constituinte³.

A comunicação visual dessa imagem lança luzes na campanha do CNDM, pondo em evidência o termo que nasceu de uma tentativa de desqualificar a presença das mulheres na política, porém tomou uma conotação oposta de engajamento do público feminino nos trabalhos desenvolvidos na Assembleia Nacional Constituinte. Conhecido historicamente como grande arma da sedução feminina, a imagem do batom inserido no cartaz, por comunicar a ideia de pertencimento, teve o poder de atrair a atenção de um grande número de mulheres para a batalha durante a Constituinte.

Imagem 30 - Adesivo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher



Fonte: BRASIL, (2020)/Arquivo Nacional

³ Nesse sentido, em um dos seus pronunciamentos, Cristina Tavares afirmou que na Constituinte se formou "uma bancada feminina que age majoritariamente. É quase uma exceção as mulheres que estiveram no Centro, por exemplo. (...) (Jornal da Constituinte, edição n.º 36, de 07/11/02/1988, p. 10)

Assim, o lobby do batom se constituiu numa representação coletiva vinculada ao gênero feminino, clamando esse público alvo a lutar por um conjunto de direitos na nova Constituição, como parte diretamente interessada na causa.

Ainda sobre o CNDM, frise-se que o ápice da atuação se deu durante os preparativos e os trabalhos propriamente dito da ANC, quando o órgão se tornou o principal elemento de articulação de várias entidades de mulheres e da sociedade civil, para a formulação de uma pauta básica de reivindicação e construção de uma rede de negociação com parlamentares na condição de liderança no Congresso.

Imagem 31 - Cartaz com slogan da campanha do Conselho das Mulheres em 1985



Fonte: BRASIL, (2020)/Arquivo Nacional

Imagem 32 - Informativo notícia a realização de debates sobre a Constituinte



Fonte: BRASIL, (2020)/Arquivo Nacional

As imagens acima transmitem a mensagem de incompletude da futura Carta Magna sem a participação da mulher (parcela representativa de pouco mais da metade da população brasileira a época), bem como a necessidade de engajamento do maior número possível para a construção de uma agenda a ser reivindicada aos congressistas. Os conteúdos dessas mensagens visuais ainda confirmam o papel exercido pelo CNDM de facilitador de intercâmbio e de promotor nacional de discussão das temáticas de interesses das mulheres na Constituinte. Analisa-se que um dos maiores legados desse Conselho naquele período foi o trabalho de conscientização feminina para a importância do momento político de transição e da Constituição que estava preste a ser concebida.

Um marco nessa história ocorreu em 26/03/1987, quando o CNDM entregou ao presidente da Ulysses Guimarães a "Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes", documento resultante de meses de debates e reuniões com organizações de norte a sul do país ao longo de dois anos. As propostas apresentadas aos congressistas tinham como ponto de partida comum o princípio da igualdade, inspirando um conjunto de modificações nas áreas de família, saúde, trabalho, educação e cultura, no combate à violência e nas questões nacionais e internacionais, todas elas com desdobramentos na legislação civil, penal, trabalhista, previdenciária e outras.

- Principais propostas do Lobby do Batom**
- Licença-maternidade de 120 dias;
 - Licença-paternidade de 8 dias;
 - Direito à creche para crianças de 0 a 6 anos;
 - Direito à posse da terra ao homem e à mulher;
 - Igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher;
 - Igualdade na sociedade conjugal;
 - Reconhecimento da união estável como entidade familiar;
 - Direitos sexuais e reprodutivos;
 - Garantia de mecanismos que coibissem a violência doméstica;
 - Garantia de mecanismos que coibissem a discriminação étnica/racial.

Fonte: IBE. In: A Construção da Voz Feminine na Cidadania. Disponível em: <https://www.ibe.br/pt/brasil/lobby/lobby-mulheres/lobby-mulheres-na-cidadania.pdf>. Acesso em: 14/09/2021.

Nessa carta programa as mulheres defenderam que cidadania significava "o direito à representação, à voz e à vez na vida pública", bem como "a dignidade na vida cotidiana" incentivada e assegurada por lei. Mesmo não sendo possível falar em cidadania plena, nos termos empregado na missiva, a pauta ali registrada obteve, ao final da Constituinte, grande êxito, com cerca de 80% das reivindicações aprovadas, conforme será descrito no tópico 3.2.

Durante as eleições para a Constituinte em 1986, o CNDM trabalhou intensamente para incentivar a candidatura e votação em mulheres aos cargos eletivos federais. Em Pernambuco, a campanha eleitoral se desenvolveu em um clima diferente das eleições anteriores, sobretudo pela presença de Miguel Arraes na disputa pelo governo estadual. A população parecia estar mais envolvida na disputa, tanto pela participação e possibilidade de retorno do citado político ao cargo de governador quanto pela flexibilidade da propaganda política a partir da vigência da Lei n.º 7058, em junho de 1986, a qual superou, em parte, impedimentos previstos na Lei Faício.

Além, por falar em comunicação eleitoral nesse período, interessante destacar o trabalho da historiadora Elizabeth Remígio que, ao analisar a relação entre arte e propaganda política, defende que "as eleições passam a ser palco de manifestações artísticas e os muros das cidades, telas que ilustraram disputas bastante acirradas." (2016, p. 50). Colhe-se aí ainda desse estudo que nas cidades de Olinda e Recife, grupos de artistas ligados à área da pintura e das artes plásticas iniciaram um movimento de arte mural que alava o interesse de divulgação de seus trabalhos e os objetivos dos partidos de levar a mensagem política aos seus eleitores (p.52). Segundo a pesquisa da citada

historiadora, a ideia de pintar os muros das cidades com a "arte política" teve o seu primeiro registro em 1982, constituindo o movimento de Brigada Muralista de Pernambuco que foi denominado Brigada Portinari.

Aproveitando-se dessa linguagem visual, a candidata Cristina Tavares, oriunda da área de comunicação, não hesitou em aderir na campanha de 1986 a esse canal de comunicação inovador.



Fonte: BRASIL (2023)/Arquivo de Fundação Joaquim Nabuco.

Imagem 34 - Inauguração do comitê eleições de 1986.

Cristina Tavares inaugura seu comitê reunindo mulheres

Falta distribuição de justiça e a prática de um mau governo são os principais motivos de descontentamento dos diversos grupos de mulheres de Pernambuco a candidatura da deputada federal Cristina Tavares. O evento aconteceu à noite do último domingo da campanha eleitoral em Recife, no bairro de São José, onde se reuniu um grupo de mulheres para discutir a importância de ter na Constituinte uma mulher comprometida realmente com as lutas que vêm sendo travadas, pois não entenderia a exclusão da ANC, a falta de participação política das mulheres, a falta de respeito da União de Mulheres de Pernambuco à Constituição da Mulher, não sendo possível que de uma mulher não se possa esperar uma candidatura. Tinha legitimidade para representar as mulheres na Constituinte.

De execução de projeto, participaram também, além da candidata, as integrantes da Brigada Portinari: Teresa e Vera e Vera e Vera. Tavares explicou o seu grupo e Cristina afirmou que ela se uniu às mulheres parlamentares do Brasil e que ao momento em que a Constituinte estiver se reunindo para poder realmente fazer algo, ela não desistirá de lutar por aquilo que todas as categorias possuem. Inclusive as artistas, se participarem publicamente, ajudando a

A imagem acima, assinada pela Brigada Portinari, vinculava o nome de Cristina Tavares ao de Arraes, utilizando elementos humanos em movimento inseridos em espaços com características urbanas e rurais, em uma composição que procurava retratar as relações do dia a dia da maioria da população. A representação do ônibus, do ponto de parada, de uma mulher e dois homens e, ao fundo, uma espécie de conjunto habitacional e paisagens alusiva ao campo foi uma tentativa de atrair a simpatia do eleitor pela identificação da propaganda com as questões do seu cotidiano. A descrição da realidade local no mural a céu aberto comunicava a ideia de que o candidato possivelmente conhecia as dificuldades da população e, se eleito, poderia trabalhar em busca de melhorias.

A campanha de Cristina Tavares contou com o apoio de diversos grupos de mulheres organizadas, porquanto exergavam nessa candidatura legitimidade para representar e lutar pelos interesses da pauta feminina na ANC. Na inauguração do seu comitê, a matéria do *Diário de Pernambuco* de outubro de 1986 notícia o nível de envolvimento e o desejo das mulheres ali presentes de contar com a deputada na ANC.

A notícia informa a presença de integrantes da Brigada Portinari na pintura de um painel na Rua do Príncipe, centro do Recife, mas também em depoimentos de apoio e confiança no potencial da candidata para atuar na Constituinte. O histórico nos dois mandatos anteriores de levar as reivindicações das mulheres ao centro do poder foi um dos motivos alegados para a sua escolha.

Para além de Cristina Tavares, foram lançadas 166 candidaturas e, motivada pela convocação da ANC, houve um acréscimo inédito na história das eleições brasileiras do número de parlamentares do sexo feminino no Congresso Nacional. De 8 na legislatura anterior, passou-se a 26 **deputadas constituintes**. Não houve nenhuma senadora eleita.

Em Pernambuco, de 30 candidatas disputando as 25 vagas, apenas Cristina Tavares foi eleita, segundo dados do TRE-PE. Em consulta ao Relatório da Votação dos Deputados Federais eleitos por Municípios nas eleições de 1986 (dados do sistema do TRE-PE), verifica-se que a candidata Cristina Tavares obteve uma votação expressiva no Recife (19.936 votos), em Garanhuns (5.126 votos), seguindo-se por Olinda (2.316 votos) e São João (969 votos), sendo eleita com o total de 40.618 votos. (disponível no site: <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1986-1/divulgacao-de-resultados-1986>. Acesso em 25/04/2021)

Imagem 35 - As mulheres constituintes na instalação da ANC.



Fonte: BRASIL (2023)/Arquivo do Senado Federal.

Deputadas Constituintes (1987-1988)

- Abigail Feitosa (PMDB-BA)
- Anna Maria Rattes (PSDB-RJ);
- Benedita da Silva (PT-RJ);
- Bete Menders (PMDB-SP);
- Beth Azize (PSB-AM);
- Cristina Tavares (PMDB-PE);
- Dírcê Tutu Quadros (PTB-SP);
- Eunice Michiles (PFL-AM);
- Irma Passoni (PT-SP);
- Lídice da Mata (PCdoB-BA);
- Lúcia Braga (PFL-PB);
- Lúcia Vânia (PMDB-GO);
- Márcia Kubitschek (PMDB-DF);
- Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF);
- Maria Lúcia (PMDB-AC);
- Mariuce Pinto (PTB-RR);
- Moema São Thiago (PTB-CE);
- Myrian Portella (PDS-RO);
- Raquel Cândido (PFL-RO);
- Raquel Capiberibe (PMDB-AP);
- Rita Camata (PMDB-ES);
- Rita Furtado (PFL-RO);
- Rose de Freitas (PMDB-ES);
- Sadie Hauache (PFL-AM);
- Sandra Cavalcanti (PFL-RJ);
- Wilma Maia (PDS-RN).

Na prática, apenas 25 delas seguiram nos trabalhos da Constituinte, pois a deputada Bete Mendes (PMDB-SP) assumiu a Secretaria de Cultura do Município de São Paulo de 15 de março de 1987 a 21 de dezembro de 1988, ficando em seu lugar nesse período o deputado Hélio Rosas.

No plenário, a despeito da orientação político-ideológica de cada uma das parlamentares, a cena das mulheres de mãos dadas passa a mensagem de que Juntas atuariam, formando um bloco específico, ao menos quando a matéria tratasse das questões de interesse das mulheres.



Fonte: Bortolli, 1986.

A "Carta das Mulheres" teve as suas propostas sistematizadas no "Encontro Nacional Mulher e Constituinte", realizado em agosto de 1986, evento que contou com a atuação de cerca de duas mil participantes e foi resultado de uma campanha nacional articulada por ativistas, movimentos feministas e associações de todo país durante dois anos, cujo slogan foi "Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher".

Imagem 37 - Encontro Nacional Mulher e Constituinte realizado em Brasília em 1986.

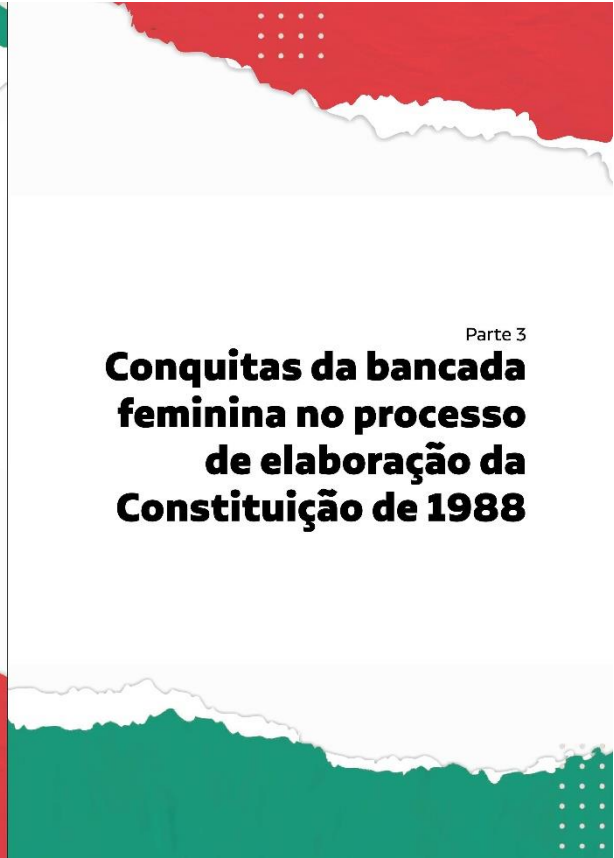
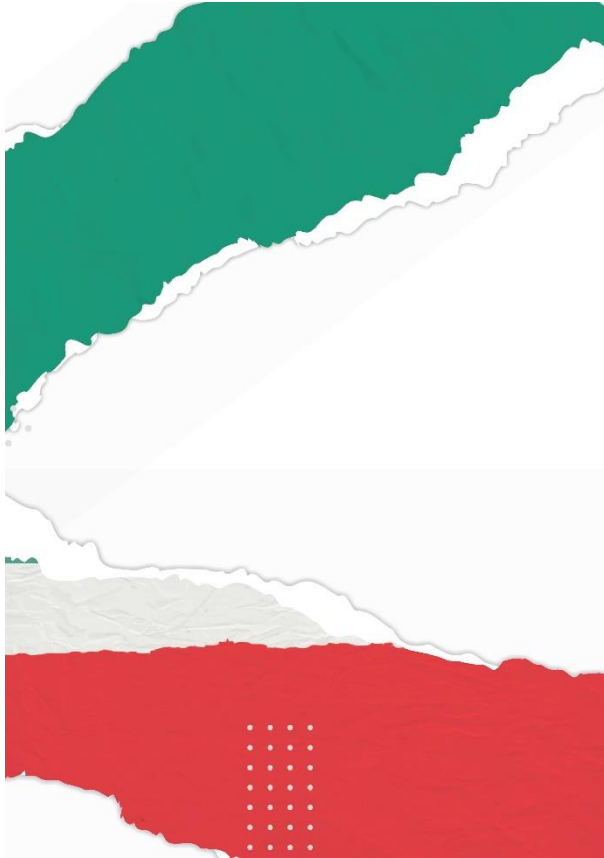


Fonte: BRASIL (2020)/Arquivo Nacional.

O cenário formado por mulheres, faixas com frases curtas e de significado motivacional e arranjo de flores comunica uma mensagem de união de esforços de diferentes grupos dessa categoria - organizações feministas, movimentos sociais organizados, parlamentares - em busca de construir uma Constituição baseada na igualdade de tratamento e oportunidade entre homens e mulheres, ampliação de direitos da cidadania, enfim, melhoria nas condições de vida para todos.

No ato solene de entrega da referida Carta, as galerias do Congresso ficaram repletas de mulheres, sendo a Mesa da Constituinte composta apenas por deputadas no primeiro momento. Abigail Feitosa, Irmã Passoni, Wilma Maia, Rose de Freitas ali tiveram assento, enquanto a presidência dos trabalhos foi transferida, ainda que por instantes, à Cristina Tavares. Esta aproveitou a posição presidencial para registrar que a aquela composição da Mesa representava não apenas as 26 parlamentares da Casa, mas também os demais companheiros congressistas, os quais também defenderiam as teses das mulheres Constituintes.

PARTE 3



Parte 3

Conquistas da bancada feminina no processo de elaboração da Constituição de 1988

3.1 Cristina Tavares e a mobilização feminina - os desafios no processo constituinte

O momento político no Brasil na metade da década de 80 era de intensa expectativa após a confirmação da morte de Tancredo Neves. Isso porque - mesmo sem contar com a simpatia dos principais governantes militares, mas carregando o histórico de apoiador do regime autoritário - Sarney no poder, parecia não representar a mudança esperada por boa parte do povo brasileiro. Esses vínculos de Sarney com a ditadura geraram muita desconfiança com os rumos da transição democrática.

Apesar disso, acenando com o espírito de conciliação e valorização das Forças Armadas, assim como fez Tancredo com os militares, Sarney cumpriu o compromisso de convocar a ANC. Para isso, instituiu em 18/07/1985 a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CEC), a qual incumbia elaborar uma espécie de anteprojeto constitucional. Interessante ressaltar que esse compromisso possivelmente não teria se concretizado se não fossem as articulações políticas encaminhadas anteriormente por Tancredo e as mobilizações populares que se multiplicaram pelo país em favor de uma Constituinte. No dia 1º de fevereiro de 1987, o presidente do Supremo Tribunal Federal ministro José Carlos Moreira Alves instaurou a ANC.

Nas eleições de novembro de 1986, os partidos de linha considerada conservadora elegeram um número expressivo de 488 parlamentares no Congresso Nacional, distribuídos no PMDB (298), PFL (133), PDS (38) e PTB (19). Isso apontava para a possibilidade de construção de uma Constituição predominantemente conservadora, perspectiva que agitou organizações populares e movimentos democráticos que passaram a pressionar desde a formação do regimento interno da ANC, insistindo na criação de instrumentos hábeis a efetivação de democracia participativa.

Composição Partidária da ANC em 1986

Partidos	Números	%
PMDB	302	54,0
PFL	133	23,8
PDS	38	6,7
PDT	26	4,6
PTB	19	3,4
PT	16	2,9
PL	7	1,3
PDC	6	1,1
PCdoB	6	1,1
PCB	3	0,5
PSB	2	0,4
PMB	1	0,2
TOTAL	558	100

Fonte: Cálculos baseados em fitagens do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Entre os 559 constituintes estava Cristina Tavares, reeleita pela segunda vez deputada federal, desta feita como constituinte, ainda na legenda do PMDB que congregava 302 desses parlamentares. Iniciou seu mandato, deparando-se com uma primeira polêmica na ANC: discutir a soberania dos poderes da constituinte. Sobre o tema, demonstrou ter noção da dimensão e do esforço necessário para a conquista da soberania, conforme se vê do trecho a seguir:

A luta que vamos travar a partir de agora, com a discussão e votação do Regimento Interno é precisamente, a batalha da soberania. Há quem consulte a história para lembrar que tal como a liberdade, a soberania não é um bem outorgado. É conquistado. Negociar os limites da soberania antes de arrematar e medir forças é no mínimo capcioso. (Pós-rio da Assembleia Nacional Constituinte do dia 21/02/1987, p. 395)

Atréla a essa autonomia, havia o interesse de assumir o controle do poder de grupos políticos adversários e gozar de maior espaço para atuar nesse espaço de decisão sem maiores oposições. Nesse embate inaugural prevaleceu o entendimento daqueles que defendiam a soberania ampla com poderes constituintes suficientes para instituir um Estado Democrático diferente do anterior.

Oportuno registrar que o Regimento Interno da ANC disciplinou a estrutura organizacional dos trabalhos em 8 Comissões Temáticas divididas em 24 Subcomissões. A tramitação deveria observar a seguinte sequência: a elaboração se iniciaria nas subcomissões, seguindo os resultados para as comissões e, depois, à comissão de sistematização que, por sua vez, após cumprir o seu papel, enviaria um projeto de constituição ao plenário da ANC²⁶. Esquemáticamente o trâmite seguiria as etapas nessa ordem:

24 Subcomissões → 8 Comissões → Comissão de Sistematização → Plenário

Na composição dos órgãos da Constituinte, Cristina Tavares foi a relatora da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e titular da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, além de titular da Comissão de Sistematização e suplente tanto na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher quanto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais.

Por falar nessa distribuição de cargos, vale salientar que a pernambucana foi a única relatora mulher da Constituinte e, como relatores das subcomissões eram membros natos da Comissão de Sistematização, havia muitos interesses políticos por trás dessa escolha. Não durou para em 26/05/1987 o presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputado Aroldo de Oliveira (PFL-RJ) destituir

²⁶ Inicialmente as discussões foram realizadas nas 8 comissões temáticas, cada uma com 63 membros e repartida em 3 subcomissões. Em seguida, após 65 dias de trabalho, o resultado das comissões seria encaminhado para a Comissão de Sistematização, um colegiado formado por 49 parlamentares, cuja função era organizar, no prazo de até 30 dias, o texto final e encaminhá-lo ao Plenário da ANC. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2017/10/foto-historia-30-anos-da-asmbleia-constituinte>. Acesso em 22/05/2021.

Cristina Tavares do referido posto, sob a alegação de que ela teria abandonado a sessão antes da votação de um substitutivo. A medida significava a reação de uma ala conservadora ligada ao setor de comunicação contra o anteprojeto apresentado pela Relatora, especialmente contra a criação do Conselho Nacional de Comunicações que, na prática, implicava retirar do Ministério das Comunicações o poder de concessão de canais de rádio e televisão.

A definição das relatorias era resultado de acordos entre os líderes dos partidos que formavam a maioria na ANC, inexistindo justo motivo para se promover desequilíbrio de representação sem prévia consulta ao representante do partido. Analisado o caso pelo 1º vice-presidente da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), Cristina Tavares foi reconduzida no dia seguinte à posição de relatora por decisão da mesa diretora.

Esse episódio, embora rapidamente contornado, provocou reações de apoio e solidariedade em busca da reversão da medida por parte da maioria dos partidos representados no Congresso Nacional. Ficou evidente a existência de uma disputa acirrada por espaço de poder com a forte atuação de forças conservadoras interessadas em afastar relatores do PMDB de linha mais progressista. Vê-se, na situação, uma manobra política arquitetada por um grupo dedicado a intervir na questão das concessões de canais de comunicação (algo bastante cobiçado por grandes empresários e políticos e estratégico para os propósitos do governo Sarney).

Outro ponto a considerar nesse fato é que tal destituição significaria, ao fim e ao cabo, reduzir ainda mais a presença da mulher em lugares de decisões importantes da Constituinte, ameaçando a tramitação de suas pautas na Comissão de Sistematização, o que despertou a preocupação da bancada feminina.

Apesar do engajamento, as mulheres eram pouco experientes (das 25 eleitas, 13 estavam no primeiro mandato) e no corpo a corpo das negociações políticas muitas vezes não conseguiam reverter a orientação de votação advinda de parlamentares que se comunicavam muitas vezes por meio de sinais (espécie de código), sendo esse um procedimento utilizado no plenário da Comissão de Sistematização. Em meio a 90 homens, apenas 3 mulheres² integravam essa comissão, sendo visível a desproporção entre os gêneros, o que dificultou a articulação feminina na Constituinte.

Mas isso não diminuiu a mobilização da bancada feminina que se valeu das parlamentares mais tarimbadas, como Cristina Tavares, para estabelecer diálogos com líderes partidários, presidentes de comissões e outros políticos que poderiam ajudar na receptividade e no trâmite das demandas das mulheres.

O CNMD também exerceu o papel de esclarecimento e tentativa de convencimento de políticos influentes na Constituinte a votar nas questões de interesse das mulheres. O Conselho promoveu encontros e realizou visitas ao Congresso Nacional no intuito de subsidiar os parlamentares com estudos e materiais de apoio capazes de esclarecer aspectos de suas propostas e sensibilizar a ala masculina a abraçar a causa feminina no momento da votação. Essa participação proativa muito se

² Senadora Cavalcanti (PFL-RJ), Algaül Feltesa (PMDB-BA) e Cristina Tavares (PMDB-PB) eram as representantes da bancada feminina na Comissão de Sistematização.

Se não havia confiança na confirmação de seus pedidos, as manifestações realizadas em várias partes do país e a presença barulhenta em espaços do Congresso Nacional buscavam interferir na agenda de votação, evitando que as questões de seus interesses fossem tratadas com descaso e de acordo unicamente com a orientação do poder econômico. Por conseguinte, essa articulação visava persuadir os votos necessários ao acolhimento de suas demandas, mobilizando quem tinha o respaldo de Constituintes como Cristina Tavares, a qual entendia ser a luta e o nível de organização das mulheres que iriam levá-las aos seus objetivos.

Esse esforço conjunto resultou na inclusão nos relatórios produzidos nas comissões de propostas que garantiriam na futura Constituição conquistas profundas para as mulheres que serão abordadas mais adiante.

Mas, ainda no início dos trabalhos da Constituinte, Cristina Tavares se envolveu em um embate ao propor uma emenda ao projeto de Regimento Interno para a criação de um boletim da ANC a ser veiculado diariamente no rádio e na televisão. A proposta visando divulgar um informativo sobre o andamento das atividades parlamentares desagradou aos dirigentes da ABERT (Associação das Empresas de Rádio e Televisão) a ponto de passarem a exercer pressões e ameaças, inclusive com visitas ao gabinete do relator do Regimento Fernando Henrique Cardoso, provocando dura reação de Cristina Tavares na tribuna em defesa da soberania da decisão. (*Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, 11/02/1987, p. 213)

O projeto encontrou ressonância juntos aos demais parlamentares, tendo sido votada e aprovada, ocorrendo a transmissão diária do boletim na forma estabelecida nos artigos 75 a 80 do Regimento Interno ANC (Resolução da ANC n.º 2, de 25/03/1987).

Outro ponto polêmico que agitou o começo da Constituinte e se arrastou praticamente durante os dois anos de vigência da Assembleia foi a discussão quanto à duração do mandato do presidente José Sarney. Em jogo estavam as interpretações de normas constitucionais, mas, para Cristina Tavares, a questão estaria ligada à própria soberania da Constituinte. Na realidade, a indefinição contava com um componente de natureza jurídico-político, dividindo-se as opiniões em defesa do mandato de 4, 5 e até 6 anos.

O embasamento para tal divergência era o fato de que a Constituição de 1967 (profundamente modificada por uma série de atos institucionais do regime militar) estabelecia a duração do mandato presidencial em 5 anos, na mesma linha da Constituição democrática de 1946. Contudo o governo de Ernesto Geisel alterou esse prazo para o seu



Imagem 45 - Prazo para o mandato?
Fonte: Diário de Pernambuco, 07/05/1987, p. A-7.

devia a capacidade de articulação de suas integrantes em conjunto com o trabalho desenvolvido por órgãos similares em funcionamento nos estados e municípios, além de grupos do movimento feminista.

Imagem 40 - A pressão por direitos autênticos.
Imagem 41 - Barulho por mais direitos.
Imagem 42 - Manifestação em defesa da licença-maternidade.
Licença-maternidade
O movimento de mulheres do Recife, Cabo, Olinda, Carajás e Vitória de Santo Antão realizou nesta quarta-feira uma manifestação, no Centro Interdisciplinar Luis Delgado, em defesa da licença-maternidade aprovada no primeiro turno da Constituinte. Elas temem que no segundo turno, onde são permitidas emendas supressoras, o benefício seja retirado de suas Cartas e remetido para ser regulamentado entre as das ordinárias. Segundo as mulheres, há no País uma campanha dos setores empresariais para transformar a licença-maternidade de 120 dias numa licença de 90 dias, sugerindo que sua legislação na nova Constituição seja igualitar em duração total da força de trabalho feminina. A manutenção dos 120 dias é necessária e pretende esclarecer a população sobre a questão e desmistificar os argumentos que têm sido utilizados para retirar o benefício de texto constitucional. O movimento cita uma pesquisa do jornal Gazeta Mercantil que informa que a introdução da licença-maternidade e paternidade (de 150 dias) representa apenas 0,13 por cento da folha salarial das empresas.
Fonte: Diário de Pernambuco, 18/04/1988, p. A-2.

Assim como outros grupos, as mulheres não parlamentares, de diversas origens e partes do Brasil, aproveitaram a possibilidade de emendas populares para pressionarem os congressistas a aprovarem as suas reivindicações com a inclusão no texto da futura Constituição de mais direitos e cidadania para elas. Em Pernambuco, a mobilização das mulheres denunciava a possibilidade de supressão da licença à gestante com duração de 120 dias no segundo turno de votação. Afirmava-se que estava em curso uma campanha liderada por setores empresariais baseada no argumento de que a concessão do aludido benefício impactaria diretamente no mercado de trabalho com o aumento do desemprego e a redução de contratação dessa classe específica. Nota-se, do contexto, que relacionar a concessão de direitos ao emprego da mulher foi apenas uma das ameaças de que o modelo de concentração de riqueza (hierarquizado por gênero) impôs a essa categoria. O discurso nesse sentido tinha por objetivo preservar a lucratividade da atividade patronal em detrimento de melhores condições de vida das trabalhadoras.

sucessor, no caso o general João Baptista Figueiredo, fixando-o em 6 anos. Essa dilatação fazia parte do "plano" governamental que conduziria à reabertura política do país como eleição indireta de um civil para o cargo de Presidente da República.

Ocorre que, sendo vitoriosa a chapa da Aliança Democrática sob a égide da Constituição de 1967, a qual previa um mandato presidencial de 6 anos, os aliados do governo Sarney passaram a defender o cômputo de acordo com a regra constitucional presente. Por outro lado, o grupo adepto à redução desse prazo entendia que o compromisso firmado por Tancredo Neves de que exerceria o mandato presidencial por apenas 4 anos, depois realizaria eleições diretas, deveria ser respeitado. Esse impasse se prolongou, gerando muitas tensões entre os poderes Executivo e Legislativo com rebatimento nos trabalhos da Constituinte. O próprio presidente Sarney, em discurso oficial em cadeia de rádio e televisão, sustentou a duração do seu mandato em 5 anos, argumentando que abriria mão de 1 ano, por apoio à manutenção do presidencialismo. É que boa parte dos congressistas estava propensa a votar pelo sistema parlamentarismo de governo. A situação, portanto, aguardava uma solução política.

Diante do pronunciamento do presidente Sarney, o meio político se inquietou e Cristina Tavares, invocando a defesa da soberania da ANC, atacou duramente a pretensão do presidente no discurso proferido no dia 19/05/1987, cujo trecho abaixo se reproduz:

“Não será o Presidente José Sarney, que está cumprindo um mandato de transição, que não lhe foi outorgado - a fatalidade colocou-o no Palácio do Planalto - quem vai impor à soberania da Assembleia Nacional Constituinte seja o regime presidencialista ou parlamentarista, seja um mandato de quatro, cinco ou seis anos de duração. [...] Quero dizer que, se depender de um compromisso de um voto, haveremos de apoiar a transição democrática, para que o País completamente o cício da transição. Mas não admitimos que o Sr. Presidente da República venha, pelos canais de comunicação social, propor o adomamento da transição. É um golpe à transição, e se este golpe a Nação não saber responder, pedindo eleições diretas para Presidente da República em 1988. (Diário da ANC, 20/05/1987, p. 2.027-2.028)

A fala de Cristina Tavares foi direta no sentido de cobrar o cumprimento dos compromissos assumidos de efetivação da redemocratização do Brasil. Ela lembrou dos pactos celebrados pelo PMDB com vista a concretização de uma transição democrática, que inclusive já teriam sido realizados, trazendo à memória a palavra do presidente Sarney de que confiaria a duração do seu mandato e do sistema de governo à deliberação da ANC.

Simultaneamente à questão da duração do mandato presidencial de Sarney, o sistema de governo era outra fonte de crise envolvendo o então presidente e os constituintes. O enfrentamento dessas matérias de modo conjunto, como se fosse duas faces de uma mesma moeda, na visão de Cristina Tavares era uma estratégia de quem tinha interesses individuais diversos ao da nação, atrelados ao Palácio do Planalto. Nesse sentido, outro discurso proferido no Congresso demonstrou a preocupação da parlamentar com o tema:

[...] não há como confundir o regime, a forma de governo e a duração do mandato do Presidente da República. (...) apelo aos Srs. Constituintes para que não misturem o regime parlamentar proposto com os cinco anos de mandato presidencial. (...) Entendemos que essas duas questões não devem se misturar; são questões separadas, com peso específico e político. (Diário da ANC, 12/03/1988, p. 8.377)

Por falar em eleições presidenciais, a ala progressista do PMDB de Pernambuco tomou a questão como bandeira de luta e, em depoimento a um jornal local, Tavares ponderou que "todos querem eleições diretas para o próximo ano. Mas entendemos que essa campanha não pode atrapalhar a transição democrática, nem interromper o processo constituinte." (Diário de Pernambuco, 20/06/1987, p. A-3)

A sua posição era inequívoca na defesa da duração do mandato presidencial de 4 anos e pelo regime parlamentarista. Na verdade, nunca teve simpatia pelo político José Sarney (sobretudo pelo seu histórico de ligação à ditadura militar), aceitando apenas nos últimos instantes participar do Colégio Eleitoral e votar na chapa da Aliança Democrática. Em mais um discurso, referindo-se às contradições internas na "Nova República" e ao papel recomendado aos parlamentares progressistas naquela fase republicana, salientou que o apoio ao governo federal não poderia significar um alinhamento automático, tampouco seria adequado abandonar o campo onde se travava a batalha da democracia. (Diário da ANC, 30/03/1985, p. 2.166)

Entretanto, ainda que não se descarte a interferência de outros fatores, a destituição do ministro da Justiça Fernando Lyra no início de 1986 e a ideia de prolongamento do mandato presidencial levaram Cristina Tavares a uma severa oposição ao presidente Sarney e aos rumos do seu governo de transição.

Por essa postura, surgiram críticas em seu desfavor baseadas na suposta prática de fisiologismo, alegando-se que a deputada teria querido a Sarney a nomeação do presidente da SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) e de representantes do Ministério da Previdência nos municípios pernambucanos de Garanhuns, Angelim e Jupi, onde tinha base eleitoral. Sobre o assunto, o jornal *Folha de São Paulo*, em matéria publicada em 15/10/1987, noticiou que, apesar da deputada chamar o Presidente de usurpador, não abria mão da indicação de cinco cargos no governo federal feita no primeiro ano da gestão. Nessa circunstância, mesmo sem a pretensão de emitir qualquer juízo de valor sobre o tema, não se pode desconsiderar a existência de uma disputa interna por poder, por espaço político e a possível batalha por indicações a cargos na Administração Pública Federal.

Ainda nessa esteira de polêmicas, a cobrança de providências feita pela constituinte Cristina Tavares ao presidente Ulysses Guimarães, no sentido de garantir, junto às empresas aéreas, prioridade aos parlamentares que estavam impossibilitados de viajar aos seus Estados por falta de lugares nos aviões foi alvo de censura. Adversários políticos e parte da imprensa criticaram a pernambucana por considerar inoportuno e descabido o requerimento para a concessão de privilégio. A desaprovação se baseava no argumento de que o momento era de exaltação à democracia não comportando falar em qualquer privilégio, ainda que justificado na necessidade de deslocamentos para os Estados de origem. Advertia-se que no ambiente de formulação de uma nova Constituição o pensamento que deveria imperar era a expressão de que

72

3.2. A Constituição cidadã e os avanços dos direitos sociais

Paralelamente a efervescência política, econômica e social coincidente com o fim da ditadura militar em 1985, crescia em parte da sociedade a consciência da necessidade de mudanças estruturais na relação Estado-cidadão, discernimento que ganhou impulso no processo constituinte, culminando com modernização, avanços e algumas permanências.

Partindo de múltiplas fontes - políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, os movimentos populares - emergiu um sentimento nacional de otimismo e esperança em busca de direitos e de suas garantias. O interesse pela questão da cidadania nesse momento histórico estava atrelado à luta por democracia, por justiça social e pelas liberdades, mesmo não sendo um tema exclusivo dos modelos democráticos.

Falar em cidadania remete à ideia de pertencimento a uma comunidade organizada do ponto de vista jurídico (Estado-nação), mas também a um conjunto de direitos civis, políticos e sociais previstos em lei e colocados à disposição dos cidadãos. Esse acervo de direitos voltados ao respeito, à solidariedade e ao bem-estar das pessoas se analisa dentro de uma conjuntura complexa a começar por não ser uma peculiaridade apenas dos Estados democráticos, altamente influenciada por fatores ideológicos e políticos predominantes em determinada fase histórica. O Brasil, por exemplo, passou por uma dessas experiências quando, na vigência do Estado Novo (1937-1945), conduzido com figurino ditatorial por Getúlio Vargas, alcançou grande avanço no campo dos direitos sociais. Essa é a interpretação dos historiadores Cláudia Viscardi e Fernando Perlatto sobre a questão, valendo a pena ainda transcrever:

O usufruto de um conjunto de direitos por parte dos cidadãos não é necessariamente um instrumento exclusivo de Estados democráticos. Bem sabemos que a ampliação dos direitos sociais no Brasil, por exemplo, se deu, sobretudo, no âmbito dos regimes autoritários, como no Estado Novo, e que em muitas outras ditaduras socialistas o povo usufruiu de amplos direitos sociais, bem como direitos políticos e civis, em menor monta. (2016, p. 447-448)

O momento de transição em curso no Brasil na primeira metade dos anos 80 se por um lado favoreceu o apelo pela expansão de direitos, por outro gerou um quadro de difícil conciliação devido à diversidade de interesses em jogo. Era uma equação com muitas variáveis a ser solucionada na base da habilidade e persuasão. Nessa fase não se permitiu sequer ensaiar uma ideia de linearidade, haja vista a atuação simultânea de muitos componentes pressionando os representantes da elite e as forças políticas a revisar o conjunto de direitos e a possibilidade de incrementá-los com novas aquisições. Os conflitos étnico-raciais e de gênero, as lutas classistas, a configuração geopolítica, entre tantos outros problemas são vetores que significativamente contribuíram para uma discussão mais detida sobre a questão da cidadania na nova Carta Magna. (CARVALHO, 2015, p. 223)

76

todos eram iguais perante a lei. (Correio Braziliense, 06/02/1987, p. 2). Apesar disso, Tavares não retrocedeu do seu pleito e até reclamou pelo não atendimento da prioridade de reserva de passagens aos constituintes. (Diário da ANC, 07/02/1987, p. 167)

Retornando à duração do mandato presidencial, a cealuma somente teve desfecho após longo e intenso desgaste político, prevalecendo o corrente dos 5 anos de mandato com eleições marcadas para 15/11/1989, sendo confirmado, conforme plebiscito ocorrido em 21/04/1993, o regime presidencialista.

Outras matérias também levaram os constituintes e, em particular Cristina, a protestarem contra o comportamento do governo Sarney. (Diário da ANC, 26/11/1987, p. 5.855). Houve grandes embates entre uma ala mais progressista dos partidos de centro-esquerda (PMDB, PT, PCDoB, PCB e PDT) e de integrantes da coalizão conservadora suprapartidária chamada "Centrão"²⁶. O estado de tensão permanente entre essas forças contribuiu para travar votações, abreviar e estender outras, provocando atrasos no encerramento dos trabalhos, notadamente na Comissão de Sistematização.

Com fundamento na autonomia da ANC, Cristina Tavares concentrou esforços na elaboração e aprovação de normas constitucionais referentes à soberania nacional, à criação de monopólios estatais em vários segmentos da economia, à elaboração de um conceito de empresa nacional. Empenhou-se, ainda, na construção dos capítulos que versaram sobre os direitos das mulheres, da população indígena, das minorias, da reforma agrária, dos direitos políticos e da cidadania, dos direitos sociais dos trabalhadores e das comunicações.

Imagem 44 - Cristina Tavares em reunião com outros Constituintes, dentre eles Luiz Inácio Lula da Silva



Foto: BRAS, 2021/Arquivo do Senado Federal.

A elaboração da Carta Magna de 1988 transcorreu num ambiente repleto de interesses conflitantes. As disputas não se restringiram à diferença político-ideológica entre os partidos, havendo muitas vezes clara divergência interna em algumas

²⁶ Havia no Congresso Constituinte um grupo chamado de Centrão formado por políticos representantes de forças conservadoras e aliados ao governo Sarney, caracterizado pela postura de colocar em primeiro plano os seus interesses partidaristas e os setores da elite nacional, que se contrapunha aos moderados e à esquerda na Constituinte.

73

A experiência cidadã brasileira foi marcada pelo estabelecimento de direitos de cidadania com atraso, incompleto e longe de ser comparável a modelos estáveis - como foi o caso do processo inglês descrito no trabalho de T. H. Marshall (1967)²⁷ - pois poderiam ser concedidos ou cassados a depender das circunstâncias do período histórico. (ibid, p. 224)

À vista da instabilidade brasileira na área da cidadania, a luta na defesa e ampliação de direitos abalados, não concedidos ou suprimido no período do regime autoritário precisava ser intensificada. Mesmo não sendo uma exclusividade dos regimes democráticos e inexistindo um ambiente previamente preparado para a implementação de uma nova realidade, a cidadania - enquanto conjunto de direitos civis, políticos e sociais - funcionaria no caso brasileiro como mais um marco da transição desta feita no âmbito jurídico-institucional do Estado. Assegurar os direitos da cidadania no corpo da Constituição de 1988, portanto, significou o desejo de demarcar a ruptura com o regime anterior, formalizando uma gama de direitos sem se importar com a capacidade estatal para atendê-los adequadamente. (VISCARDI; PERLATTO, 2016, p. 447 e 448)

Levando em conta que a cidadania é um objeto de disputa contínua, não se pode falar de um único país em que tais direitos sejam imutáveis e perenes. Assim, as conquistas alcançadas na constituinte nessa dimensão cidadã devem ser interpretadas como uma construção coletiva, de perdas e ganhos, de difícil equacionamento dos interesses heterogêneos, aproveitando-se de um ambiente de transição para se firmar como texto supralegal. (ibid, p. 449)

A respeito do tema cidadania, pode-se ter uma ideia do pensamento de Cristina Tavares a partir de um dos seus pronunciamentos proferido na Constituinte em 21/03/1988, em que analisou a situação dos negros, das mulheres e dos trabalhadores com o auxílio de questionamentos objetivos. Indagou, no discurso, qual a representação de membros desses três grupos no Congresso Nacional? No Senado não havia nem mulheres, nem negros; já na Câmara dos Deputados se observava uma sub-representação abissal de cerca de 3% de cada uma dessas categorias. Em decorrência disso, outras perguntas em tom de crítica se sucederam, a exemplo de: "Onde estão os negros, as mulheres e os trabalhadores? Em que posição estão eles na alta direção da República? Onde estão nos altos escalões da Federação, nos Governos dos Estados? Ora, se não havia explicação única, Cristina Tavares trazia à tona fragorosos indícios de precarização da integração desses grupos à sociedade, alertando para a necessidade de

²⁷ Importância de destacar como trabalho de referência a respeito do tema cidadania, o clássico estudo do sociólogo inglês Thomas Huntress Marshall, lançado numa conferência de 1949, em Cambridge, reunido e publicado no ano seguinte sob o título "Citizenship and Social Class". As bases de seu pensamento remetem à ideia de desigualdade social e classes sociais estratificadas, levantando a questão de que a pobreza não poderia ser tolerada pelas elites, diferentemente do quadro de modelo, situação que imporia risco para a permanência da estrutura estabelecida. Para formar o conceito de cidadania, ele elencou três elementos básicos, a saber: direitos civis, políticos e sociais. O seu objeto de estudo se ateu a uma realidade histórica e sociológica do mundo inglês, circunscrita à consolidação desses direitos estruturados ao longo de três séculos subsequentes: direitos civis estabelecidos majoritariamente no século XVIII, quando o cenário de luta por liberdade contra os abusos dos governantes tomou forma revolucionária; direitos políticos durante o século XIX, momento em que se deu a efetivação pelos paramentos e os sociais no decorrer do XIX, impulsionado, no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), considerado por Marshall como o tempo da ampliação da cidadania social. (MARRSHALL, "Citizenship and Social Class", 1967 apud REIS, 2010, p. 222-227). Apesar de crítica de especialistas pela simplificação da análise, o modelo não se afasta da realidade britânica e pode servir de apoio para compreensão de outras realidades. (CARVALHO, 2015, p. 17)

77

Para tanto, fez parte de um bloco de constituintes de tendência progressista que combateu ideias mais reacionárias e conservadoras representadas na ANC, insistindo na preparação de um texto constitucional com a participação popular. A expectativa com o engajamento popular era no sentido de assegurar ao máximo os direitos da cidadania. Uma primeira vitória nesse quesito se deu já na elaboração do Regimento Interno da ANC que estabeleceu a possibilidade de sugestões, audiências públicas e as emendas populares, abertura que levou cidadãos, entidades da sociedade civil organizada e constituintes a apresentarem várias propostas.

Imagem 50 - Concentração de pessoas de diferentes origens em frente ao Congresso Nacional



Fonte: BRASIL (2020) Arquivo do Senado Federal

A mobilização popular no processo constituinte de 87/88 tomou uma proporção compatível com a dimensão do documento constitucional em produção. Havia um entusiasmo, mas também desconfianças, na sociedade após os 21 anos de regime militar provocado pela possibilidade de contribuição popular de forma direta e intensa na formulação da Constituição. O que se via eram grupos de diversas origens e categorias (trabalhadores, empresários, estudantes, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, entre outros) frequentando o Congresso Nacional com a finalidade de levar ao centro das discussões as suas reivindicações. A presença de numerosos segmentos da sociedade marcaria a ANC.

Apropriado dizer que o Regimento Interno da ANC confirmava o caráter democrático a que se pretendia dar aos trabalhos, prevendo no art. 13, §11, que "As Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores e aos Tribunais, bem como às entidades representativas da sociedade, fica facultada a apresentação de sugestões contendo matéria constitucional, que serão remetidas pelo Presidente da Assembleia às respectivas Comissões". Em complemento, estabeleceu-se a possibilidade de realização de audiências públicas nas subcomissões temáticas, oportunidade de ouvir entidades representativas de segmentos da sociedade, conforme o art. 14 do Regimento. Outro diferencial desse processo constituinte foram as chamadas emendas populares, pelas quais a população poderia interferir no projeto da Constituição por meio de emendas assinadas por no mínimo 30 mil eleitores, documentos organizados por associações, na forma do art. 24 do Regimento.

Imagem 51 - Ulysses Guimarães recepciona as emendas populares



Fonte: BRASIL (2020) Arquivo do Senado Federal

Numa ponta, por exemplo, foram 12 mil sugestões, 122 emendas populares, algumas com número superior a 1 milhão de assinaturas (totalizando a coleta de 12 milhões de assinaturas), das quais 83 preencheram os requisitos e muitas foram aprovadas e ingressaram na Constituição. Os debates em diversas audiências públicas promovidas nas 24 subcomissões temáticas, o trânsito de milhares de pessoas organizadas em grupos ou individualmente, visando de algum modo participar, transformaram o Congresso no centro das atenções do país durante meses.

Pode-se ter uma ideia dessa movimentação frenética de pessoas ávidas por participar do processo constituinte pela matéria jornalística intitulada de "Constituinte acolhe pressão popular" publicada no *Jornal do Brasil* de 11/04/1987, a qual noticiou a disputa por espaço para se realizar audiências e debates com entidades e cidadãos durante os trabalhos das subcomissões, nos termos do recorte abaixo:



Fonte: *Jornal do Brasil*, 11/04/1987, p. 3.

Essa iniciativa de escuta popular, dos sindicatos, das associações ou de qualquer outra entidade se deu pela primeira vez na história brasileira e demonstrou a intenção de se produzir um texto normativo mais plural, abrangente e que viesse a atender boa parte das demandas nacionais. Isso não significa dizer que o poder econômico, as elites conservadoras, os moderados e progressistas tiveram a capacidade de influência anulada ou reduzida nas votações futuras. Essas forças tradicionais, agora, depararam-se com a pressão popular - uma componente estranha ao que habitualmente estavam acostumadas a interagir no processo decisório.

Imagem 52 - A presença física de populares nas pautas do plenário do Congresso Nacional



Fonte: BRASIL (2020) Arquivo da Câmara dos Deputados

A presença frequente de representantes de entidades, de grupos organizados da sociedade civil e de grande número de cidadãos não parlamentares, apesar de não ser capaz de inibir as manobras de bastidores patrocinadas por setores de uma elite privilegiada ali representada, serviu como elemento de pressão para combater retrocessos nos projetos iniciados nas subcomissões temáticas e comissões, tais como o reconhecimento e proteção dos direitos às consideradas minorias sociais.

O experiente jurista e senador, constituinte Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, interpretou a participação popular inédita na confecção da nova Lei Fundamental brasileira da seguinte forma:

Acertamos, finalmente, que nesta primeira experiência brasileira, a par dos efeitos gerais de fortalecimento da legitimidade, de identificação das principais aspirações da população, de valorização de ideias e não apenas de pessoas, impressionam a amplitude e a espontaneidade de sua efetivação. Em poucos meses, nada menos do que cerca de 12 milhões de assinaturas foram recolhidas por entidades de natureza diversa, num processo difícil de mobilização popular, superando-se distâncias físicas e culturais, com resultados negativamente positivos para a educação política de nosso povo. Apenas por este aspecto inovador e promissor, a Constituinte brasileira de 1987 já marcou seu lugar nos processos contemporâneos de elaboração constitucional.⁷⁹

⁷⁹ Trecho transcrito da apresentação feita pelo Constituinte Afonso Arinos no volume I das Emendas Populares recebidas na Comissão de Sistematização. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/constituinte/20anos/DocumentosAvulsos/vol-230.pdf>. Acesso em: 03/07/2021. Citação também encontrada em Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense de autoria de Arnie Schneider Duarte, defendida no ano de 2017, disponível em: <https://www.historia.ufrj.br/pt/ctcc/rd/1166.pdf>.

Apesar das ambiguidades e resistências de políticos conservadores, que costumavam classificar a participação popular como uma prática demagógica, o exercício do direito concedido a grupos de cidadãos de apresentar emendas ao projeto de Constituição mobilizou milhões de brasileiros e trouxe para o texto aprovado traços, ainda que discretos, da vontade popular.

Em que pese o desgaste, nota-se que Cristina Tavares operou nos trabalhos da ANC na ligação de vias entre as organizações sociais e o corpo institucional da Constituinte, na defesa de uma assembleia comprometida com as questões mais populares, de combate às desigualdades e ao preconceito ignorado ao longo do tempo pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, posicionou-se com certa inquietação em relação a alguns políticos de tendência moderada dentro do PMDB e da base de apoio ao governo Sarney, insurgindo-se contra a ação das forças conservadoras e reacionárias que tentaram frear os avanços sociais na Constituinte, inclusive as importantes conquistas das mulheres. Essa postura, porém, não era despropositada. Havia interesses próprios, de seu grupo no Congresso e aliados no âmbito estadual que interagiam constantemente no sentido de definir quem era essa personagem. Aqui não se permite pensamentos ingênuos, pois as relações de poder que a sustentavam no jogo político na Constituinte não lhe permitiam se comportar de forma independente, mas fazer escolhas de caminhos possíveis.

De todo modo, os resultados de sua participação na ANC não seriam os mesmos se não somados ao desempenho da bancada feminina, dos movimentos de mulheres, da coordenação feita na prática pelo CNDM e pelo espírito de mudança de outros Constituintes. A despeito de eventuais divergências, tais atores perceberam que a pressão por eles exercida poderia interferir no projeto de construção de uma nova Constituição, abraçando a causa da democratização e da ampliação dos direitos das mulheres.

A mobilização em conjunto dessas forças, portanto, fez da Constituinte um processo de avanços políticos, econômicos e sociais se comparado à ordem jurídico-institucional anterior, mas, é bom saber, que não resolveu os graves problemas estruturais do país como a concentração de renda e a desigualdade sociais e as suas consequências.

REFLEXÕES FINAIS

Reflexões finais sobre a participação de Cristina na preparação da Constituição Cidadã de 1988

Olhar a trajetória política de Cristina Tavares durante os 12 anos consecutivos na Câmara dos Deputados traz à memória a figura de uma mulher de personalidade forte, egressa do jornalismo, que se infiltrou por fendas existentes no sistema político de um Estado com base histórica no conservadorismo, tornando-se a primeira deputada Federal eleita por Pernambuco.

Foi uma militante de esquerda que acumulou na sua vida pública acertos e atos de coragem, mas também teve fragilidades, equívocos e grandes decepções na atividade política. Além do pioneirismo na Câmara Federal e da irreverência do seu jeito de ser, caracterizou-se pela defesa de pautas prioritárias como foi o caso da luta pela democratização do país, na salvaguarda dos direitos das mulheres, dos trabalhadores e da ciência e tecnologia, bem como por um projeto nacional de desenvolvimento.

Firme em sua convicção nacionalista e da necessidade de um Estado forte, Cristina Tavares atuou numa arena de intensa disputa travada predominantemente por dois blocos políticos antagônicos: de um lado, o formado por progressistas dos partidos de centro-esquerda como o PMDB, PT, PCdoB e PDT e, de outro, a aliança conservadora do chamado "Centrão".

Apesar das inúmeras tensões ao longo dos trabalhos da ANC, a Constituição de 1988 se constituiu um documento de grande representatividade histórica por inaugurar um novo ciclo de regime democrático, de significativa ampliação de direitos e da cidadania. Mas isso não se deu à toa. Muitos fatores concorreram para, aproveitando-se de um momento de redemocratização, construir um texto com essa identidade cidadã.

Um primeiro aspecto decorre de uma cultura política no sentido de centralizar no Estado o papel de promotor da expansão da cidadania. Outro ponto a salientar diz respeito à contribuição de alguns Constituintes de tendência mais progressista. Esses - no embate por posições estratégicas na ANC, objetivando ocupar assento e cargos em comissões e subcomissões temáticas - facilitaram a discussão e a incorporação à redação da Constituição de pautas historicamente defendidas por grupos de esquerda.

Essa brecha na arquitetura política que possibilitou o debate sobre a questão da cidadania na ANC esteve diretamente relacionada ao nível de pressão exercida pela sociedade civil. Os movimentos sociais organizados procuraram participar ativamente do processo, buscando influenciar a produção do texto constitucional na base da manifestação e do convencimento. Nesse sentido, milhares de pessoas e grupos com interesses variados passaram a circular nos corredores, salas de audiência e auditórios do Congresso Nacional durante os trabalhos da constituinte, valendo-se das "emendas populares".

A Lei Máxima de 1988 trouxe na sua estrutura normativa um conjunto de direitos civis, políticos e sociais que rejeita as formas de discriminação e injustiça social, fixando claramente as metas fundamentais da República de "construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a

90

A história de Cristina Tavares no combate às desigualdades de gênero e pela garantia de mais direitos às mulheres não se iniciou na Constituinte. Há muito se preocupava com a condição, em particular, dessa classe na sociedade brasileira, denunciando violências e tratamento discriminatório. Isso se verifica pela sua produção legislativa e em alguns de seus pronunciamentos ao longo dos seus três mandatos, os quais se destinavam a tratar de assuntos de interesses específicos das mulheres.

Assim como não se importava com a aparência física para atender aos padrões de beleza feminina impostos pela sociedade, Cristina Tavares enfrentou inúmeras adversidades no processo constituinte, inclusive os efeitos iniciais de um câncer, falhou em muitas situações, mas parece ter se aproximado dos anseios dos 40.618 eleitores que lhes confiaram a representação popular no Congresso, em especial o segmento feminino.

No mais, em que pese toda mobilização e inegáveis avanços, basta, contudo, uma rápida reflexão sobre esse número (25 mulheres em 559 constituintes) para perceber quanto ainda restou por fazer.

Portanto, um balanço parcial que se pode fazer a partir da promulgação da Constituição em 05 de outubro de 1988 confirma ter ocorrido evolução em termos políticos, econômicos, sociais e em outras áreas, mas muitos problemas continuaram a testar a resiliência de camadas expressivas da população, como a concentração de riqueza, a profunda desigualdade social entre os brasileiros e a disparidade no processo político a exemplo da sub-representação das mulheres nos cargos eletivos.

Curiosidades sobre Cristina Tavares

O Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco, no ano de 1993, instituiu o Prêmio Cristina Tavares de Jornalismo em homenagem a trajetória de Cristina Tavares no jornalismo e a sua dedicação à área de comunicação, anualmente concedido aos melhores trabalhos inscritos de autoria de profissionais e estudante atuantes no Estado.

Cristina Tavares publicou *Conversões com Arraes* em coautoria com Fernando Mendonça, obra no formato de entrevista realizada com o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes de Alencar quando esteve no exílio em Argel, capital da Argélia, pela editora Veja, 1979; *Cristina Tavares, repórter. Reunião de importantes reportagens de sua autoria publicadas por variados órgãos de imprensa, no ano de 1978; Informática: a batalha do século XXI*, obra lançada em coautoria com Milton Seligman, pela editora Paz e Terra, em 1984; *Informática e a Nova República*, em 1985, publicada pela editora Paz e Terra; *Onde está meu filho? História de um desaparecido político*. Publicado em coautoria com Chico de Assis, Gilvândio Filho, Glória Brandão e Jodeval Duarte, pela editora Paz e Terra, em 1985; e *A última célula*, livro em que conta a dinâmica de seu tratamento contra um câncer, lançado em 1990, pela editora Paz e Terra.

92

marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação." (VIANNA, 2002, p.99)

Nessa conjuntura, os direitos associados às mulheres vieram a reboque muito em razão da pressão exercida pelos movimentos feministas e de outras organizações de mulheres que, mediante ações coordenadas pelo CNDM, posicionaram-se contra a discriminação das mulheres e pela igualdade de gênero nos mais variados setores da sociedade e da política.

A união da bancada feminina no Congresso Nacional, dos movimentos de mulheres com a articulação do CNDM se desenvolveu com base nos pontos definidos em uma carta programática pensada por milhares de mulheres (a Carta das Mulheres aos Constituintes), documento que funcionou como uma espécie de bússola a orientar os passos desses grupos no processo constituinte.

Resultado concreto desse engajamento, sem esquecer da participação de outros congressistas, observa-se pela incorporação inédita no texto constitucional de direitos para as mulheres como a aposentadoria, a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário. Ainda é possível citar como fruto da articulação feminina um dos conteúdos mais significativo da Constituição, que trata da equidade de gênero e da garantia de igualdade entre homens e mulheres, disposto no art. 5º ("homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações") e, na perspectiva do art. 226, § 3º, diante do reconhecimento da união estável como entidade familiar e, no § 5º, que estabelece "Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher".

A Constituição de 1988 representa, do ponto de vista jurídico-institucional, uma carta que assegurou proteção e extensão de direitos às mulheres e a igualdade de gênero, atribuindo às instâncias infraconstitucionais competentes o desenvolvimento de ações e políticas públicas que materializasse o princípio da equidade entre homens e mulheres.

Assim, conveniente anotar que a Carta Magna de 1988 se tornou uma das mais avançadas do mundo nos capítulos referentes aos direitos e deveres individuais e coletivos, nos direitos sociais e políticos, mas que também não deixou de apresentar em alguns pontos traços conservadores tradicionais como parece ter acontecido com a questão da propriedade da terra.

A atuação de Cristina Tavares - parlamentar já experiente se comparada aos estreatantes no Congresso Nacional - teve projeção pela sua participação como relatora da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação e titular da Comissão de Sistematização, esta responsável pela elaboração do texto final, e outras subcomissões como suplente. Enfrentou grandes batalhas inclusive dentro do seu partido, dedicando esforços especiais às questões dos monopólios estatais, das comunicações, na definição do conceito de empresa nacional e dos direitos políticos. Além dessas bandeiras, lutou pela expansão dos direitos sociais, em favor dos trabalhadores, da reforma agrária, dos indígenas e das mulheres, apresentando um dos melhores desempenhos entre os parlamentares, com 95 de suas propostas aprovadas (41% de suas emendas).

91

REFERÊNCIAS

Fontes

Iconografia

BRASIL. Câmara dos Deputados [2021]. Imagem 1: **Cristina Tavares no plenário da Câmara dos Deputados**. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infodoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=Dep.CristinaT.zip>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados [2021]. Imagem 2: **Deputada Carlota no plenário da Assembleia Constituinte de 1934**. 1 fotografia disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-htm15/a-conquista-do-voto-feminino/carlotaqueiros.html>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados [2021]. Imagem 3: **Leolinda de Figueiredo**. 1 fotografia disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/atividades-antiores/exposicoes-historicas-e-culturais/mulheres-pioneiras-elas-fizeram-historia>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados [2021]. Imagem 4: **Berta Lutz**. 1 fotografia disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/atividades-antiores/exposicoes-historicas-e-culturais/mulheres-pioneiras-elas-fizeram-historia>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados [2021]. Imagem 5: **Histórico da bancada feminina na Câmara dos Deputados**. 1 gráfico. Arte: Agência Câmara. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546180-a-representacao-feminina-e-os-avancos-na-legislacao/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

FAMÍLIA TAVARES [Acervo particular]. Imagem 6: **Cristina em família [1948?]** 1 fotografia In: BLOG DO ANCHIETA GUEIROS. Disponível em: <https://historiadegaranhuns.blogspot.com/search?q=tavares+correia>. Acesso em: 05 jun. 2021.

Jornal O Monitor, de 14/12/1941. Imagem 7A: **Anúncio publicitário do Sanatório Tavares Correia**. 1. Publicidade. In: BELO, José Eudes Alves. Nas colinas onde o Nordeste geroa: Narrativas, memórias e práticas de espaço na cidade de Garanhuns (1917-1991). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ); Niterói, 2019. Disponível em: <https://www.historia.ufrj.br/stricto/td/2338.pdf>. Acesso em: 29/09/2021.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO. Imagem 7: **Capa do prontuário n.º 20.263**. 1 fotografia. In: DOPS - PE, Prontuário Individual de Cristina. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO. Imagem 8: **Boa impressão de Cuba**. 1 fotografia. In: DOPS - PE, Prontuário Individual de Cristina. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO. Imagem 9: **A saída seria a Constituinte**. 1 fotografia. In: DOPS - PE, Prontuário Individual de Cristina. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

93

Então o e-book pretende, fundamentalmente, apresentar a personagem ao público, entrecruzando memórias, a sua trajetória na Câmara dos Deputados, os principais fatos históricos do período de transição para o regime democrático e a representatividade de sua atuação na ANC para a situação social, política e legal das mulheres.

A expectativa, portanto, é contribuir para a historiografia, disseminando o conhecimento histórico para estudantes, professores e o público interessado em conhecer um pouco da trajetória da primeira pernambucana a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados.

6. Aplicação do produto

A proposta é que o e-book ora apresentado seja disponibilizado em formato digital para o acervo de bibliotecas públicas em geral, bibliotecas da Assembleia Legislativa e das Câmaras de Vereadores, nas Secretarias e Conselhos estaduais e municipais da mulher e outros ambientes de leituras. O objetivo é que o material fique acessível a um grupo diversificado de usuários, com perfil, grau de instrução e interesse diferentes, mas que tenham curiosidade e almejem conhecer a temática abordada no produto.

7. Considerações finais

Se é possível distribuir a vida de uma personagem em momentos, a trajetória de Cristina Tavares pode ser sistematizada em fases que se sucederam ou se renovaram no decorrer do tempo e deixaram marcas nos caminhos por ela percorridos e nos indivíduos com quem se relacionou.

Estudar a história de vida de Cristina Tavares de trás para frente é um exercício que permite desconstruir e (re)construir um perfil do que foi uma mulher política forjada em grandes desafios, com o destino fortemente influenciado por convicções emergentes de sua própria maneira de enxergar o mundo. Assumiu compromisso com a liberdade, a igualdade de gênero, a justiça social e a democracia, embora suscetível de atitudes ambíguas, interpretações equivocadas de muitos cenários e hesitações na aplicação desses valores.

Em breve retrospectiva, observa-se, a partir do seu histórico, ter experimentado diversas situações que colocou à prova as suas crenças e que a forçou a desenvolver duas de suas principais características: a coragem para lidar com medos e adversidades e o espírito combativo. Foi assim ao lidar com a doença que acabaria por interromper definitivamente a sua

luta em 23/02/1992. O diagnóstico de um câncer levou Cristina Tavares a realizar uma autoanálise de sua vida, o que, no fundo, apenas confirma a trajetória de um sujeito plural, inteiramente integrado à ação política, que foi se moldando ao longo do tempo com a criação de uma identidade particular e amplamente reconhecida por quem acompanhou o seu trabalho.

Ela própria relata, no capítulo intitulado “Estresse, o grande inimigo” de seu livro “A última célula”, os efeitos negativos para a sua saúde de uma ação política tão intensa e comprometida com temas de reconhecida importância para o processo histórico de restauração do regime democrático no Brasil. Identificou com precisão o componente emocional como um inimigo implacável, decorrente da pressão acumulada pela atividade parlamentar, com potencial de desestabilizar a qualidade de vida e provocar doenças graves, segundo resumiu:

Eram os primeiros meses de um mandato federal e, aos poucos, fui sentindo o excesso de tensão, responsabilidades, cobrança e descrédito estavam mexendo com o meu sistema nervoso. Todo mundo espera de um parlamentar federal não apenas o trabalho, mas soluções para toda a sociedade. Isso vai pegando nos nervos. Alguns colegas desenvolvem como respostas a esse permanente estresse a prática da demagogia, do populismo ou do cinismo. Quando o estresse começa, alguns sintomas são óbvios: impaciência, intolerância, arrogância. (TAVARES, 1989, p. 71-72)

Mas essa autorreflexão não parou por aí. Mergulhou em águas profundas do poder da mente sobre o corpo e o meio ambiente, remetendo aos ensinamentos de Dom Hélder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife, a quem devotava profundo respeito e admiração. Esse sentimento decorria tanto pelas práticas religiosas quanto por aquelas voltadas à defesa das camadas menos favorecidas da população, à eliminação das discriminações e a busca da justiça social. Nesse sentido, lembrou o pensamento do religioso nos seguintes termos:

Foi Dom Helder Câmara quem primeiro falou sobre a substituição da noção de PIB (Produto Interno Bruto) pela de produto da felicidade bruta [...] Dom Helder falou para o pior ignorante, que é aquele que pensa que sabe das coisas, mas rejeita o pluralismo filosófico, cultural, religioso, político. A ditadura colocou toda a minha geração em um limbo maniqueísta: o preto e o branco; esquerda e direita; etc. Puro stalinismo. A gente não podia sair da linha justa sem cometer traições, denunciados pelas patrulhas ideológicas. (TAVARES, 1989, p. 89)

Afora esse trauma de magnitude máxima, o dia a dia da política partidária, as alianças, os debates e a defesa de posições retroalimentavam as energias de Cristina Tavares a ponto de, mesmo acometida de enfermidade devastadora, não se furtar de continuar na militância. É que,

na metade do seu último mandato, aceitou o convite de Jarbas Vasconcelos e outros companheiros remanescentes do PMDB para fortalecer, como vice, a chapa de Marcus Cunha, candidato a Prefeito do Recife nas eleições municipais de 1988, contribuindo simultaneamente para a maior inserção da imagem do PSDB junto ao eleitorado da capital pernambucana. Outra demonstração de que não desistiria fácil da luta política foi a tentativa de renovação do seu mandato de deputada federal nas eleições gerais de 1990. Mesmo fragilizada pelos efeitos do tratamento e da própria doença, ela participou diretamente de atos de campanha em Pernambuco, pedido voto para si e para a candidatura de Mário Covas à presidência da República.

Tendo em conta o desgaste do PMDB, sigla que há tempo vinha em processo de descaracterização e afastamento de pautas históricas no campo das oposições (combate às injustiças sociais e representação dos segmentos populares), inconformada com a postura partidária no desenrolar da Constituinte e com o apoio e participação direta de membros no governo de José Sarney, a deputada pernambucana, decepcionada, resolveu deixar o partido de origem, anunciando o seu desligamento do PMDB após 14 anos de batalha política, conforme pronunciamento veiculado no *Diário da ANC* de 28/03/1988⁵.

Atraída pelo projeto de uma legenda nova, inspirada no ideal de uma social democracia, a parlamentar aceitou o convite para a fundação do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) no Estado de Pernambuco juntamente com políticos locais como João Braga, Sérgio Longman e outros. A sigla era liderada por grandes nomes da política nacional como Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco, José Richa e tantos outros expoentes. Integrada ao movimento de articulação para a formação desse um novo partido, houve grande o entusiasmo dos adesistas.

Passado pouco mais de um ano, Cristina Tavares comunica o seu ingresso no PDT e consequente a desfiliação do PSDB no discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional* do dia 04/04/1990. Fundamentada a sua decisão na mudança do plano político sob o qual foi criado o PSDB e na sujeição à pressão do projeto eleitoral de conquista do poder nas eleições de 1990. Os depoimentos orais ajudaram a entender o motivo (ou um dos principais motivos) da saída de Cristina dos quadros do Partido da Social Democracia. A indicação do nome do ex-

⁵⁵ Seleciona-se pequeno trecho do discurso em que Cristina Tavares qualifica o sentimento de deixar o PMDB depois de tantos anos na legenda, nos seguintes termos: ...Procurei palavras para dar cerimônia e símbolo a este pronunciamento, onde comunico que me desligo do PMDB. Não encontrei nada mais forte do que as palavras de um militante do Agreste Meridional de Pernambuco: "Não estamos saindo do PMDB, é ele que está saindo da gente". (*Diário da ANC* de 29/03/1988, p. 8851)

governador de Pernambuco e histórico adversário local, Roberto Magalhães - cogitado para compor a chapa, como vice, ao lado de Mário Covas na disputa à presidência da República - gerou uma crise interna no diretório estadual, causando tal desconforto que se tornou impraticável a permanência de Cristina no partido.

Contudo a pesquisa histórica apresentada em forma de e-book tenta, como foco principal, estabelecer pontes entre a vida parlamentar de Cristina Tavares, as suas representações como mulher e política e a sua contribuição no Congresso Constituinte para a construção de uma Constituição caracterizada por normas mais inclusivas e uma quantidade maior de direitos para as mulheres.

A década de 1980 ficou registrada na história brasileira como um período de grandes transformações políticas devido à transição de um regime autoritário para um modelo democrático, com a transferência do governo central do último presidente militar João Baptista Figueiredo (1979-1985) para as mãos de um civil. O movimento de distensão que resultou na saída dos militares do poder não se tratou, a rigor, de uma ruptura, mas foi resultado de medidas planejadas desde o início da gestão do presidente Ernesto Geisel e implementadas a partir do final da década de 1970. O longo período de resistência à ditadura militar, as negociações e as batalhas travadas por democracia produziram ideias, novas visões e habilidades que ajudariam na reformulação institucional do Estado com a preparação de uma Constituição atualizada.

Cristina Tavares, eleita deputada federal pela terceira vez em 1986, chegou entusiasmada para os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte juntamente com outras 25 parlamentares mulheres. Parecia ter consciência da importância daquela legislatura para a implantação de uma nova ordem democrática no país e para promover o debate sobre uma pauta de primeira ordem, envolvendo direitos e garantias individuais, questões sociais, ambientais e econômicas. Ao tempo que o entusiasmo era visível em vários setores da sociedade civil, havia muitas incertezas e reconhecimento das dificuldades políticas para formalizar as mudanças institucionais que se entendiam necessárias.

Para se ter uma ideia, em um desses embates no decorrer dos trabalhos constituintes, Tavares atacou suposta ação do governo Sarney e aliados conservadores de prejudicial à inclusão de avanços sociais, indagando “Como encarar, hoje, a memorável mobilização pela Diretas Já, [...], se a Constituição que preparamos impingir o retrocesso social e econômico e for ainda mais reacionária e mais injusta que a própria Constituição da ditadura?” (*Diário da ANC*, 02/07/1987, p. 3.037)

A Constituinte se desenvolveu num ambiente de disputas acirradas por assento em lugares estratégicos e, conseqüentemente, aumentar a chance de exercer maior influência nos trabalhos. Essa competição se dava predominantemente entre os representantes das alas conservadora e progressista, enquanto outros grupos minoritários no Congresso Nacional tiveram o seu papel controlado nessa disputa. Cristina Tavares, como integrante de uma ala progressista mais à esquerda do PMDB, dedicou-se a debater e influenciar nas decisões atinentes a temas nacionalistas, a democracia, direitos humanos e das mulheres, a situação econômica brasileira, entre outros.

Na questão da mulher, em especial, a deputada pernambucana atuou em bloco com as demais integrantes da bancada feminina. Uma parceria não apenas com as forças políticas de esquerda e de entidades sociais, mas também em sintonia com diferentes organizações de mulheres da sociedade. Essa comunhão de esforços articulada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher tomou forma surtiu efeito antes e durante os trabalhos da ANC, ficando conhecido pela expressão “lobby do batom”, slogan que simbolizou a pressão feminina na Constituinte. A expressão que aparentemente surgiu de um comentário irônico feito por parlamentares, ao avistar um grupo de ativistas nos corredores do Congresso Nacional, foi abraçada como uma marca da luta feminina na ANC.

Sobre essa sinergia, vale citar o ponto de vista no estudo a seguir:

A Constituição Federal em vigor, portanto, significou, no plano jurídico nacional, um marco legislativo no tocante aos direitos das mulheres e à ampliação de sua cidadania. Esta conquista, todavia, não deve ser creditada, como insistem alguns, aos bons ventos democráticos que pairavam sobre o Parlamento brasileiro e que o levou a outorgar à parcela feminina da população alguns direitos fundamentais; mas, ao contrário, deve ser atribuída, principalmente, à inaudita articulação política das próprias mulheres no seio da Constituinte, que, através das 26 deputadas eleitas¹² e, sobretudo, por meio da pressão exercida pelo movimento feminista e de mulheres, conseguiu, mobilizando o Brasil de norte a sul e de leste a oeste, sensibilizar parlamentares e pressionar outros tantos a fim de que elas mesmas pudessem apresentar emendas populares capazes de eliminar séculos de subordinação legal das mulheres e colocar em discussão sua exclusão das instâncias de poder. (SILVA; WRIGHT, 2015, p. 177-178)

A bancada feminina atuou na ANC de forma coesa e independente da filiação partidária, quando em pauta estavam matérias de interesse das mulheres, sendo tal comportamento uma tática de fortalecimento na busca pela aprovação de temas de maior alcance relacionada aos direitos das mulheres a começar pela igualdade entre homens e mulheres.

Experiente por ter vivenciado de perto os principais acontecimentos do processo políticos do país na década de 80, é possível identificar, à luz da concepção e das técnicas da

nova história política, que no trajeto Cristina se envolveu e foi envolvida nas teias de diferentes relações de poder. Tanto no combate ao regime ditatorial quanto no processo de restabelecimento das liberdades democráticas e ainda nos assuntos de interesse de Pernambuco e do Brasil teve um estilo próprio de fazer política baseada no debate, na fidelidade aos princípios partidários e nas posições firmes na defesa de seus objetivos.

Nos doze anos de exercício dos seus mandatos populares na Câmara dos Deputados, há várias histórias dentro da história de vida da deputada Cristina Tavares. A investigação acerca da trajetória dessa personagem abre muitas possibilidades para novos e mais aprofundados estudos sobre o período, tais como, cumpre lembrar, o seu engajamento na questão da reserva de mercado da informática brasileira.

Mas o tempo de mandato parlamentar na convivência de lideranças políticas como Miguel Arraes, Fernando Lyra, Jarbas Vasconcelos, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Teotônio Vilela e outros, levaram-na a uma maturidade política suficiente para identificar os maiores problemas que afetavam o país. Desenvolveu a sua compreensão sobre o mecanismo do poder, percebendo que a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática dependeria do esforço e da participação de todos por meio da política. Cada batalha travada a ensinava um pouco mais sobre o jogo do poder. E, nesse sentido, interessante se mostra a correlação entre os principais combates enfrentados por Cristina Tavares:

Bons tempos aqueles, em certo sentido. O inimigo a combater era claro e único: a ditadura, e contra ela Cristina travou o bom combate. A eleição do primeiro presidente civil e a Constituinte põem fim à ditadura e a estes tempos difíceis em que as escolhas eram, porém, mais simples. Para Cristina, a saída do PMDB foi uma necessidade, mas o ingresso no PSDB resultou em frustração. E a filiação ao PDT ajudou a determinar sua fatal derrota eleitoral. Desarmada do mandato, ela sofrerá em seguida a recidiva do câncer. (CRUVINEL, 2016, p. 58)

Apesar do revés nas eleições de 1990, as circunstâncias a obrigaram a conviver com muitas decepções no meio político, suportando as dificuldades e os temores pelo prazer que sentia no exercício da atividade política.

A meta, então, é utilizar o e-book aqui apresentado para contar uma parte da trajetória dessa mulher que se construiu na política com dúvidas, tropeços, mas também com acertos e um espírito de luta reconhecido até por adversários, tendo gravitado em torno de grandes lideranças políticas e de um projeto de nação mais democrática, com maior participação da mulher e de outros grupos excluídos na vida pública institucional do país.

8. Listagem dos acervos e fontes

Iconografia:

CEDEM-UNESP, CP2_83. Imagem 1: **Cartaz pelas eleições diretas**. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/galeria-de-imagens-2/12-imagens-e-documentos-do-periodo-de-64-a-85/detail/362-imagens-e-documentos-do-periodo-de-64-a-85>>. Acesso em: 15/07/2021.

CEDOC-CUT, 0000000444. Imagem 2: **Cartaz pela Constituinte com a participação popular**. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/galeria-de-imagens-2/12-imagens-e-documentos-do-periodo-de-64-a-85/detail/356-imagens-e-documentos-do-periodo-de-64-a-85>>. Acesso em: 21/07/2021.

Folha de São Paulo, 23/11/1985, p. 1. Imagem 3: **Congresso aprova a emenda de convocação da ANC**. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9330&keyword=Constituinte&anchor=4167795&origem=busca&originURL=&pd=509189ab5bb8f4080b2b2c319fea5689>>. Acesso em: 10/06/2021.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)

1. DOPS/PE - Prontuário de Maria Cristina de Lima Tavares Correia nº 20.263.

Hemeroteca Digital:

1. *Diario de Pernambuco*, Recife, 1969 a 1996.
2. *Correio Braziliense*, Brasília, 1978 a 1988.
3. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1978 a 1992.

Outros periódicos:

Folha de São Paulo, São Paulo, 1979 a 1991, disponível no endereço eletrônico: <<https://acervo.folha.com.br/busca.do?sort=desc&page=6&decadeStatus=&keyword=exato%3Acristina+tavares&periododesc=01%2F02%2F1979+->>

+30%2F11%2F1991&por=Por+Per%C3%ADodo&startDate=01%2F02%2F1979&endDate=30%2F11%2F1991&days=&month=&year=&jornais=>

Jornal do Commercio, 1992

O Rei da Notícia, edição nº 19, ano V, Recife – PE, publicação mensal de agosto de 1987.

Jornal da Constituinte, disponível no endereço eletrônico:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte>.

Acervos de Bibliotecas:

Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE)

Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco

Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

Fundação Joaquim Nabuco:

CEHIBRA - Acervo bibliográfico e arquivísticos (textual, iconográfico, sonoro e fonográfico)

Instituto Miguel Arraes de Alencar (IMA)

Discursos Parlamentares:

TAVARES, Cristina. **Discurso parlamentar** [29 mar. 1985]. In: *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* de 30/03/1985, p. 2.166. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?CurrentPage=31&txIndexacao=&BasePesq=plenario&txOrador=CRISTINA%20TAVARES&txPartido=&dtInicio=&dtFim=&txUF=&txSessao=&listaTipoSessao=&listaTipoInterv=&inFalaPres=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&txAparteante=&listaEtapa=&CampoOrdenacao=dtSessao&TipoOrdenacao=ASC&PageSize=20&txTexto=&txSumario=#>>

TAVARES, Cristina. **Discurso parlamentar** [10 fev. 1987]. In: *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* de 11/02/1987, p. 213. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/008anc11fev1987.pdf#page=25>>.

TAVARES, Cristina. **Discurso parlamentar** [20 fev. 1987]. In: *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* de 21/02/1987, p. 395. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/016anc21fev1987.pdf#page=7>>.

TAVARES, Cristina. **Discurso parlamentar** [26 mar. 1987]. In: *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* de 27/03/1987, p. 973. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/035anc27mar1987.pdf#page=23>>.

TAVARES, Cristina. **Discurso parlamentar** [19 mai. 1987]. In: *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* de 20/05/1987, pp. 2.027/2.028. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/062anc20mai1987.pdf#page=9>>.

TAVARES, Cristina. **Discurso parlamentar** [11 mar. 1988]. In: *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* de dia 12/03/1988, p. 8.377. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/204anc12mar1988.pdf#page=23>>.

TAVARES, Cristina. **Discurso parlamentar** [11 mar. 1988]. In: *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* de 12/03/1988, p. 8.377. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/204anc12mar1988.pdf#page=23>>.

TAVARES, Cristina. **Discurso parlamentar** [21 mar. 1988]. In: *Diário da Congresso Nacional*, Seção I, de 22/03/1988, p. 854. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD22MAR1988.pdf#page=22>>.

Acervos eletrônicos:

ANAIS da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp>.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26 DE 1985. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/emenda26-85.pdf>>.

ANTEPROJETO CONSTITUCIONAL AFONSO ARINOS. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/AfonsoArinos.pdf>>.

ATAS das Reuniões da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/1_Comissao_Da_Soberania_E_Dos_Direitos_E_Garantias_Do_Homem_E_Da_Mulher.pdf>.

ATAS das Reuniões da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/8_Comissao_Da_Familia,_Da_Educacao,_Cultura_E_Esporte.pdf>.

ATAS das Reuniões da Comissão de Sistematização. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/9a_Sistematizacao.pdf> e

<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/9b_Sistematizacao.pdf> e

<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/9c_Sistematizacao.pdf>.

ATAS das Reuniões da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/1a_Subcomissao_Da_Nacionalidade,_Da_Soberania_E_Das_Relacoes_Internacionais.pdf>.

ATAS das Reuniões da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/1c_Subcomissao_Da_Nacionalidade,_Dos_Direitos_Politicos,.pdf>.

ATAS das Reuniões da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/8b_Sub._Ciencia_E_Tecnologia_E_Da.pdf>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível: <<https://www.camara.leg.br/>>.

CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>.

MEMÓRIA DA DITADURA. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/periodos-da-ditadura/>>.

REGIMENTO INTERNO da Assembleia Nacional Constituinte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento-interno-da-assembleia-nacional>.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>>.

Legislações:

ATO INSTITUCIONAL n.º 05/1968. *In:* < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1967. *In:* <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. *In:* <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20109.pdf>.

EMENDA CONSTITUCIONAL n.º 01/69. *In:* <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-1-17-outubro-1969-364989-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

EMENDA CONSTITUCIONAL n.º 25/85. *In:* <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-25-15-maio-1985-364956-norma-pl.html>>.

EMENDA CONSTITUCIONAL n.º 26/85. *In:* <<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituinte/emenda26-85.pdf>>.

LEI n.º 6.683/79 (Lei da Anistia). *In:* < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm>.

LEI n.º 7.353/85 (Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher). *In:* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm#:~:text=L7353&text=LEI%20No%207.353%2C%20DE%2029%20DE%20AGOSTO%20DE%201985.&text=Cria%20o%20Conselho%20Nacional%20dos,CNDM%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>.

9. Bibliografia:

ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da História. *In*: Fontes históricas. Carla Bassanezi Pinsky (org.). São Paulo: Contexto, 2015.

AMORIM, Hélder Remígio de. “Um pequeno Pedaco do Incomensurável”: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-graduação em História, 2016.

ARAÚJO, Maria Paula. “Uma história oral da anistia no Brasil: Memória, testemunho e superação”. *In*: ARAUJO, MONTENEGRO & RODEGHERO (Orgs.), “Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil”. Recife: Editora da UFPE, 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia-1/anexos/historia-oral-miolo.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2020.

_____. Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil. *In*: Revista Anistia Política e Justiça da Transição. N.º 6. (jun./dez. 2011). Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em: <<http://docvirt.com/DocReader.net/docreader.aspx?bib=DocBNM&pagfis=78320>>. Acesso em: 15 out. 2020.

Assembleia Nacional Constituinte; TAVARES, Cristina. Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: Relatório e Anteprojeto; Relat. Cristina Tavares. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1987.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____; JONOTTI, Maria de Lourdes M.; MARSON, Izabel. A esfera da história política na produção acadêmica sobre São Paulo (1985-1994). *In*: Antônio Celso Ferreira (org.), Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo, São Paulo: Unesp/Fapesp/ANPHUR, 2001.

BOURDIER, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: MORAES FERREIRA, Marieta de, AMADO, JANAÍNA (org.) Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Brasil. Assembleia Nacional Constituinte; TAVARES, Cristina. Constituinte: Proposta a assembleia nacional constituinte, da deputada constituinte Cristina Tavares. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

- _____. A invenção do cotidiano: arte de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CRUVINEL, Tereza. Cristina Tavares. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.
- DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura militar: regime militar e 294 movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. O Brasil Republicano: O Tempo da Nova República - Da Transição Democrática à Crise Política de 2016 (Vol. 5). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DOSSE, François. O Desafio Biográfico. Escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- DUARTE, Aimée Schneider. Agenda oculta: a Constituinte de 1987-88 e seus fundamentos culturais. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Centro de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História: Niterói, 2017. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/2116.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- FARGE, Arlette. Lugares para a História. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. *In: O tempo da Nova República: da transição a crise política de 2016, Quinta República (1985-2016)*, org. Jorge Ferreira, Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro, *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, jan./jun. 2012, p. 43-59.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HARTOG, François. Crer em história. Trad. Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- PEDRO, Joana Maria. LEMES. Luana Borges. A “primavera das mulheres” nos impasses atuais da democracia no Brasil. *In: Feminismos e democracia/organizadores Joana Maria Pedro, Jair Zandoná.* - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.
- KOSSOY, Boris. Fotografia & História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- _____. Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê, 2007.
- LE GOFF, Jacques, História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão [et al.] Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. *In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.

LORIGA, Sabina. O eu do historiador. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 5, n. 10, p. 247, 5 ago. 2012. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/issue/view/HH10/17>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. O pequeno x: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2015.

MAUAD, Ana Maria de S. A. Fragmentos de Memória: Oralidade e Visualidade na Construção das Trajetórias Familiares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 22, ago. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10734>>. Acesso em: 06 set. 2020.

_____. Através da imagem: fotografia e história: interfaces. *Revista Tempo*, Niterói, UFF, Relume-Dumará, v. 1, p. 73-98, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NEVES, Lucília de Almeida. Cidadania: Dilemas e Perspectivas na República Brasileira. In: *Revista do Departamento de História da UFF*. Tempo n.º 4, vol. 2, dez. 1997. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg4-5.pdf>. Acesso em: 25/04/2021.

PERLATTO, Fernando; VISCARDI, Cláudia. Cidadania no tempo presente. In: *O tempo da Nova República: da transição a crise política de 2016, Quinta República (1985-2016)*, org. Jorge Ferreira, Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Francisco Julião: Em Luta com seu Mito, Golpe de Estado, Exílio e Redemocratização do Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

REMÍGIO, Elizabet Soares de Souza. *As brigadas muralistas e as campanhas de Arraes: arte e política na década de 1980*. Recife: Cepe, 2016.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*, Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____; SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *Modernização, Ditadura e Democracia: 1964-2010. História do Brasil Nação 1808-2010 (v. 5)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e as heranças da ditadura. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano v. 4. O tempo da ditadura:*

regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SCHIMDT, Benito Bisso. História e Biografia. *In*: FLAMARION CARDOSO, Ciro; VAIFAS, Ronaldo (org.) Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. *In*: BURKE, Peter. (Org.) A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In*: FLAMARION CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano v. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SILVA, Salete Maria da; WRIGHT, Sonia Jay. As mulheres e o novo constitucionalismo: uma narrativa feminista sobre a experiência brasileira. *In*: Revista Brasileira de História do Direito. Minas Gerais. v. 1. n.º 2, jul./dez. 2015.

TAVARES, Cristina. Atuação parlamentar. Brasília: Coordenação de Publicações, 1980.

TAVARES, Cristina. Eleições em Pernambuco: Pesquisa. Recife: Centro Teotônio Vilela, 1987.

TAVARES, Cristina. A Última Célula. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1989.

TAVARES, Cristina. MENDONÇA, Fernando. Conversações com Arraes. Belo Horizonte: Vega, 1979.

TRAJTENBERG, Marília El-Kddoum. Uma Constituinte pouco cidadã: as disputas do empresariado e as tentativas de intervenção dos trabalhadores sobre os direitos políticos dos trabalhadores na Constituinte de 1988. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Centro de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História: Niterói, 2015. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1896.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, n.º 60, 2010, p. 233-252.